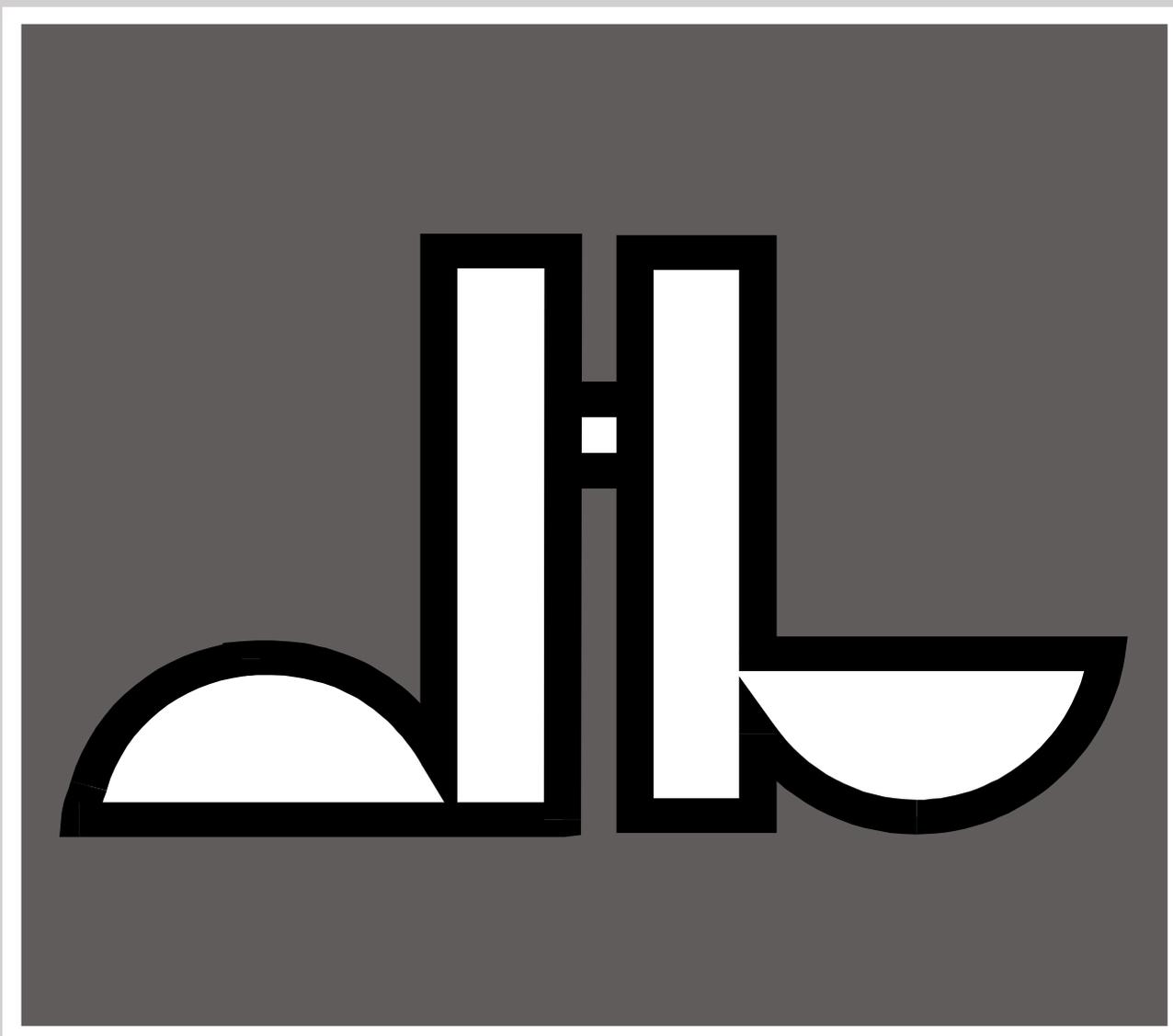




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LX - Nº 015 - QUINTA-FEIRA E SEXTA-FEIRA, 15 E 16 DE DEZEMBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador **RENAN CALHEIROS** – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Deputado **JOSÉ TOMAZ NONÔ** – PFL – AL

2º Vice-Presidente

Senador **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB – MT

1º Secretário

Deputado **INOCÊNCIO OLIVEIRA** – PMDB – PE

2º Secretário

Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA** – PMDB – MA

3º Secretário

Deputado **EDUARDO GOMES** – PSDB – TO

4º Secretário

Senador **EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** – PSDB – TO

CONGRESSO NACIONAL

ATO CONVOCATÓRIO

O Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição da República Federativa do Brasil, fazem saber que o Congresso Nacional é convocado extraordinariamente, no período de 16 de dezembro de 2005 a 14 de fevereiro de 2006, dispensada a realização de sessões plenárias no período de 16 de dezembro de 2005 a 13 de janeiro de 2006, para apreciação das seguintes matérias:

I – Matérias em tramitação no Congresso Nacional:

1. Requerimento nº 3, de 2005, do Congresso Nacional – CPMI dos Correios;
2. Ato Conjunto nº 3, de 2005, do Congresso Nacional – Comissão Mista destinada a apresentar sugestões sobre a política de reajustes para o salário-mínimo do País.

II – Matérias em tramitação na Câmara dos Deputados:

1. Matérias a que se referem o art. 51, incisos III e IV, e 62, § 8º, da Constituição Federal;
2. Matérias sob regime de urgência do § 1º do art. 64 da Constituição Federal que estejam tramitando no Congresso Nacional, ou que a ele sejam encaminhadas no período desta Convocação Extraordinária;
3. Comissões Parlamentares de Inquérito constituídas nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal;
4. Matérias que tratam do art. 49, I e XII, e art. 223 da Constituição Federal;
5. Matérias relativas ao art. 55, **caput** e inciso II e § 1º, da Constituição Federal;
6. Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1995, do Deputado Adylson Motta – Dispõe sobre o período de funcionamento do Congresso Nacional;
7. Proposta de Emenda à Constituição nº 347, de 1996, do Deputado Nicias Ribeiro – Dá nova redação ao § 2º do art. 57 da Constituição Federal (Proíbe a interrupção da sessão legislativa sem a aprovação do Orçamento);
8. Proposta de Emenda à Constituição nº 106, de 1999, do Deputado Leur Lomanto – Suprime o parágrafo 7º, do art. 14 da Constituição Federal (Inelegibilidade);
9. Proposta de Emenda à Constituição nº 524, de 2002, do Senado Federal – Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de instituir o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco;
10. Proposta de Emenda à Constituição nº 548, de 2002, do Senado Federal – Dá nova redação ao § 1º do art. 17 da Constituição Federal, para disciplinar as coligações eleitorais (Verticalização);
11. Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2003, do Dep. Maurício Rands – Altera o inciso II do art. 37 da Constituição Federal, permitindo a contratação pela administração pública de agentes comunitários de saúde através do processo seletivo público;
12. Proposta de Emenda à Constituição nº 157, de 2003, do Dep. Luiz Carlos Santos – Convoca Assembléia de Revisão Constitucional e dá outras providências;
13. Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2003, do Senado Federal – Altera a redação da alínea **b** e acrescenta alínea **c** ao inciso XXIII do art. 21, e altera a redação do inciso V do art. 177 da Constituição Federal, para excluir do monopólio da União a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida curta, para usos médicos, agrícolas e industriais (radioisótopos);
14. Proposta de Emenda à Constituição nº 285, de 2004, do Poder Executivo – Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências (Reforma Tributária);
15. Proposta de Emenda à Constituição nº 415, de 2005, do Poder Executivo – Modifica o § 5º do art. 212 da Constituição Federal e dá nova redação aos arts. 60 e 76 do ADCT (FUNDEB);
16. Proposta de Emenda à Constituição nº 446, de 2005, do Deputado Ney Lopes – Dispõe sobre a não-aplicação da ressalva do art. 16 da Constituição Federal, ao pleito eleitoral de 2006 (Reforma Política);
17. Proposta de Emenda à Constituição nº 457, de 2005, do Senador Pedro Simon – Altera o art. 40 da Constituição Federal, relativa ao limite de idade para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral, e acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

18. Proposta de Emenda à Constituição nº 491, de 2005, do Deputado Sigmaringa Seixas – Altera o art. 62 da Constituição Federal;

19. Projeto de Lei Complementar nº 180, de 1997, do Deputado Nicias Ribeiro – Regulamenta o art. 45 da Constituição Federal, estabelecendo a representação dos Estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, e dá outras providências;

20. Projeto de Lei Complementar nº 183, de 2001, do Deputado Paulo Gouvêa – Altera a lista de serviços anexa do Decreto-Lei nº 406, de 31 de dezembro de 1968, com a redação dada pela Lei Complementar nº 56, de 15 de dezembro de 1987;

21. Projeto de Lei Complementar nº 276, de 2002, do Poder Executivo – Altera a Lei Complementar nº 90, de 1º de outubro de 1997, que determina os casos em que forças estrangeiras possam transitar pelo território nacional ou nele permanecer temporariamente;

22. Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2003, do Deputado Roberto Gouveia – Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal (recursos para a saúde);

23. Projeto de Lei Complementar nº 76, de 2003, do Poder Executivo – Institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, estabelece a sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação;

24. Projeto de Lei Complementar nº 91, de 2003, do Poder Executivo – Institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, estabelece a sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação;

25. Projeto de Lei Complementar nº 180, de 2004, do Deputado Milton Monti – Altera a lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências;

26. Projeto de Lei Complementar nº 184, de 2004, do Poder Executivo – Institui, na forma do art. 43 da Constituição, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências;

27. Projeto de Lei Complementar nº 210, de 2004, do Poder Executivo – Institui regime tributário, previdenciário e trabalhista especial à microempresa com receita bruta anual de até R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais), e dá outras providências;

28. Projeto de Lei Complementar nº 249, de 2005, do Poder Executivo – Dispõe sobre a política de resseguro, cosseguro, retrocessão e sua intermediação, de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário, e dá outras providências;

29. Projeto de Lei nº 4.064, de 1993, do Deputado Osório Adriano – Dispõe sobre a emissão de cheques e seu prazo de validade;

30. Projeto de Lei nº 333, de 1999, do Deputado Antônio Kandir – Altera e acresce artigos à Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial;

31. Projeto de Lei nº 2.479, de 2000, do Deputado Ricardo Barros – Altera o art. 12 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que “Dispõe sobre o sistema Nacional de seguros privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências”;

32. Projeto de Lei nº 3.057, de 2000, do Dep. Bispo Wanderval – Inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, renumerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único;

33. Projeto de Lei nº 3.462, de 2000, do Dep. Paulo Rocha – Anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, punidos em razão da participação em movimento grevista;

34. Projeto de Lei nº 3.741, de 2000, do Poder Executivo – Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, define e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e publicação de demonstrações contábeis e dispõe sobre os requisitos de qualificação de entidades de estudo e divulgação de princípios, normas e padrões de contabilidade e auditoria como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público;

35. Projeto de Lei nº 4.358, de 2001, do Dep. Feu Rosa – Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas e dá outras providências;

36. Projeto de Lei nº 5.979, de 2001, da Comissão de Viação e Transportes – Acrescenta o art. 66-A e altera a redação do **caput** do art. 104 na Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e estabelece normas referentes à Inspeção Técnica Veicular – ITV;

37. Projeto de Lei nº 735, de 2003, do Dep. Beto Albuquerque – Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro” (condução de veículo sob influência do álcool ou substância entorpecente);

38. Projeto de Lei nº 787, de 2003, do Dep. Julio Lopes – Institui diretrizes nacionais para a cobrança de tarifas para a prestação dos serviços de abastecimento de água e dá outras providências;

39. Projeto de Lei nº 2.403, de 2003, do Senado Federal – Estende os benefícios fiscais concedidos pelo Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e Decreto-Lei nº 1.435, de 16 de dezembro de 1975, às áreas pioneiras, zonas de fronteira e outras localidades da Amazônia Ocidental e Área de Livre Comércio de Macapá/Santana, no Estado do Amapá;

40. Projeto de Lei nº 2.654, de 2003, da Dep. Maria do Rosário – Dispõe sobre a alteração da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, o Novo Código Civil, estabelecendo o direito da criança e do adolescente a não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, ainda que pedagógicos, e dá outras providências;

41. Projeto de Lei nº 3.248, de 2004, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal – Dispõe sobre a Organização Judiciária do Distrito Federal e Territórios;

42. Projeto de Lei nº 3.337, de 2004, do Poder Executivo – Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências;

43. Projeto de Lei nº 4.186, de 2004, do Poder Executivo – Altera os limites do Parque Nacional de Brasília;

44. Projeto de Lei nº 4.428, de 2004, do Senado Federal – Autoriza o Poder Executivo a criar Colégio Militar nas cidades que especifica;

45. Projeto de Lei nº 4.497, de 2004, do Poder Executivo – Altera dispositivos da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos ao Processo de Execução e a outros assuntos;

46. Projeto de Lei nº 4.559, de 2004, do Poder Executivo – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, e dá outras providências;

47. Projeto de Lei nº 4.591, de 2004, do Dep. Eduardo Cunha – Altera a Lei nº 10.482, de 3 de julho de 2002, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências;

48. Projeto de Lei nº 4.746, de 2005, do Poder Executivo – Institui o Registro Temporário Brasileiro para embarcações de pesca estrangeiras arrendadas ou afretadas, a casco nu, por empresas, armadores de pesca ou cooperativas de pesca brasileiras, e dá outras providências;

49. Projeto de Lei nº 4.792, de 2005, do Dep. Itamar Serpa – Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a execução no processo trabalhista;

50. Projeto de Lei nº 4.835, de 2005, do Poder Executivo – Institui a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima e do antigo Distrito Federal, altera dispositivos da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, dispõe sobre a reorganização e a remuneração da Carreira Policial Civil dos ex-Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, e dá outras providências;

51. Projeto de Lei nº 5.235, de 2005, do Poder Executivo – Autoriza o Poder Executivo a instituir subvenção econômica para disponibilização de medicamentos a baixo custo, dispõe sobre o sistema de co-participação, institui o Comitê Gestor Interministerial do Sistema de Co-Participação e dá outras providências;

52. Projeto de Lei nº 5.250, de 2005, do Senado Federal – Dispõe sobre o parcelamento de débitos de devedores em recuperação judicial, perante a União, suas autarquias, fundações públicas e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e altera os arts. 57 e 73 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005;

53. Projeto de Lei nº 5.296, de 2005, do Poder Executivo – Institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico – PNS;

54. Projeto de Lei nº 5.451, de 2005, do Poder Executivo – Altera dispositivos da Lei nº 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes das Carreiras de Diplomata, Oficial de Chancela-

ria e Assistente de Chancelaria; altera os valores dos salários dos empregos públicos criados pela Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, no Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Juiz-Presidente e Juiz do Tribunal Marítimo; e dá outras providências;

55. Projeto de Lei nº 5.524, de 2005, do Dep. Pedro Canedo – Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso, o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e dá outras providências (Timemania);

56. Projeto de Lei nº 5.855, de 2005, do Senado Federal – Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para dispor sobre o processo e o financiamento eleitoral;

57. Projeto de Lei nº 5.870, de 2005, do Poder Executivo – Disciplina os bancos de dados de proteção ao crédito e de relações comerciais, bem como sua relação com os cadastrados, fontes de informações e consulentes;

58. Projeto de Lei nº 5.877, de 2005, do Poder Executivo – Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências;

59. Projeto de Lei nº 5.919, de 2005, do Poder Executivo – Cria mil novecentos e cinqüenta e um cargos da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, para o Quadro do Ministério do Trabalho e Emprego, e extingue dois mil cento e noventa e um cargos vagos disponíveis no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, e dá outras providências;

60. Projeto de Lei nº 6.142, de 2005, do Dep. Inocêncio Oliveira – Modifica o art. 79 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

61. Projeto de Lei nº 6.164, de 2005, da Dep. Maria Lúcia Cardoso – Altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, prorrogando até 31 de dezembro de 2010, a obrigação de as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica aplicarem, no mínimo, cinqüenta centésimos por cento de sua receita operacional líquida em programas de eficiência energética no uso final;

62. Projeto de Lei nº 6.264, de 2005, do Senado Federal – Institui o Estatuto da Igualdade Racial;

63. Projeto de Lei nº 6.272, de 2005, do Poder Executivo – Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.683, de 28 de maio de 2003, 8.212, de 24 de julho de 1991, 10.910, de 15 de julho de 2004, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 11.098, de 13 de janeiro de 2005, e 10.593, de 6 de dezembro de 2002; e dá outras providências (Super-Receita);

64. Projeto de Lei nº 6.368, de 2005, do Poder Executivo – Altera a estrutura e a remuneração da Carreira do Magistério Superior pertencente ao Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos, de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e dá outras providências;

65. Projeto de Decreto Legislativo nº 2.075, de 2005, do Dep. Raul Jungmann – Altera o art. 3º do Decreto Legislativo nº 7, de 1995, para vedar a ajuda de custo devida ao parlamentar durante a sessão legislativa extraordinária;

III – Matérias em tramitação no Senado Federal:

1. Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, que “Altera o **caput** e os §§ 4º, 6º, II, e 7º e acresce o § 80 ao artigo 57 da Constituição Federal. (Dispõe sobre alteração dos períodos das sessões legislativas e sobre a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária)”;

2. Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000 (Substitutivo), que “Altera os incisos XVIII e XIX do art. 7º da Constituição Federal, para conceder licença-maternidade e licença-paternidade em casos de adoção”;

3. Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002 (Substitutivo), que “Altera o artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a finalidade de ampliar, até o final do exercício de 2006, a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundei), e de dispor sobre o valor mínimo nacional por aluno”;

4. Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2003 (Substitutivo), que “Acresce parágrafo ao art. 183 da Constituição Federal, para aumentar, nas cidades com população inferior a trezentos mil habitantes, a extensão das áreas urbanas passíveis de terem a propriedade transferida por usucapião especial”;

5. Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, que “Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios)”;

6. Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, que “Altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira”;

7. Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, que “Altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias”;

8. Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2004, que “Altera a redação do art. 260 e acrescenta artigos à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (dispõe dedução do Imposto de Renda para doação aos Fundos Nacional, Estaduais e Municipais em favor da criança e do adolescente)”;

9. Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, que “Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências”;

10. Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2005, que “Altera os arts. 504, 506, 515 e 518 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativamente à forma de interposição de recursos, ao saneamento de nulidades processuais, ao recebimento de recurso de apelação e a outras questões”;

11. Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2005, que “Acresce o art. 285-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil. (dispõe sobre o julgamento de ações repetitivas)”;

12. Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2005, que “Altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependências, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; e revoga o art. 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil”;

13. Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2005, que “Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica”;

14. Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 2005, que “Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE”;

15. Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2005, que “Altera a redação do inciso I do art. 218 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (altera a classificação e a punição para os condutores de veículos que transitarem em velocidade superior à máxima)”;

16. Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 2005, que “Dispõe sobre o ensino na Marinha”;

17. Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2005-Complementar, que “Cria o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e dá outras providências”;

18. Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2005, que “Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências”;

19. Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2005, que “Dispõe sobre a instituição de concurso de prognóstico destinado ao desenvolvimento da prática desportiva, a participação de entidades desportivas da modalidade futebol nesse concurso e o parcelamento de débitos tributários e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.522, de 19 de julho de 2002; e dá outras providências”;

20. Projeto de Lei da Câmara que “altera a redação dos art. 29, art. 30, inciso II, art. 32, **caput**, e art. 87, § 2º e § 3º, inciso I, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, dispondo sobre a duração mínima de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade”;

21. Projeto de Lei do Senado nº 171, de 1999, que “Dispõe sobre as sociedades cooperativas”;

22. Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, que “Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”;

23. Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2004, que “Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de motocicletas para utilização no transporte autônomo de passageiros”;

24. Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2005, que “Dispõe sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, liquefação, regaseificação, distribuição e comercialização de gás natural”;
25. Requerimento nº 245, de 2004 – CPI dos Bingos;
26. Requerimento nº 1.261, de 2005 – Comissão Temporária Interna de Segurança Pública;
27. Ato do Presidente nº 79, de 2005 – Grupo de Trabalho da Desburocratização e Simplificação;
28. Matérias a que se refere o art. 52 da Constituição Federal;
29. Projetos de lei de autoria da Comissão Mista da Reforma do Judiciário, criada pelo Ato nº 79, de 2004, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, em 15 de dezembro de 2005 – Deputado **Aldo Rebelo**, Presidente da Câmara dos Deputados – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 13ª SESSÃO CONJUNTA, EM 14 E 15 DE DEZEMBRO DE 2005	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Comunicações da Presidência	
Extinção da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 7, de 2005-CN, tendo em vista o término do prazo, no último dia 16 de novembro, sem apreciação de relatório.....	16524
Publicação nos Diários do Senado Federal de 8 e 9 do corrente dos Pareceres nºs 38 a 43 e 45 a 50, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre as Mensagens nºs 174, de 2003-CN, 88, 193 e 247, de 2004-CN, 14, 17, 21, 24 e 80, de 2005-CN; sobre os Ofícios nºs 20 e 21, de 2004-CN, e 3, de 2005-CN; e sobre os Avisos nºs 34 e 61, de 2004-CN, e 39, de 2005-CN, concluindo pelo arquivamento das matérias e dos documentos a elas apensados.	16524
1.2.2 – Leitura de requerimento	
Nº 28, de 2005-CN, de autoria do Senador Marcelo Crivella e do Deputado João Magno, solicitando a prorrogação do prazo, por 180 dias, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, criada pelo Requerimento nº 2, de 2005-CN. Concedida a prorrogação.	16525
1.2.3 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 161, de 2005-CN (nº 835/2005, na origem), de 8 do corrente, solicitando a retirada do Projeto de Lei nº 61, de 2005-CN. Deferida a solicitação. .	16552
Nº 162, de 2005-CN (nº 848/2005, na origem), encaminhando o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao mês de dezembro de 2005.....	16553
1.2.4 – Ofício	
Nº 1.169/2005, de 13 do corrente, da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, solicitando a substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 267, de 2005.....	16553
1.2.5 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)	
DEPUTADO GILMAR MACHADO – Apresentação de requerimento solicitando informações sobre os gastos com o funcionamento das comissões parlamentares de inquérito.....	16554
DEPUTADO RICARDO BARROS – Necessidade de aprovação do projeto de resolução que dispõe sobre a tramitação das matérias orçamentárias.....	16556
DEPUTADO SR. BABÁ, como Líder – Apoio à derrubada do veto presidencial ao reajuste salarial dos servidores do Tribunal de Contas da União.	16557
DEPUTADO JACKSON BARRETO – Posicionamento favorável à derrubada do veto presidencial ao reajuste salarial aos servidores do Tribunal de Contas da União. Episódio da renúncia do Deputado Estadual Gilmar Carvalho, de Sergipe.....	16558
DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Considerações sobre a elaboração e execução orçamentária.....	16558
DEPUTADO WASNY DE ROURE – Apoio à derrubada do veto presidencial ao reajuste dos servidores do Tribunal de Contas a União. Defesa da atualização dos salários dos servidores da Câmara dos Deputados.	16559
DEPUTADO DR. ROSINHA – Registro da assinatura do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, por ocasião do Encontro de Presidentes do Mercosul, realizado em Montevideu, Uruguai. .	16560
1.3 – ORDEM DO DIA	
Item 1	
Projeto de Lei nº 7, de 2005-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais) e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$ 804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais), para os fins que especifica. Anunciada a matéria.....	16560
1.3.1 – Leitura de requerimento	
Nº 29, de 2005-CN, subscrito pelo Deputado Alberto Goldman, solicitando preferência para apreciação do Veto Total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2005 (nº 4.713/04, na Casa de origem), que altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do	

<p>Tribunal de Contas da União. Retirado, tendo prevalecido acordo no sentido da votação simultânea do veto com a apreciação dos demais itens da Ordem do Dia, após usarem da palavra os Srs. Severiano Alves, Cláudio Cajado, Renato Casagrande, Luciano Zica, Fernando Bezerra, Marcelo Ortiz, Luciana Genro, Rodrigo Maia, Renildo Calheiros, João Fontes, Arlindo Chinaglia, Arnaldo Faria de Sá, Colbert Martins, José Rocha, Wilson Santiago, Gilmar Machado e Alberto Goldman. 16568</p> <p>1.3.2 – Ordem do Dia (Continuação)</p> <p>Veto Presidencial (Votação simultânea com a apreciação dos demais itens) 16568</p> <p>Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2005 (nº 4.713/04, na Casa de origem), que altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Tribunal de Contas da União. Discussão encerrada. (Iniciado o processo de votação secreta – sistema de cédula única)..... 16575</p> <p>Item 1</p> <p>Projeto de Lei nº 7, de 2005-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais) e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais), para os fins que especifica. Aprovado o Substitutivo, ficando prejudicado o projeto. À sanção..... 16575</p> <p>Item 2</p> <p>Projeto de Lei nº 16, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$46.893.589,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado, após usar da palavra o Deputado Alberto Goldman. À sanção... 16609</p> <p>Item 3</p> <p>Projeto de Lei nº 17, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$41.816.719,00 (quarenta e um milhões, oitocentos e dezesseis mil, setecentos e dezenove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado, após usarem da palavra os Deputados Alberto Goldman e Laura Carneiro. À sanção. 16614</p> <p>Item 4</p> <p>Projeto de Lei nº 27, de 2005-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em</p>	<p>favor aos Ministérios da Previdência Social, Saúde e dos Transportes, crédito suplementar no valor global de R\$426.851.197,00 (quatrocentos e vinte e seis milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e sete reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado. À sanção..... 16617</p> <p>Item 5</p> <p>Projeto de Lei nº 30, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$25.832.426,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Aprovado, após usarem da palavra os Deputados Alberto Goldman, Colbert Martins, Walter Pinheiro e Rose de Freitas. À sanção..... 16623</p> <p>1.3.1 – Encerramento da votação do Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2005 (nº 4.713/04, na Casa de origem) e designação de Comissão de Congressistas para acompanhar a apuração dos votos</p> <p>1.3.2 – Suspensa às 13 horas e 47 minutos do dia 14 de dezembro de 2005, a sessão é reaberta às 19 horas e 33 minutos, do dia 15 de dezembro de 2005 e encerrada</p> <p>1.3.3 – Ordem do Dia (Itens cuja apreciação é sobrestada)</p> <p>Item 6</p> <p>Projeto de Lei nº 33, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$26.867.385,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais), para os fins que especifica. Apreciação sobrestada..... 16668</p> <p>Item 7</p> <p>Projeto de Lei nº 36, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$33.468.999,00 (trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Apreciação sobrestada..... 16668</p> <p>Item 8</p> <p>Projeto de Lei nº 42, de 2005-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Apreciação sobrestada..... 16668</p> <p>Item 9</p> <p>Projeto de Lei nº 53, de 2005-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate</p>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

à Fome, crédito especial no valor de R\$879.000,00 (oitocentos e setenta e nove mil reais), para os fins que especifica. Apreciação sobrestada. 16668

Item 10

Projeto de Lei nº 54, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$359.494.942,00 (trezentos e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e quarenta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Apreciação sobrestada. 16668

Item 11

Projeto de Lei nº 60, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$22.440.000,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e quarenta mil reais), para os fins que especifica. Apreciação sobrestada. 16668

Item 12

Projeto de Lei nº 68, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$422.272.976,00 (quatrocentos e vinte e dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos

e setenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências. Apreciação sobrestada. 16668

1.3.4 – Discurso encaminhado à publicação

DEPUTADO LINCOLN PORTELA – Denúncias infundadas contra a empresa da família do Vice-Presidente da República. 16668

2 – ATA DA APURAÇÃO DOS VOTOS AO VETO TOTAL APOSTO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 18, DE 2005

3 – ATAS DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO (Publicadas em suplemento a este Diário)

4 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

5 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

6 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

8 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 13ª Sessão Conjunta, em 14 e 15 de dezembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislativa

Presidência dos Renan Calheiros, Inocêncio Oliveira e João Alberto Souza.

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS
SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 14/12/2005 07:16:40 até 14/12/2005 20:53:17

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	X	PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	X	PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	X	PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	X
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	X	PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	X	PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	X
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	X	PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGLIO	X	X	PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	X
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	X	PFL	PE	MARCO MACIEL	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL	X	X	PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	X	Bloco-PSB	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X	PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCY	X	X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	X	X	PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	X	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	X	PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X	Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X	PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	X
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	X
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X	PFL	SP	ROMEU TUMA	X	X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	X	PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESARENKO	X	X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X	PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	X
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X	PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	X
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN	X	X					

Comparécera(m): 77 Senadores

E`OS SRS. DEPUTADOS:

52ª Legislatura

TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

SESSÃO CONJUNTA Nº 13 - 14/12/2005

Registro Eletrônico de Presença em Plenário

Início : 14/12/2005 10:42

Fim : 15/12/2005 19:32

Total de Presentes : 465

	Partido	Bloco
RORAIMA		
553 - Almir Sá	PL	
002 - Dr. Rodolfo Pereira	PDT	
003 - Francisco Rodrigues	PFL	
004 - Luciano Castro	PL	
007 - Pastor Frankembergen	PTB	
Presentes Roraima: 5		
AMAPÁ		
573 - Badu Picanço	PL	
009 - Coronel Alves	PL	
010 - Davi Alcolumbre	PFL	
012 - Dr. Benedito Dias	PP	
014 - Eduardo Seabra	PTB	
011 - Gervásio Oliveira	PMDB	
015 - Hélio Esteves	PT	
Presentes Amapá: 7		
PARÁ		
019 - Anivaldo Vale	PSDB	
021 - Babá	PSOL	
022 - Jader Barbalho	PMDB	
027 - José Priante	PMDB	
029 - Josué Bengtson	PTB	
028 - Nicias Ribeiro	PSDB	
031 - Nilson Pinto	PSDB	
032 - Raimundo Santos	PL	
606 - Socorro Gomes	PCdoB	
035 - Vic Pires Franco	PFL	
023 - Wladimir Costa	PMDB	
025 - Zé Geraldo	PT	
034 - Zenaldo Coutinho	PSDB	
033 - Zequinha Marinho	PSC	
Presentes Pará: 14		
AMAZONAS		
038 - Átila Lins	PMDB	
037 - Carlos Souza	PP	
036 - Francisco Garcia	PP	
041 - Humberto Michiles	PL	
043 - Pauderney Avelino	PFL	

AMAZONAS**040 - Vanessa Grazziotin****PCdoB****Presentes Amazonas: 6****RONDONIA****044 - Agnaldo Muniz****PP****047 - Anselmo****PT****048 - Eduardo Valverde****PT****013 - Hamilton Casara****PSDB****050 - Marinha Raupp****PMDB****049 - Miguel de Souza****PL****574 - Natan Donadon****PMDB****046 - Nilton Capixaba****PTB****Presentes Rondonia: 8****ACRE****052 - Henrique Afonso****PT****053 - João Correia****PMDB****549 - João Tota****PP****054 - Júnior Betão****PL****057 - Nilson Mourão****PT****056 - Perpétua Almeida****PCdoB****059 - Zico Bronzeado****PT****Presentes Acre: 7****TOCANTINS****061 - Darci Coelho****PP****060 - Eduardo Gomes****PSDB****062 - Homero Barreto****PTB****063 - Kátia Abreu****PFL****064 - Maurício Rabelo****PL****065 - Osvaldo Reis****PMDB****067 - Pastor Amarildo****PSC****066 - Ronaldo Dimas****PSDB****Presentes Tocantins: 8****MARANHÃO****602 - Albérico Filho****PMDB****068 - Antonio Joaquim****PSDB****070 - César Bandeira****PFL****071 - Costa Ferreira****PSC****074 - Dr. Ribamar Alves****PSB****075 - Gastão Vieira****PMDB****072 - João Castelo****PSDB****076 - Luciano Leitoa****PSB****077 - Neiva Moreira****PDT****078 - Nice Lobão****PFL****080 - Pedro Fernandes****PTB****082 - Pedro Novais****PMDB****083 - Remi Trinta****PL****085 - Sarney Filho****PV****086 - Sebastião Madeira****PSDB****081 - Terezinha Fernandes****PT**

MARANHÃO**084 - Wagner Lago****PDT****Presentes Maranhão: 17****CEARÁ****586 - André Figueiredo****PDT****087 - Aníbal Gomes****PMDB****583 - Antenor Naspolini****PSDB****091 - Antonio Cambraia****PSDB****092 - Ariosto Holanda****PSB****090 - Arnon Bezerra****PTB****088 - Bismarck Maia****PSDB****095 - Eunício Oliveira****PMDB****541 - Gonzaga Mota****PSDB****094 - Inácio Arruda****PCdoB****093 - João Alfredo****PSOL****096 - José Linhares****PP****097 - José Pimentel****PT****098 - Léo Alcântara****PSDB****522 - Manoel Salviano****PSDB****099 - Marcelo Teixeira****PSDB****550 - Mauro Benevides****PMDB****101 - Moroni Torgan****PFL****106 - Pastor Pedro Ribeiro****PMDB****107 - Vicente Arruda****PSDB****108 - Zé Gerardo****PMDB****Presentes Ceará: 21****PIAUI****109 - Átila Lira****PSDB****111 - B. Sá****PSB****114 - Júlio Cesar****PFL****110 - Marcelo Castro****PMDB****117 - Mussa Demes****PFL****554 - Nazareno Fonteles****PT****118 - Paes Landim****PTB****555 - Simplício Mário****PT****Presentes Piauí: 8****RIO GRANDE DO NORTE****119 - Álvaro Dias****PDT****120 - Betinho Rosado****PFL****121 - Fátima Bezerra****PT****123 - Henrique Eduardo Alves****PMDB****124 - Iberê Ferreira****PSB****122 - Nélio Dias****PP****126 - Ney Lopes****PFL****Presentes Rio Grande do Norte: 7****PARAÍBA****128 - Benjamin Maranhão****PMDB****130 - Carlos Dunga****PTB****134 - Domiciano Cabral****PSDB**

PARAÍBA

132 - Enivaldo Ribeiro	PP
543 - Inaldo Leitão	PL
131 - Lúcia Braga	PMDB
133 - Luiz Couto	PT
542 - Marcondes Gadelha	PSB
259 - Philemon Rodrigues	PTB
540 - Ricardo Rique	PL
136 - Wellington Roberto	PL
137 - Wilson Santiago	PMDB
Presentes Paraíba: 12	

PERNAMBUCO

142 - André de Paula	PFL
144 - Armando Monteiro	PTB
604 - Carlos Batata	PSDB
152 - Carlos Eduardo Cadoca	PMDB
140 - Eduardo Campos	PSB
143 - Gonzaga Patriota	PSB
145 - Inocêncio Oliveira	PL
156 - Joaquim Francisco	PFL
561 - Jorge Gomes	PSB
147 - José Chaves	PTB
149 - José Mendonça Bezerra	PFL
150 - José Múcio Monteiro	PTB
151 - Luiz Piauhyllino	PDT
161 - Marcos de Jesus	PFL
138 - Maurício Rands	PT
146 - Pastor Francisco Olímpio	PSB
148 - Paulo Rubem Santiago	PT
153 - Pedro Corrêa	PP
155 - Raul Jungmann	PPS
157 - Renildo Calheiros	PCdoB
158 - Roberto Freire	PPS
159 - Roberto Magalhães	PFL
609 - Salatiel Carvalho	PMDB
Presentes Pernambuco: 23	

ALAGOAS

162 - Benedito de Lira	PP
164 - Helenildo Ribeiro	PSDB
167 - João Caldas	PL
165 - João Lyra	PTB
169 - José Thomaz Nonô	PFL
168 - Maurício Quintella Lessa	PDT
171 - Olavo Calheiros	PMDB
170 - Rogério Teófilo	PPS
Presentes Alagoas: 8	

SERGIPE

172 - Bosco Costa	PSDB
176 - Cleonânicio Fonseca	PP

SERGIPE

173 - Heleno Silva	PL
570 - Ivan Paixão	PPS
174 - Jackson Barreto	PTB
177 - João Fontes	PDT
175 - Jorge Alberto	PMDB
178 - José Carlos Machado	PFL
Presentes Sergipe: 8	

BAHIA

180 - Alice Portugal	PCdoB
181 - Antonio Carlos Magalhães Neto	PFL
183 - Aroldo Cedraz	PFL
186 - Claudio Cajado	PFL
184 - Colbert Martins	PPS
187 - Coriolano Sales	PFL
188 - Daniel Almeida	PCdoB
189 - Edson Duarte	PV
190 - Fábio Souto	PFL
191 - Félix Mendonça	PFL
194 - Fernando de Fabinho	PFL
193 - Geddel Vieira Lima	PMDB
185 - Gerson Gabrielli	PFL
195 - Guilherme Menezes	PT
196 - Jairo Carneiro	PFL
198 - João Almeida	PSDB
199 - João Leão	PP
192 - Jonival Lucas Junior	PTB
202 - José Carlos Aleluia	PFL
197 - José Carlos Araújo	PL
203 - José Rocha	PFL
200 - Josias Gomes	PT
206 - Jutahy Junior	PSDB
182 - Luiz Bassuma	PT
205 - Luiz Carreira	PFL
207 - Marcelo Guimarães Filho	PFL
210 - Mário Negromonte	PP
208 - Milton Barbosa	PSC
209 - Nelson Pellegrino	PT
214 - Paulo Magalhães	PFL
212 - Pedro Irujo	PMDB
211 - Reginaldo Germano	PP
213 - Robério Nunes	PFL
215 - Severiano Alves	PDT
218 - Walter Pinheiro	PT
217 - Zezéu Ribeiro	PT
Presentes Bahia: 36	

MINAS GERAIS

576 - Ademir Camilo	PDT
600 - Alexandre Maia	PMDB

MINAS GERAIS

591 - Ana Guerra	PT
223 - Aracely de Paula	PL
221 - Bonifácio de Andrada	PSDB
224 - Cabo Júlio	PMDB
226 - Carlos Melles	PFL
521 - Carlos Mota	PSB
222 - Carlos Willian	PMDB
225 - César Medeiros	PT
527 - Cleuber Carneiro	PTB
228 - Custódio Mattos	PSDB
227 - Dr. Francisco Gonçalves	PPS
231 - Edmar Moreira	PFL
230 - Eduardo Barbosa	PSDB
232 - Eliseu Resende	PFL
233 - Fernando Diniz	PMDB
236 - Geraldo Thadeu	PPS
234 - Gilmar Machado	PT
531 - Ibrahim Abi-Ackel	PP
237 - Isaías Silvestre	PSB
238 - Ivo José	PT
240 - Jaime Martins	PL
239 - João Magalhães	PMDB
242 - João Magno	PT
246 - João Paulo Gomes da Silva	PSB
241 - José Militão	PTB
249 - José Santana de Vasconcellos	PL
250 - Júlio Delgado	PSB
245 - Lael Varella	PFL
251 - Leonardo Mattos	PV
253 - Leonardo Monteiro	PT
243 - Lincoln Portela	PL
247 - Márcio Reinaldo Moreira	PP
244 - Maria do Carmo Lara	PT
572 - Maria Lúcia Cardoso	PMDB
262 - Mário Assad Júnior	PSB
267 - Mário Heringer	PDT
252 - Mauro Lopes	PMDB
248 - Narcio Rodrigues	PSDB
269 - Odair Cunha	PT
256 - Osmânio Pereira	PTB
257 - Paulo Delgado	PT
258 - Rafael Guerra	PSDB
272 - Reginaldo Lopes	PT
261 - Roberto Brant	PFL
523 - Romel Anizio	PP
260 - Romeu Queiroz	PTB
266 - Sérgio Miranda	PDT
560 - Vadinho Baião	PT
264 - Virgílio Guimarães	PT

MINAS GERAIS**271 - Vittorio Mediolli****PV****Presentes Minas Gerais: 52****ESPÍRITO SANTO****273 - Iriny Lopes****PT****580 - Jair de Oliveira****PMDB****275 - Manato****PDT****277 - Marcelino Fraga****PMDB****278 - Marcus Vicente****PTB****280 - Neucimar Fraga****PL****279 - Nilton Baiano****PP****281 - Renato Casagrande****PSB****282 - Rose de Freitas****PMDB****Presentes Espírito Santo: 9****RIO DE JANEIRO****588 - Aldir Cabral****PFL****284 - Alexandre Cardoso****PSB****285 - Alexandre Santos****PMDB****286 - Almerinda de Carvalho****PMDB****283 - Almir Moura****PFL****571 - André Costa****PDT****292 - Antonio Carlos Biscaia****PT****532 - Carlos Nader****PL****290 - Carlos Santana****PT****295 - Chico Alencar****PSOL****297 - Deley****PSC****294 - Dr. Heleno****PSC****298 - Edson Ezequiel****PMDB****300 - Eduardo Cunha****PMDB****307 - Eduardo Paes****PSDB****301 - Elaine Costa****PTB****296 - Fernando Gabeira****PV****528 - Fernando Gonçalves****PTB****304 - Fernando Lopes****PMDB****299 - Francisco Dornelles****PP****539 - Itamar Serpa****PSDB****302 - Jair Bolsonaro****PP****303 - Jandira Feghali****PCdoB****293 - João Mendes de Jesus****PSB****310 - Jorge Bittar****PT****305 - José Divino****PMR****308 - Juíza Denise Frossard****PPS****309 - Julio Lopes****PP****311 - Laura Carneiro****PFL****312 - Leonardo Picciani****PMDB****313 - Luiz Sérgio****PT****599 - Márcio Fortes****PSDB****317 - Miro Teixeira****PDT****316 - Moreira Franco****PMDB**

RIO DE JANEIRO

318 - Nelson Bornier	PMDB
320 - Paulo Baltazar	PSB
321 - Paulo Feijó	PSDB
319 - Reinaldo Betão	PL
603 - Reinaldo Gripp	PL
322 - Rodrigo Maia	PFL
326 - Sandro Matos	PTB
327 - Simão Sessim	PP
328 - Vieira Reis	PMR
Presentes Rio de Janeiro: 43	

SÃO PAULO

330 - Alberto Goldman	PSDB
331 - Aldo Rebelo	PCdoB
329 - Amauri Gasques	PL
340 - Angela Guadagnin	PT
332 - Antonio Carlos Mendes Thame	PSDB
334 - Antonio Carlos Pannunzio	PSDB
336 - Arlindo Chinaglia	PT
337 - Arnaldo Faria de Sá	PTB
582 - Ary Kara	PTB
338 - Carlos Sampaio	PSDB
344 - Celso Russomanno	PP
597 - Chico Sardelli	PV
339 - Cláudio Magrão	PPS
345 - Corauci Sobrinho	PFL
348 - Delfim Netto	PMDB
342 - Devanir Ribeiro	PT
346 - Dimas Ramalho	PPS
350 - Durval Orlato	PT
352 - Elimar Máximo Damasceno	PRONA
353 - Enéas	PRONA
601 - Fernando Estima	PPS
360 - Iara Bernardi	PT
355 - Ildeu Araujo	PP
362 - Jamil Murad	PCdoB
363 - Jefferson Campos	PTB
335 - João Batista	PP
366 - José Eduardo Cardozo	PT
367 - José Mentor	PT
368 - Jovino Cândido	PV
369 - Julio Semeghini	PSDB
370 - Lobbe Neto	PSDB
372 - Luciano Zica	PT
341 - Luiz Antonio Fleury	PTB
375 - Luiz Carlos Santos	PFL
376 - Luiz Eduardo Greenhalgh	PT
371 - Luiza Erundina	PSB
585 - Marcelo Barbieri	PMDB
377 - Marcelo Ortiz	PV

SÃO PAULO

526 - Mariângela Duarte	PT
373 - Medeiros	PL
380 - Michel Temer	PMDB
374 - Milton Monti	PL
381 - Nelson Marquezelli	PTB
379 - Neuton Lima	PTB
382 - Orlando Fantazzini	PSOL
388 - Professor Luizinho	PT
390 - Ricardo Berzoini	PT
385 - Ricardo Izar	PTB
391 - Roberto Gouveia	PT
386 - Robson Tuma	PFL
387 - Salvador Zimbaldi	PSB
581 - Silvio Torres	PSDB
389 - Telma de Souza	PT
392 - Vadão Gomes	PP
394 - Vanderlei Assis	PP
395 - Vicente Cascione	PTB
396 - Vicentinho	PT
579 - Walter Barelli	PSDB
347 - Wanderval Santos	PL
584 - Xico Graziano	PSDB
398 - Zulaiê Cobra	PSDB
Presentes São Paulo: 61	

MATO GROSSO

399 - Carlos Abicalil	PT
569 - Lino Rossi	PP
403 - Pedro Henry	PP
401 - Ricarte de Freitas	PTB
559 - Teté Bezerra	PMDB
405 - Thelma de Oliveira	PSDB
Presentes Mato Grosso: 6	

DISTRITO FEDERAL

408 - Alberto Fraga	PFL
411 - Jorge Pinheiro	PL
409 - José Roberto Arruda	PFL
547 - Osório Adriano	PFL
412 - Sigmaringa Seixas	PT
414 - Tatico	PTB
525 - Wasny de Roure	PT
Presentes Distrito Federal: 7	

GOIÁS

416 - Barbosa Neto	PSB
415 - Carlos Alberto Leréia	PSDB
517 - Enio Tatico	PL
418 - João Campos	PSDB
419 - Jovair Arantes	PTB
420 - Leandro Vilela	PMDB

GOIÁS

423 - Neyde Aparecida	PT
565 - Pedro Canedo	PP
428 - Pedro Chaves	PMDB
429 - Ronaldo Caiado	PFL
425 - Rubens Otoni	PT
426 - Sandes Júnior	PP
431 - Sandro Mabel	PL
563 - Sérgio Caiado	PP
430 - Vilmar Rocha	PFL
Presentes Goiás: 15	

MATO GROSSO DO SUL

432 - Antônio Carlos Biffi	PT
434 - Antonio Cruz	PP
435 - Geraldo Resende	PPS
433 - João Grandão	PT
436 - Murilo Zauith	PFL
437 - Nelson Trad	PMDB
438 - Vander Loubet	PT
439 - Waldemir Moka	PMDB
Presentes Mato Grosso do Sul: 8	

PARANÁ

440 - Abelardo Lupion	PFL
441 - Affonso Camargo	PSDB
556 - Airton Roveda	PPS
445 - Alex Canziani	PTB
442 - André Zacharow	PMDB
443 - Assis Miguel do Couto	PT
447 - Cezar Silvestri	PPS
446 - Chico da Princesa	PL
608 - Cláudio Rorato	PMDB
453 - Colombo	PT
444 - Dilceu Sperafico	PP
449 - Dr. Rosinha	PT
460 - Dra. Clair	PT
461 - Eduardo Sciarra	PFL
466 - Giacomo	PL
450 - Gustavo Fruet	PSDB
448 - Hermes Parcianello	PMDB
455 - Iris Simões	PTB
454 - Luiz Carlos Haully	PSDB
456 - Max Rosenmann	PMDB
462 - Moacir Micheletto	PMDB
458 - Nelson Meurer	PP
459 - Odílio Balbinotti	PMDB
464 - Oliveira Filho	PL
463 - Osmar Serraglio	PMDB
465 - Ricardo Barros	PP
518 - Selma Schons	PT

PARANÁ**469 - Takayama****596 - Vitorassi****Presentes Paraná: 29****SANTA CATARINA****471 - Adelor Vieira****544 - Edison Andrino****478 - Fernando Coruja****479 - Gervásio Silva****472 - Ivan Ranzolin****474 - João Pizzolatti****475 - Jorge Boeira****480 - Leodegar Tiscoski****481 - Luci Choinacki****477 - Mauro Passos****482 - Paulo Afonso****483 - Paulo Bauer****484 - Vignatti****485 - Zonta****Presentes Santa Catarina: 14****RIO GRANDE DO SUL****486 - Adão Pretto****605 - Afonso Hamm****487 - Alceu Collares****490 - Beto Albuquerque****494 - Cezar Schirmer****491 - Darcísio Perondi****493 - Enio Bacci****496 - Érico Ribeiro****519 - Francisco Appio****497 - Francisco Turra****499 - Júlio Redecker****502 - Kelly Moraes****506 - Luciana Genro****500 - Luis Carlos Heinze****575 - Marco Maia****508 - Maria do Rosário****504 - Mendes Ribeiro Filho****520 - Milton Cardias****510 - Onyx Lorenzoni****509 - Osvaldo Biolchi****512 - Pastor Reinaldo****513 - Paulo Pimenta****505 - Pompeo de Mattos****515 - Tarcísio Zimmermann****589 - Wilson Cignachi****516 - Yeda Crusius****Presentes Rio Grande do Sul: 26****PMDB****PT****PMDB****PMDB****PPS****PFL****PFL****PP****PT****PP****PT****PT****PMDB****PSDB****PT****PP****PT****PP****PDT****PSB****PMDB****PMDB****PDT****PP****PP****PP****PSDB****PTB****PSOL****PP****PT****PT****PMDB****PTB****PFL****PMDB****PTB****PT****PDT****PT****PMDB****PSDB**

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – As listas de presença acusam o comparecimento de 77 Senadores e 465 Deputados.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Convido o Deputado César Bandeira, do PFL do Maranhão, para Secretariar a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou, no dia 16 de novembro próximo passado, sem apreciação de relatório, o prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 7, de 2005-CN, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos.

Nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum, a Presidência declara extinta a referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que estão publicados nos Diários do Senado Federal de 8 e 9 do corrente, os seguintes Pareceres:

Parecer nº 38, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre as Mensagens nº 88/2004-CN; nº 193/2004-CN e nº 17/2005-CN, que encaminham ao Congresso nacional os Relatórios de Avaliação do Cumprimento da Meta de Superávit Primário do conjunto dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e do programa de Dispêndios Globais das empresas Estatais Federais não financeiras, relativos aos 1º e 2º quadrimestres de 2004 e ao exercício de 2004, concluindo pelo arquivamento da matéria.

Parecer nº 39, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Ofício nº 21/2004-CN (Ofícios do Banco Central do Brasil Presi-2004/2012, de 30-08-04; Presi-2004/2432, de 11-11-04 e Presi-2005/0208, de 28-02-05, na origem) que “encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Financeiras daquele Banco Central referente ao primeiro semestre de 2004, conforme determina o art. 104, da Lei nº 10.707, de 30-07-03 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2004)”, concluindo pelo arquivamento da matéria.

Parecer nº 40, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 39, de 2005-CN (Aviso nº 1.413-SGP-TCU-Plenário, de 14 de setembro de 2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 1.434, de 2005 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam (TC 008.908/2005-5), e o Aviso nº 1.917-SGS-TCU-Plenário, de 19 de outubro de 2005, relativo ao Acórdão nº 1.656/2005-TCU-Plenário, concluindo pelo arquivamento da matéria.

Parecer nº 41, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 61/2004-CN (2.307-GP-TCU) que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão sobre o Relatório de Gestão Fiscal dos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, referente ao período de maio a agosto de 2004, apensando os seguintes documentos: Mensagem nº 196/2004 – CN – da Presidência da República, Ofício nº 22/2004-CN (Ofício nº 1.033 da Procuradoria Geral da República), Ofício nº 23/2004-CN (Ofício 1.159/04 da Câmara dos Deputados), todos encaminhando os respectivos relatórios, concluindo pelo arquivamento das matérias.

Parecer nº 42, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 247, de 2004-CN que, encaminha ao Congresso Nacional o demonstrativo da atualização dos parâmetros para a elaboração do Orçamento de 2005, concluindo pelo arquivamento da matéria.

Parecer nº 43, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Ofício nº 20, de 2004-CN que encaminha ao Congresso Nacional as Demonstrações Contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, referentes ao primeiro semestre de 2004, de acordo com o art. 20, parágrafo 4º, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, concluindo pelo arquivamento da matéria.

Parecer nº 45, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Ofício nº 3, de 2005-CN, que “Encaminha ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 20, § 4º, da Lei nº 7.827, de 1989, exemplar do Relatório das Atividades Desenvolvidas e dos Resultados Obtidos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, no exercício de 2003”, concluindo pelo arquivamento da matéria.

Parecer nº 46, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 21, de 2005-CN, que encaminha ao Congresso Nacional Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, em cumprimento ao § 8º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO 2005), concluindo pelo arquivamento da matéria.

Parecer nº 47, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 34/2004-CN (1.405-SGS-TCU) que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão e do Voto sobre o Relatório de Gestão Fiscal dos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público, referente ao período de janeiro a abril de 2004, apensando os seguintes documentos: Mensagem nº 83/2004 – CN – da Presidência da República, Ofício nº 17/2004-CN (225/GP do Supremo Tribunal Federal), Ofício nº 18/2004-CN (Ofício nº 560 da Procuradoria Geral da República), Ofício nº 19/2004/CN (Ofício 765/04 da Câmara dos Deputados), todos encaminhando os respectivos Relatórios, concluindo pelo arquivamento das matérias.

Parecer nº 48, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 174, de 2003-CN, que, nos termos do § 5º do artigo 67, da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, encaminha ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receita e Despesas, realizadas até o mês de novembro de 2003, concluindo pelo arquivamento da matéria.

Parecer nº 49, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 24/2005-CN (anexada à Mensagem nº 47/2005-CN), e sobre a Mensagem nº 80/2005, que, encaminham ao Congresso Nacional o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, nos termos do § 6º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, referente ao primeiro e terceiro bimestre de 2005, concluindo pelo arquivamento das matérias.

Parecer nº 50, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Mensagem nº 14, de 2005-CN (nº 457-SGS-TCU/2005, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 442, de 2005 -TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente ao Levantamento de Auditoria nas obras de Duplicação de Trechos Rodoviários no Corredor Transmetropolitano - BR-116/SP - São

Paulo - Divisa SP/PR (TC nº 009.409/2002-5)”, concluindo pelo arquivamento das matérias. As matérias vão ao Arquivo

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado César Bandeira, do PFL, do Maranhão.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2005 – CN

Requeremos, na forma do art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) combinado com o art. 151 do Regimento Comum, a prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias, do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração, criada pelo Requerimento nº 2, de 2005 – CN (Diário do Congresso Nacional, 6 de maio de 2005), com a finalidade de apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

Recebido o Requerimento, requeremos seja procedida sua imediata leitura e correspondente publicação, para que produza todos os efeitos legais pertinentes.

Atendendo ao disposto no § 1º do art. 145 do RISF e no art. 35, § 6º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, informamos, ainda, a previsão orçamentária de R\$130.000,00 (cento e trinta mil reais), para cobrir os gastos da prorrogação.

Justificação

A denominada CPMI da Emigração foi criada com prazo certo de cento e oitenta dias, encenando seus trabalhos, conforme previsão inicial, no próximo dia 17 de fevereiro de 2006.

A despeito da grave crise política ocorrida no período, os integrantes da CPMI trabalharam incansavelmente para obter resultados concretos. Nesse sentido, a comissão realizou diversas audiências públicas em Minas Gerais (Governador Valadares e Poços de Caldas), Santa Catarina (Criciúma) e São Paulo (capital), buscando aprofundar as investigações sobre as quadrilhas que exploram a remessa ilegal de brasileiros para o exterior, seja na condição de emigrantes, seja como vítimas do tráfico de pessoas.

A CPMI pôde, ainda, conhecer in loco as reais necessidades de brasileiros que vivem nos Estados Unidos da América, bem como no Reino Unido, Portugal e Espanha, o que permitiu uma visão mais abalizada dos problemas enfrentados por essas comunidades.

O prazo inicial de 180 dias revelou-se a quem das enormes responsabilidades da CPMI. O encerramento precipitado de seus trabalhos poderia pôr a perder todos os esforços empreendidos para identificar e responsabilizar os grupos que se aproveitam da referida prática. A Comissão pretende, de igual modo, apresentar proposições legislativas que coibam o tráfico de emigrantes, bem como consolidar políticas públicas consistentes no setor.

Estamos convencidos, pois, de que a emigração de brasileiros é um dos fenômenos mais complexos e dramáticos da atualidade, razão pela qual a prorrogação dos trabalhos da CPMI representa, antes de tudo, um compromisso ético de todo o parlamento brasileiro.

Sala das Sessões. – Senador **Marcello Crivela**, Presidente – Deputado **João Magno**, Relator.

Requerimento nº , de 2005 - CN

Requerimento para prorrogação, por 180 dias, dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento 2, de 2005 - CN (Diário do Congresso Nacional, 6 de maio de 2005), com a finalidade de apurar delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

Ordem	Assinatura	Nome
1.		HELOISA HELENA 1
2.		LEOMAR DAVAN 2
3.		Flávio Azevedo
4.		Flávio Azevedo
5.		EDUARDO SUPLICY
6.		TERACINTO FORTES
7.		SENADOR EDISON LOBÃO 7
8.		MAGNO MALTA 8
9.		JOSE MARANHÃO
10.		Manoel de Barros
11.		CARLOS MÚRIAS HELIODOR
12.		CÉSAR BORGES
13.		CÉSAR BORGES
14.		Setúrcio
15.		Helton
16.		Romão
17.		VALDIR RAUPP
18.		RAMEZ TEBET
19.		A CIVALADOR
20.		Ideli
21.		Coluana

22.		LEOMAR QUINTANILHA 22
23.		JUVENIO DA FONSECA 23
24.		Romeu Tuma 24
25.		EDUARDO LACERDA 25
26.		RUMEIDA LIMA 26
27.		NET SUASSUNA 27
28.		Jairo de Souza 28
29.		Luiz Otávio 29
30.		

ASSINATURAS DE DEPUTADOS

PROPOSIÇÃO Nº 111 - EMIGRANTES

NOME	ASSINATURA	PARTIDO
1. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Signature]</i>	PT/AC
2. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Signature]</i>	PC/DF
3. AEDIR CARVALHO	<i>[Signature]</i>	PFL/RJ
4. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Signature]</i>	PPS/MG
5. TAKAYAMA	<i>[Signature]</i>	PMDB-PR
6. André Costa	<i>[Signature]</i>	PDT-RJ
7. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Signature]</i>	PT-MG
8. ALBERTO VASTO	<i>[Signature]</i>	PELOD
9. ROSETO BRAT	<i>[Signature]</i>	PR-PA
10. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Signature]</i>	PT-PA
11. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Signature]</i>	PT/SP
12. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Signature]</i>	489/PTMS
13. <i>[Handwritten Name]</i>	<i>[Signature]</i>	3215/589
14. ASSIS	<i>[Signature]</i>	PT
15. A Carlos Belli	<i>[Signature]</i>	P-MS

87. *[Signature]* *[Handwritten Name]* *[Handwritten Name]*

88. *[Signature]* Alcântara

89. *[Signature]* José *[Handwritten Name]*

PROLOCAÇÕES E PMI - EMIGRANTES

16. Jozão Nunes	Jozão Nunes	PTSD
17. J. J. J. J.	J. J. J. J.	H-ES
18. João Paulo Cunha	João Paulo Cunha	PP-199
19. NILSON MOURAS	Nilson Mouras	PT
20. Luiz Eduardo Guller	Luiz Eduardo Guller	PTSP
21. WALTER FERNANDES	Walter Fernandes	PT-B
22. JAKSON BARRETO	Jackson Barreto	732
23. Annize Fortes	Annize Fortes	272 PTES
24. N. Rubens	N. Rubens	501-PT90
25. Neyde Aparecida	Neyde Aparecida	638-PT60
26. Lelches Santana	Lelches Santana	216 PTES
27. DITO VITACASSI	Dito Vitacassi	806 PTES
28. Regimilda Lopes	Regimilda Lopes	426 PT-MU
29. Luis Coutinho	Luis Coutinho	442 PT P3
30. Luciana Ladeira	Luciana Ladeira	529 PMDB-RJ
31. Amerinda Cavalcanti	Amerinda Cavalcanti	216 PMDB-RJ
32. Vadinho Barros	Vadinho Barros	280 PMDB
90 JAIRO CAANEIRO	Jairo Caaneiro	420 PFL
91. Mylynyres + Zolner	Mylynyres + Zolner	326 PFL
92. MUSA JEMES	Musa Jemes	525 PFL
93. MUSA JEMES	Musa Jemes	712 PFL

PROPOSIÇÕES E PM1 - EMICRAVADOS

33.	Caracul de Mendes		PT/RO
34.	Wladimir		PMDB/PA
35.	Edinoro Fontenejo		PPS-SP
36.	Belmir Camilo		PP7-MS
37.	Quirino Cordeiro		PT-PE
38.	Adair Cunha		PT-MS
39.	Zilvo Procópio		PT/AC
40.	Walcyr Augusto		PMDB/MS
41.	JOÃO PAULO G. SILVA		PSB/MS
42.	NAZARENO FONSECA		PT/PI
43.	Assis M. do Couto		PT/PR
44.	FERNANDO ESTIMA		PPS/SP
45.	OSÉ M. LIMA		PMB/MS
46.	JOSE DIXINO		PMDB/MS
47.	Amílcar Almeida		PT-BA
48.	Dr. FRANCISCO		PPS-SC
49.	Vigorelli		PT-SC/MS
94.	JORGE PINHEIRO		PL-DF/SC
95.	MILTON BARBOSA		PSC/BA-422
96.	ANTÔNIO RABELO		PL/TO-458
97.	JARBASSON		PPS-MS-732

PROLOGAÇÃO E PUNI-EMERITANOS

50.	Jamil Mourad		937
51.	Wilson Schreyer		825
52.	Amirani Coubele		237
53.	MARIA LUCIA		932
54.	DILTO VITORASSI		806
55.	ADALDO BRONDO		280
56.	ADRIEL CARVALO		744
57.	IRIO JOSEI		573
58.	Carlos NAJER		533
59.	Carlos Santana		286
60.	Francisco Fátima		427
61.	André Vitor		385
62.	Juan Valente		716
63.	JOÃO ALBERTO		566
64.	André COSTA		285
65.	Luca Abimael		248
66.	Genaldos BRAGA		278
98	FERNANDO LOPES	Domingos H	640
99		Ag. de. x. h. t	527
10	ROBERTO SOARES BRAUT		950

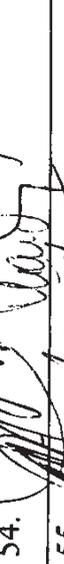
- PROMOVIMENTO CPMS BUI'S NANTES -

67.	Maria Julia	Maria Julia	252-PMDB
68.	Vanessa	Vanessa	724
69.	ANGELA GUADAGUIN	ANGELA GUADAGUIN	270-PT/SP
70.	DURVAL ORLATO	DURVAL ORLATO	820-PT/SP
71.	LEONARDO PICCIANI	LEONARDO PICCIANI	325
72.	Deborah Nassar	Deborah Nassar	319
73.	JOÃO PAULO R. SILVA	JOÃO PAULO R. SILVA	933
74.	LAURO FONTES	LAURO FONTES	256
75.	LAURO GONCALVES	LAURO GONCALVES	484
76.	MARCUS VINICIUS	MARCUS VINICIUS	274
77.	Salvo	Salvo	480
78.	Valdeir Tereza	Valdeir Tereza	519
79.	Felipe de Souza	Felipe de Souza - 467	PT-SP
80.	JAITE KANTY	JAITE KANTY	PL-176
81.	DENISE FERREIRA	DENISE FERREIRA	PPS-330
82.	Perpetua Aparecida	Perpetua Aparecida	625
83.		Ulex	206

84. Gerardo Andrade - PFL/SP
 85. Waldemir Moka - PMDB/MS
 86. Nelson Tied - PFL/MS
 907-PPS/MS
 448-PMDB/MS
 452-PPS/MS

NOME	ASSIN	partidos	Gab
Alfredo de Amorim		PSDB	239
João de Freitas		PMDB	939
Luiz Carlos Santos		PFL	836

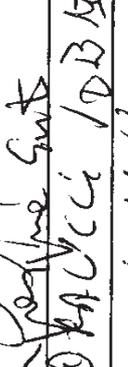
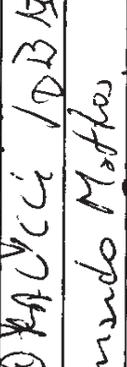
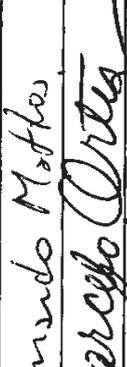
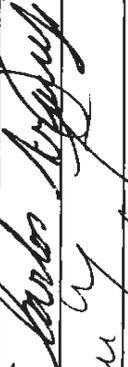
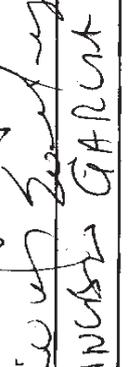
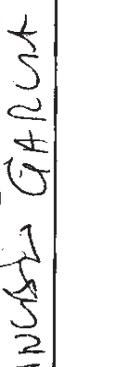
PRORROGAÇÃO DOS TRABALHOS DA
CPMI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL

50.		REGINALDO GERONIMO	310
51.		AMAUURI GASQUES	354
52.			348
53.		FREITAS QUINIM	611
54.		AEDRO R. R. BARBOSA	819
55.		ACM NETO	939
56.		ODAIRIN FONTE	366
57.		PLENO LEON	829
58.		SIMAS	709
59.		FEDERICO CORIO	934
60.		PHILIMON RODRIGUES	226
61.		JA	
62.		PAULO	923
63.		PERONI	511
64.		Juliana	524
65.		ENARDO SCIANNA	453
66.			

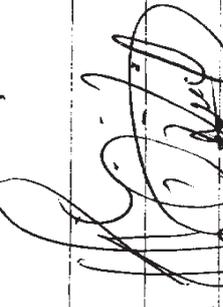
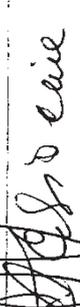
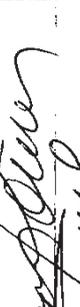
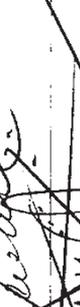
PROMOÇÃO DOS TRABALHOS DA
CPMI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL

		Marcos Feinvaldo	P. MG
67.	Marcos Feinvaldo		P. MG
68.	Alcides Lopes		PP/RR
69.	Marcos Feinvaldo		627
70.	BARBARA M. L.		736 - P. RJ - C
71.	ENRIQUE G. GONCALVES		244
72.	ARVALDO DE ARAUJO		513
73.	Alcides Lopes		P. SDB - C
74.	Alcides Lopes		PTB
75.	Alcides Lopes		PTB/14
76.	REINALDO BERTHO		P. L - RJ - 632
77.	Alcides Lopes		P. L - RJ - 639
78.	LEONARDO ARAUJO		PP/SE
79.	ZILIO BERTHO		PP/DC
80.	ARNALDO FÁBIA DE SÁ		CPM
81.	Ronaldo Junior		PSDB
82.	DIRCEU GONCALVES DIAS		PP
83.	José Carlos Cohn		PSDB - RJ

PRORROGAÇÃO DO TRABALHO DA CPMI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL

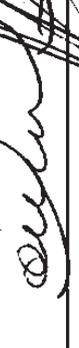
33.		Cesar	643
34.		Carlos Póster	608
35.		MÁRIO HERLINGER	212
36.		MIRO TEIXEIRA	272
37.		JAIRO MABEL	443
38.		LUIZ COUTO	442
39.		WACZIARG	460
40.		Gerardo Mathos	914
41.		AGNALDO AZEITEIRO	931
42.		JAIRO MABEL	246
43.		TULLY JR	407
44.		BISMACK MUNA	622
45.		FABIO SOUTO	807
46.		EDSON EZEQUIEL	308
47.		Edson EZEQUIEL	748
48.		FRANCISCO GARANT	906
49.		FRANCISCO GARANT	520

PRORROGAÇÃO CPMI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL

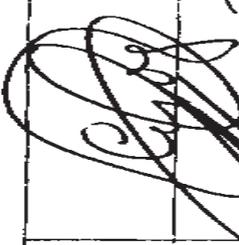
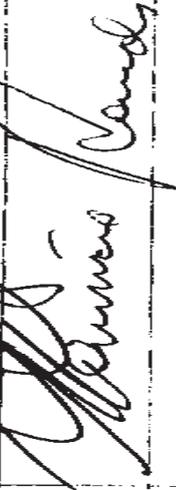
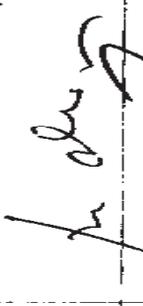
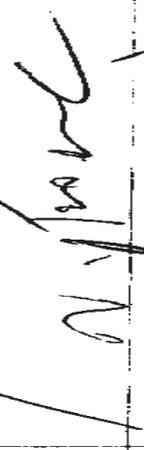
Professor Luizinho		404
Evamin Ribeiro		537
Jose Meuzor		803
Antonio Bicaie	Antonio Bicaie	414
Marco Maia		369
Glencinho		740
Manoela Duarte		904
Maia do Carmo Lara	McKerentus	373
Antônio Lator	Correia	412
Eusebio Gomes		950
Re Américo		218
João Batista		962
Marco Jorems		3M
Nitacio		431
MATEUS TEIXEIRA		210

PROLONGAÇÃO DOS TRABALHOS DA CPMI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL

ASSINATURAS DE DEPUTADOS

NOME	ASSINATURA	PARTIDO
1. Helio Ribeiro		PP/RS
2. Carlos Mauer		PR/RS
3. Edison Nogueira		
4. Miguel de Souza		PL/RO
5.		PP/SO
6. Carl Gustave		PR/RS
7. Sandra Rosado		PSB-RN
8. Francisco		PPS-SG
9. Fernando		PPS-PA
10. Roberto Jungblut		PPS-PE

PRORROGAÇÃO CPMI DA EMIGRAÇÃO ILEGAL

Guilherme		803
Maurício Pando		837
PEDRO SPARVEL		406
Wilson Trincal		804
Alexandre Maria		429
João Pando		658

SGM nº 300/05

Brasília, 12 de dezembro de 2005

A Sua Senhoria o Senhor
Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Nesta

Senhor Secretário-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 760/05-SGM, data de 12 de dezembro do corrente ano, a conferência das assinaturas dos Senhores Deputados apostas às

folhas números onze e doze do Requerimento que solicita prorrogação de funcionamento da CPMI com a finalidade de apurar crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de alta estima e distinta consideração.

Mozart Vianna de Paiva, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SGM - SECAP (7503) - CPMI

8/12/2005 20:01:59

Conferência de Assinaturas

Página: 001

Proposição: Req.CPMI
Autor da Proposição: JOAO MAGNO E OUTROS
Data de Apresentação: 8/12/2005
Ementa: Prorrogação dos Trabalhos da CPMI da Emigração Ilegal.

Folha: 01

Deputado	Partido	UF	Confere
LEONARDO MONTEIRO	PT	MG	SIM ✓
DR. HELENO	PSC	RJ	SIM ✓
ALDIR CABRAL	PFL	RJ	SIM ✓
GERALDO THADEU	PPS	MG	SIM ✓
TAKAYAMA	PMDB	PR	SIM ✓
ANDRÉ COSTA	PDT	RJ	SIM ✓
JOÃO MAGNO	PT	MG	SIM ✓
ALBERTO FRAGA	PFL	DF	SIM ✓
ROBERTO BRANT	PFL	MG	SIM ✓
SELMA SCHONS	PT	PR	SIM ✓
DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	SIM ✓
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	SIM ✓
VANDER LOUBET	PT	MS	SIM ✓
ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR	SIM ✓
ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS	SIM ✓
BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	SIM ✓
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE	SIM ✓
JOSÉ ROCHA	PFL	BA	SIM ✓

Folha: 02

Deputado	Partido	UF	Confere
JOSÉ MENTOR	PT	SP	SIM ✓
IRINY LOPES	PT	ES	SIM ✓
JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP	SIM ✓
NILSON MOURÃO	PT	AC	SIM ✓
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	SIM ✓
WALTER PINHEIRO	PT	BA	SIM ✓

JACKSON BARRETO	PTB	SE	SIM
HENRIQUE FONTANA	PT	RS	SIM
RUBENS OTONI	PT	GO	SIM
NEYDE APARECIDA	PT	GO	SIM
CARLOS SANTANA	PT	RJ	SIM
VITORASSI	PT	PR	SIM
REGINALDO LOPES	PT	MG	SIM
LUIZ COUTO	PT	PB	SIM
LUCIANO LEITOA	PSB	MA	SIM
ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ	SIM
VADINHO BAIÃO	PT	MG	SIM
JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	SIM
NEY LOPES	PFL	RN	NÃO
MARCELO BARBIERI	PMDB	SP	SIM
MUSSA DEMES	PFL	PI	SIM

Folha: 03

Deputado	Partido	UF	Confere
EDUARDO VALVERDE	PT	RO	SIM
WLADIMIR COSTA	PMDB	PA	SIM
EDINHO MONTEMOR	PSB	SP	SIM
ADEMIR CAMILO	PDT	MG	SIM
MAURÍCIO RANDES	PT	PE	SIM
ODAIR CUNHA	PT	MG	SIM
ZICO BRONZEADO	PT	AC	NÃO
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	SIM
JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PSB	MG	SIM
NAZARENO FONTELES	PT	PI	SIM
ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR	SIM
FERNANDO ESTIMA	PPS	SP	SIM
JOSÉ MILITÃO	PTB	MG	SIM
JOSÉ DIVINO	PMR	RJ	SIM
GUILHERME MENEZES	PT	BA	SIM
DR. FRANCISCO GONÇALVES	PPS	MG	SIM
VIGNATTI	PT	SC	SIM
JORGE PINHEIRO	PL	DF	SIM
MILTON BARBOSA	PSC	BA	SIM
MAURÍCIO RABELO	PL	TO	SIM

JAIR BOLSONARO	PP	RJ	SIM
Folha: 04			
Deputado	Partido	UF	Confere
JAMIL MURAD	PCdoB	SP	SIM
SELMA SCHONS	PT	PR	SIM
MAURÍCIO RANDES	PT	PE	SIM
MARIA LÚCIA CARDOSO	PMDB	MG	SIM
VITORASSI	PT	PR	SIM
VADINHO BAIÃO	PT	MG	SIM
ADEMIR CAMILO	PDT	MG	SIM
IVO JOSÉ	PT	MG	SIM
CARLOS NADER	PL	RJ	SIM
CARLOS SANTANA	PT	RJ	SIM
FERNANDO FERRO	PT	PE	SIM
ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS	SIM
IVAN VALENTE	PSOL	SP	SIM
JOÃO ALFREDO	PSOL	CE	SIM
ANDRÉ COSTA	PDT	RJ	SIM
CHICO ALENCAR	PSOL	RJ	SIM
GERALDO THADEU	PPS	MG	SIM
FERNANDO LOPES	PMDB	RJ	SIM
MARCELINO FRAGA	PMDB	ES	SIM
ROBERTO BRANT	PFL	MG	SIM
Folha: 05			
Deputado	Partido	UF	Confere
MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PSB	MG	SIM
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	SIM
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	SIM
DURVAL ORLATO	PT	SP	SIM
LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ	SIM
ZELINDA NOVAES	PFL	BA	SIM
JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PSB	MG	SIM
JOÃO FONTES	PDT	SE	SIM
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	SIM
WALTER PINHEIRO	PT	BA	SIM
BABÁ	PSOL	PA	SIM
ORLANDO FANTAZZINI	PSOL	SP	SIM

TELMA DE SOUZA	PT	SP	SIM
JAIME MARTINS	PL	MG	SIM
JUÍZA DENISE FROSSARD	PPS	RJ	SIM
PERPÉtua ALMEIDA	PCdoB	AC	SIM
PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	GO	SIM
GERALDO RESENDE	PPS	MS	SIM
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	SIM
NELSON TRAD	PMDB	MS	SIM

Folha: 06

Deputado	Partido	UF	Confere
ONYX LORENZONI	PFL	RS	SIM
JÚLIO REDECKER	PSDB	RS	SIM
SILVIO TORRES	PSDB	SP	SIM
SÉRGIO CAIADO	PP	GO	SIM
VIC PIRES FRANCO	PFL	PA	NÃO
ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	SIM
JULIO LOPES	PP	RJ	SIM
ROMEL ANIZIO	PP	MG	SIM
IBRAHIM ABI-ACKEL	PP	MG	SIM
FRANCISCO TURRA	PP	RS	SIM
WILSON CIGNACHI	PMDB	RS	SIM
NELSON BORNIER	PMDB	RJ	NÃO
JOÃO LEÃO	PP	BA	SIM
IARA BERNARDI	PT	SP	SIM
CORIOlANO SALES	PFL	BA	SIM
ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE	SIM
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	SIM

Folha: 07

Deputado	Partido	UF	Confere
AFFONSO CAMARGO	PSDB	PR	SIM
ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	SIM
LUIZ CARLOS SANTOS	PFL	SP	SIM

Folha: 08

Deputado	Partido	UF	Confere
REGINALDO GERMANO	PP	BA	SIM
AMAURI GASQUES	PL	SP	SIM
WANDERVAL SANTOS	PL	SP	SIM

JOSIAS QUINTAL	PSB	RJ	SIM
PEDRO FERNANDES	PTB	MA	SIM
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL	BA	SIM
ZONTA	PP	SC	SIM
PEDRO HENRY	PP	MT	SIM
SIMÃO SESSIM	PP	RJ	SIM
PEDRO CANEDO	PP	GO	SIM
PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB	SIM
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA	SIM
PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	SIM
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	SIM
THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT	SIM
EDUARDO SCIARRA	PFL	PR	SIM
RICARDO BARROS	PP	PR	SIM

Folha: 09

Deputado	Partido	UF	Confere
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PP	MG	SIM
ABELARDO LUPION	PFL	PR	SIM
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	SIM
BARBOSA NETO	PSB	GO	SIM
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE	NÃO
ARNON BEZERRA	PTB	CE	SIM
MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	SIM
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE	SIM
SILAS CÂMARA	PTB	AM	SIM
REINALDO BETÃO	PL	RJ	SIM
ALMIR MOURA	PFL	RJ	SIM
LEODEGAR TISCOSKI	PP	SC	SIM
ZICO BRONZEADO	PT	AC	NÃO
ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP	SIM
RONALDO DIMAS	PSDB	TO	SIM
DR. BENEDITO DIAS	PP	AP	SIM
DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	SIM

Folha: 10

Deputado	Partido	UF	Confere
B. SÁ	PSB	PI	SIM
CLÁUDIO RORATO	PMDB	PR	SIM

MIGUEL DE SOUZA	PL	RO	SIM
VANDERLEI ASSIS	PP	SP	SIM
CARLOS SANTANA	PT	RJ	SIM
SANDRA ROSADO	PSB	RN	SIM
IVAN PAIXÃO	PPS	SE	SIM
ROGÉRIO TEÓFILO	PPS	AL	SIM
RAUL JUNGSMANN	PPS	PE	SIM

Folha: 13

Deputado	Partido	UF	Confere
ANSELMO	PT	RO	SIM
MAURÍCIO RANDS	PT	PE	SIM
PEDRO CHAVES	PMDB	GO	SIM
NELSON PROENÇA	PPS	RS	SIM
ALEXANDRE MAIA	PMDB	MG	SIM
DIMAS RAMALHO	PPS	SP	SIM

SGM nº 299/05
 Brasília, 9 de dezembro de 2005
 A Sua Senhoria o Senhor
 Raimundo Carreiro Silva
 Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhor Secretário-Geral,

Encaminho a Vossa Senhoria, em atendimento à solicitação contida no Ofício nº 758/05-SGM, datado de 8 de dezembro do corrente ano, a conferência das assinaturas dos Senhores Deputados apostas ao Requerimento que solicita prorrogação de funcionamento

da CPMI com a finalidade de apurar crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Senhoria protestos de alta estima e distinta consideração. – **Mozart Vianna de Paiva**, Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados.

CÂMARA DOS DEPUTADOS**SGM - SECAP (7503) - CPMI****Conferência de Assinaturas**

12/12/2005 11:54:08

Página: 001

Proposição: Req.CPMI**Autor da Proposição:** JOAO MAGNO E OUTROS**Data de Apresentação:** 8/12/2005

Ementa: Requerimento que solicita prorrogação de funcionamento da CPMI com a finalidade de apurar crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior

Folha: 01

Deputado	Partido	UF	Confere
LEONARDO MONTEIRO	PT	MG	SIM
DR. HELENO	PSC	RJ	SIM
ALDIR CABRAL	PFL	RJ	SIM
GERALDO THADEU	PPS	MG	SIM
TAKAYAMA	PMDB	PR	SIM
ANDRÉ COSTA	PDT	RJ	SIM
JOÃO MAGNO	PT	MG	SIM
ALBERTO FRAGA	PFL	DF	SIM
ROBERTO BRANT	PFL	MG	SIM
SELMA SCHONS	PT	PR	SIM
DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	SIM
JOÃO GRANDÃO	PT	MS	SIM
VANDER LOUBET	PT	MS	SIM
ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR	SIM
ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS	SIM
BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	SIM
LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE	SIM
JOSÉ ROCHA	PFL	BA	SIM

Folha: 02

Deputado	Partido	UF	Confere
JOSÉ MENTOR	PT	SP	SIM
IRINY LOPES	PT	ES	SIM
JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP	SIM

NILSON MOURÃO	PT	AC	SIM
LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	SIM
WALTER PINHEIRO	PT	BA	SIM
JACKSON BARRETO	PTB	SE	SIM
HENRIQUE FONTANA	PT	RS	SIM
RUBENS OTONI	PT	GO	SIM
NEYDE APARECIDA	PT	GO	SIM
CARLOS SANTANA	PT	RJ	SIM
VITORASSI	PT	PR	SIM
REGINALDO LOPES	PT	MG	SIM
LUIZ COUTO	PT	PB	SIM
LUCIANO LEITOA	PSB	MA	SIM
ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ	SIM
VADINHO BAIÃO	PT	MG	SIM
JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	SIM
NEY LOPES X	PFL	RN	NÃO X
MARCELO BARBIERI	PMDB	SP	SIM
MUSSA DEMES	PFL	PI	SIM

Folha: 03

Deputado	Partido	UF	Confere
EDUARDO VALVERDE	PT	RO	SIM
WLADIMIR COSTA	PMDB	PA	SIM
EDINHO MONTEMOR	PSB	SP	SIM
ADEMIR CAMILO	PDT	MG	SIM
MAURÍCIO RANDS	PT	PE	SIM
ODAIR CUNHA	PT	MG	SIM
ZICO BRONZEADO	PT	AC	NÃO X
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	SIM
JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PSB	MG	SIM
NAZARENO FONTELES	PT	PI	SIM
ASSIS MIGUEL DO COUTO X	PT	PR	SIM
FERNANDO ESTIMA	PPS	SP	SIM
JOSÉ MILITÃO	PTB	MG	SIM
JOSÉ DIVINO	PMR	RJ	SIM
GUILHERME MENEZES	PT	BA	SIM
DR. FRANCISCO GONÇALVES	PPS	MG	SIM
VIGNATTI	PT	SC	SIM

JORGE PINHEIRO	PL	DF	SIM
MILTON BARBOSA	PSC	BA	SIM
MAURÍCIO RABELO	PL	TO	SIM
JAIR BOLSONARO	PP	RJ	SIM

Folha: 04

Deputado	Partido	UF	Confere
JAMIL MURAD	PCdoB	SP	SIM
SELMA SCHONS	PT	PR	SIM
MAURÍCIO RANDS X	PT	PE	SIM
MARIA LÚCIA CARDOSO	PMDB	MG	SIM
VITORASSI /	PT	PR	SIM
VADINHO BAIÃO	PT	MG	SIM
ADEMIR CAMILO	PDT	MG	SIM
IVO JOSÉ	PT	MG	SIM
CARLOS NADER	PL	RJ	SIM
CARLOS SANTANA X	PT	RJ	SIM
FERNANDO FERRO	PT	PE	SIM
ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS	SIM
IVAN VALENTE	PSOL	SP	SIM
JOÃO ALFREDO	PSOL	CE	SIM
ANDRÉ COSTA	PDT	RJ	SIM
CHICO ALENCAR	PSOL	RJ	SIM
GERALDO THADEU X	PPS	MG	SIM
FERNANDO LOPES	PMDB	RJ	SIM
MARCELINO FRAGA	PMDB	ES	SIM
ROBERTO BRANT	PFL	MG	SIM

Folha: 05

Deputado	Partido	UF	Confere
MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PSB	MG	SIM
VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	SIM
ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	SIM
DURVAL ORLATO	PT	SP	SIM
LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ	SIM
ZELINDA NOVAES	PFL	BA	SIM
JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PSB	MG	SIM
JOÃO FONTES	PDT	SE	SIM
JOÃO GRANDÃO X	PT	MS	SIM

WALTER PINHEIRO	PT	BA	SIM
BABÁ	PSOL	PA	SIM
ORLANDO FANTAZZINI	PSOL	SP	SIM
TELMA DE SOUZA	PT	SP	SIM
JAIME MARTINS	PL	MG	SIM
JUÍZA DENISE FROSSARD	PPS	RJ	SIM
PERPÉtua ALMEIDA	PCdoB	AC	SIM
PROFESSORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	GO	SIM
GERALDO RESENDE	PPS	MS	SIM
WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	SIM
NELSON TRAD	PMDB	MS	SIM

Folha: 06

Deputado	Partido	UF	Confere
ONYX LORENZONI	PFL	RS	SIM
JÚLIO REDECKER	PSDB	RS	SIM
SILVIO TORRES	PSDB	SP	SIM
SÉRGIO CAIADO	PP	GO	SIM
VIC PIRES FRANCO	PFL	PA	NÃO
ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	SIM
JULIO LOPES	PP	RJ	SIM
ROMEL ANIZIO	PP	MG	SIM
IBRAHIM ABI-ACKEL	PP	MG	SIM
FRANCISCO TURRA	PP	RS	SIM
WILSON CIGNACHI	PMDB	RS	SIM
NELSON BORNIER	PMDB	RJ	NÃO
JOÃO LEÃO	PP	BA	SIM
IARA BERNARDI	PT	SP	SIM
CORIOlANO SALES	PFL	BA	SIM
ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE	SIM
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	SIM

Folha: 07

Deputado	Partido	UF	Confere
AFFONSO CAMARGO	PSDB	PR	SIM
ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	SIM
LUIZ CARLOS SANTOS	PFL	SP	SIM

Folha: 08

Deputado	Partido	UF	Confere
----------	---------	----	---------

REGINALDO GERMANO	PP	BA	SIM
AMAURI GASQUES	PL	SP	SIM
WANDERVAL SANTOS	PL	SP	SIM
JOSIAS QUINTAL	PSB	RJ	SIM
PEDRO FERNANDES	PTB	MA	SIM
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL	BA	SIM
ZONTA	PP	SC	SIM
PEDRO HENRY	PP	MT	SIM
SIMÃO SESSIM	PP	RJ	SIM
PEDRO CANEDO	PP	GO	SIM
PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB	SIM
JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA	SIM
PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	SIM
DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	SIM
THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT	SIM
EDUARDO SCIARRA	PFL	PR	SIM
RICARDO BARROS	PP	PR	SIM

Folha: 09

Deputado	Partido	UF	Confere
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PP	MG	SIM
ABELARDO LUPION	PFL	PR	SIM
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	SIM
BARBOSA NETO	PSB	GO	SIM
EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE	NÃO
ARNON BEZERRA	PTB	CE	SIM
MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	SIM
JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE	SIM
SILAS CÂMARA	PTB	AM	SIM
REINALDO BETÃO	PL	RJ	SIM
ALMIR MOURA	PFL	RJ	SIM
LEODEGAR TISCOSKI	PP	SC	SIM
ZICO BRONZEADO	PT	AC	NÃO
ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP	SIM
RONALDO DIMAS	PSDB	TO	SIM
DR. BENEDITO DIAS	PP	AP	SIM
DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	SIM

Folha: 10

Deputado	Partido	UF	Confere
B. SÁ	PSB	PI	SIM
CLAUDIO RORATO	PMDB	PR	SIM
MÁRIO HERINGER	PDT	MG	SIM
MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	SIM
SANDRO MABEL	PL	GO	SIM
LUIZ COUTO	PT	PB	SIM
CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	SIM
LEONARDO MATTOS	PV	MG	SIM
MARCELO ORTIZ	PV	SP	SIM
JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PL	BA	SIM
JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	SIM
BISMARCK MAIA	PSDB	CE	SIM
FÁBIO SOUTO	PFL	BA	SIM
RODRIGO MAIA	PFL	RJ	SIM
EDSON EZEQUIEL	PMDB	RJ	SIM
RONIVON SANTIAGO	PP	AC	SIM
FRANCISCO GARCIA	PP	AM	SIM

Folha: 11

Deputado	Partido	UF	Confere
PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP	SIM
DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	SIM
JOSÉ MENTOR	PT	SP	SIM
ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ	SIM
MARCO MAIA	PT	RS	SIM
VICENTINHO	PT	SP	SIM
MARIÂNGELA DUARTE	PT	SP	SIM
MARIA DO CARMO LARA	PT	MG	SIM
CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	SIM
EDUARDO GOMES	PSDB	TO	SIM
PASTOR AMARILDO	PSC	TO	SIM
JOÃO BATISTA	PP	SP	SIM
MARCOS ABRAMO	PP	SP	SIM
NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	SIM
MARCELO TEIXEIRA	PSDB	CE	SIM

Folha: 12

Deputado	Partido	UF	Confere
\ ÉRICO RIBEIRO	PP	RS	SIM 104
\ CARLOS NADER	PL	RJ	SIM 105
\ EDINHO MONTEMOR	PSB	SP	SIM 106
\ MIGUEL DE SOUZA	PL	RO	SIM 107
\ VANDERLEI ASSIS	PP	SP	SIM 108
\ CARLOS SANTANA	PT	RJ	SIM 109
\ SANDRA ROSADO	PSB	RN	SIM 110
\ IVAN PAIXÃO	PPS	SE	SIM 111
\ ROGÉRIO TEÓFILO	PPS	AL	SIM 112
\ RAUL JUNGSMANN	PPS	PE	SIM 113

Folha: 13

Deputado	Partido	UF	Confere
\ ANSELMO	PT	RO	SIM 114
\ MAURÍCIO RANDS	PT	PE	SIM (R) 115
\ PEDRO CHAVES	PMDB	GO	SIM 116
\ NELSON PROENÇA	PPS	RS	SIM 117
\ ALEXANDRE MAIA	PMDB	MG	SIM 118
\ DIMAS RAMALHO	PPS	SP	SIM 119

OF. Nº 758/2005 – SGM

Brasília, 8 de dezembro de 2005

Ilmo Sr.

Dr. Mozart Vianna de Paiva

Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados

Senhor Secretário-Geral,

Solicito a V. S^a a gentileza de verificar a possibilidade de determinar ao setor competente dessa Secretaria-Geral, que proceda à conferência das assinaturas dos senhores deputados apostas ao requerimento de prorrogação, por 180 (cento e oitenta) dias, do prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2, de 2005 – CN, com a finalidade de apurar crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

Encaminho, em anexo, o original das folhas de assinaturas do Requerimento supracitado.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S^a protestos de estima e consideração. – **Raimundo Carreiro Silva**, Secretário-Geral da Mesa.

OF. Nº 760 2005 - SGM

Brasília, em 12 de dezembro de 2005

Ilmo Sr.

Dr. Mozart Vianna de Paiva

Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados

Senhor Secretário-Geral,

Em aditamento ao Ofício 758, de 8 do corrente, solicito a V. S^a a gentileza de determinar ao setor competente dessa Secretaria-Geral, que proceda, com urgência, à conferência das assinaturas dos Senhores Deputados apostas às folhas números onze e doze, tendo em vista não ter sido efetuada a conferência no pedido anterior, do requerimento de prorrogação de funcionamento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 2/2005-CN, com a finalidade de apurar crimes e outros delitos penais e civis praticados com a emigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.

Encaminho, em anexo, os originais das folhas números onze e doze de assinaturas da matéria supracitada.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. S^a protestos de estima e consideração. – **Raimundo Carreiro Silva**, Secretário-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O requerimento que acaba de ser lido contém o número regimental de subscritores.

Nos termos do art. 152 do Regimento Interno do Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum, fica concedida a prorrogação pelo prazo solicitado.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado César Bandeira.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 161, DE 2005–CN

(Nº 835/2005, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Solicito a Vossas Excelências a retirada do Projeto de Lei nº 61, de 2005-CN, que “Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$1.269.745.526,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências”, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 699, de 2005, tendo em vista a edição de medida provisória sobre o assunto.

Brasília, 8 de dezembro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 291/2005/MP

Brasília, 7 de dezembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para propor a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 61, de 2005–CN, encaminhado ao Congresso Nacional por intermédio da Mensagem nº 699, de 14 de outubro de 2005.

2. O crédito relativo ao Projeto de Lei nº 61, de 2005-CN, destina-se à suplementação de programações na Lei Orçamentária de 2005, de forma a permitir ao Ministério da Saúde transferir recursos para a rede hospitalar vinculada ao Sistema Único de Saúde – SUS, remunerar os agentes comunitários e profissionais que atuam no programa Saúde da Família, adquirir medicamentos e garantir o funcionamento de hospitais sob intervenção federal no Município do Rio de Janeiro, entre outras despesas.

3. A proposta de retirada desse Projeto de Lei decorre do fato de ter sido publicada no **Diário Oficial** da União, de 5 de dezembro de 2005, a Medida Provisória nº 268, de 2 de dezembro de 2005, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde e de outros órgãos.

4. Essa é a razão, Senhor Presidente, pela qual proponho a Vossa Excelência a retirada de tramitação do aludido Projeto de Lei. – Respeitosamente. – **Paulo Bernardo Silva**.

Aviso nº 1.341 – C. Civil.

Brasília, 8 de dezembro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Retirada de projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei nº 61, de 2005-CN.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência, nos termos do **caput** do art. 42 do Regimento Comum, defere a solicitação e encaminha a mensagem à publicação e determina a juntada de uma cópia da mensagem lida ao processado da Medida Provisória nº 268, de 2005.

Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado César Bandeira.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mensagem nº 162, de 2005-CN (nº 848/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, nos termos do § 6º do art. 72 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, referente ao mês de dezembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A mensagem que acaba de ser lida vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado César Bandeira.

É lido o seguinte:

Of. nº 1.169/05-LPL

Brasília, 13 de dezembro de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Partido Liberal indica o Deputado Reinaldo Betão (PL/RJ), na qualidade de titular, e o Deputado Giacobbo (PL/PR), na qualidade de suplente, em substituição aos anteriormente indicados, para integrarem a Comissão Mista destinada a proferir parecer à Medida Provisória nº 267, de 28 de novembro de 2005 que “Altera dispositivos da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação, e

autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro de crédito à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação - FGE e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação - FINEX, e dá outras providências.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Quero fazer uma proposta ao Plenário. Todas as matérias foram consensuais, e eu gostaria que votássemos a matéria primeiro e, durante a votação dos vetos, seria concedida a palavra aos oradores inscritos.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há consenso?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra pela ordem V. Exª.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma questão que eu gostaria que V. Exª considerasse. Há um recurso por parte da Região Sudeste – sou coordenador das Bancadas da Região Sudeste e tenho o recurso em mãos – a respeito do acolhimento das emendas regionais.

No devido momento, posso informar a V. Exª, mas é importante acrescentar para que o Secretário possa pedir que o processo venha a esta Comissão. Isso já foi discutido na Comissão de Orçamento. Foi uma questão processual de um dos quatro listados, que não poderia, no meu modo de ver, afetar o conjunto das emendas.

É uma questão formal. Eu pediria a V. Exª que permitisse que eu entrasse com o recurso e, à medida que o processo chegasse, fosse acrescentada essa possibilidade. Do contrário, a região ficará prejudicada porque suas duas únicas emendas não poderão ser levadas em conta pelos Relatores do Orçamento de 2006, que já estão trabalhando.

Essa é a solicitação que faço a V. Exª. É uma pequena compreensão, não vai alterar a ordem dos tra-

balhos, apenas para autorizar a assessoria da Mesa a providenciar a vinda do processo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa examinará o assunto de que V. Ex^a acaba de tratar.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Senador João Alberto, pela Bancada do PFL.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE) – Uma breve intervenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela questão de ordem.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Mauro Benevides, do Ceará. Sr. Presidente, no avulso da Ordem do Dia de hoje, há a inserção bastante acertada do veto que incide sobre os servidores do Tribunal de Contas da União. Esta Casa decidirá sobre isso hoje.

Apelo a V. Ex^a e aos demais membros da Mesa, que V. Ex^a representa neste instante, que já se aprestem os integrantes do Congresso para, proximamente, apreciarmos os outros 300 vetos que se encontram pendentes de deliberação do Parlamento brasileiro. Apelo a V. Ex^a para que, chegando esse apelo aos demais Pares, V. Ex^a possa conduzi-los a convocar oportunamente outra sessão para que os vetos sejam examinados pelos Srs. Senadores e pelos Srs. Deputados.

É esse o apelo que dirijo a V. Ex^a neste instante.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Aguarde um momento, pois quero dar uma explicação ao Deputado Mauro Benevides.

O que V. Ex^a propõe é justamente o que propus ao abrir a sessão. O Presidente Renan Calheiros está reunido com os Líderes visando a um consenso com referência aos outros vetos.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nobre Senador João Alberto Souza, em nome do PFL, peço a V. Ex^a que cumpra a primeira hora de debates para que sejam possíveis alguns outros entendimentos. Explico a V. Ex^a por quê.

Na reunião de Líderes, foram determinados vários vetos. Graças a Deus, veio, pelo menos – pelo menos! –, o do TCU. Mas existe a necessidade de efetivamente se ampliar a pauta dos vetos. Neste momento, o Líder Rodrigo Maia está em reunião e pediu que continuemos os nossos discursos por trinta minutos e passaríamos aos outros temas. É o pedido que faço a V. Ex^a, em nome do PFL, Sr. Presidente, conforme prevê o art. 31 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Deputada Laura Carneiro, a proposta seria que usássemos o tempo de 30 minutos com os oradores?

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Até que houvesse um consenso na reunião de Líderes.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Não há discussão no que diz respeito aos vetos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A proposta é interessante.

Passarei à lista de oradores.

Concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Alberto Goldman.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR) – Sr. Presidente, nos próximos 30 minutos não teremos votação?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – É isso. Em 30 minutos ocorrerá a votação.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR) – Sr. Presidente, durante esses 30 minutos, como vai ficar o funcionamento das comissões? Porque, ou estamos aqui ou estamos lá. Eu queria saber se V. Ex^a vai terminar o encerramento das comissões ou se devemos estar lá até que comece a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não. Vamos iniciar as votações às 11 horas e 20 minutos. Aí, sim, encerraremos as comissões.

Concedo a palavra ao Deputado Gilmar Machado por até cinco minutos.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, ocupo a tribuna nesta manhã para, mais uma vez, solicitar informações. Já o fiz à Câmara dos Deputados e quero fazê-lo agora ao Congresso Nacional.

Entre com o requerimento junto à Mesa há mais de um mês solicitando informações a respeito dos gastos que o Congresso Nacional tem feito com relação às CPIs em andamento. Penso que as CPIs são fundamentais, elas têm que trabalhar; estamos quebrando o sigilo de empresas, de pessoas, levantando dados; queremos a transparência geral, mas também precisamos demonstrar essa mesma transparência e clareza para com o conjunto da população. Por isso, entrei com esse requerimento, para que possamos saber também qual é o custo que estas CPIs estão tendo: o custo de viagens, quais são as empresas que foram contratadas sem licitação, pois, lamentavelmente, cobramos que ninguém faça isso, mas aqui fizemos; então, o povo tem direito de saber quais são

as empresas que foram contratadas sem licitação para prestar assessoria. Essas empresas têm vínculo? Já tiveram vínculo? Já prestaram serviço para quem? Já contribuíram com as eleições de quem? Essas são questões essenciais. Se queremos, de fato, transparência, se estamos exigindo das pessoas, e com clareza à Comissão, usando das prerrogativas que a Câmara tem para investigar, sendo firmes – e entendo que tem que ser firme mesmo –, temos que demonstrar, por outro lado, também a transparência necessária. Queremos, então, ter essas informações, quais são essas empresas, quanto estamos gastando de diária, quais empresas trouxeram para cá alguns marginais para depor na CPI – que foram contratados jatinhos e tal? Quem está pagando? Quanto ficou isso?

Acho que isso o povo brasileiro tem o direito de saber. E nós queremos também ter essa informação, porque sai do custo da Casa.

Sr. Presidente, estou colocando isso porque, como membro da Comissão Mista de Planos e Orçamento tentei fazer um debate da Comissão Mista e pedi para que a comissão pudesse liberar um ou dois Parlamentares para viajar.

A resposta que recebi da Mesa é que não tem recurso para esse tipo de trabalho, que a Comissão Mista não poderia fazer viagem, que ela não poderia fazer debate com a sociedade, porque não há no Orçamento previsão para isso. Mas as CPIs podem fazer qualquer viagem, convocar qualquer pessoa, a qualquer momento, que não tem problema.

Particularmente, entendo que a Comissão Mista de Orçamento é tão importante quanto uma CPI; que ela também tem que ter estrutura para poder trabalhar. Então quero apenas que haja tratamento isonômico entre as comissões. Que possamos tratar com respeito o Orçamento da União, que é a peça mais importante para que possamos debater para onde vão os recursos da população brasileira; mas não podemos tirar algumas cópias xerox a mais!

Tentamos fazer uma cartilha do Orçamento para poder fazer debate. A comissão não pode fazer a xerox porque não tem cota de xerox para poder trabalhar o Orçamento, mas tem recursos para outras coisas.

Essa é a minha indignação. Acho que a CPI é fundamental, como acho que a Comissão Mista de Orçamento também é fundamental. Ela é importante.

Queremos também esse tratamento isonômico e queremos, nós que cobramos, nós que estamos realmente investigando, pedindo processo contra as pessoas, dar o exemplo, ser transparentes, colocar na Internet quais são os gastos que estamos fazendo, quais são as empresas que estamos contratando, de onde elas vêm, qual foi o critério que utilizamos. Esse

é o direito que a população tem de saber. E vou cobrar, vou cobrar o tempo inteiro essa questão porque, penso que é um direito, e acredito que é um desrespeito termos tratamento diferenciado.

É por isso que faço essa solicitação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA) – Sr. Presidente, para uma informação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, o nobre Deputado Sarney Filho, do PV do Maranhão.

O SR. SARNEY FILHO (PV – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de tudo, quero cumprimentá-lo pela presidência, cumprimentar o Deputado Bandeira – o Maranhão está realmente presidindo esta sessão importante.

E gostaríamos, Sr. Presidente, que V. Ex^a pudesse nos explicar como se dará a tramitação desta sessão, para que possamos, o quanto antes, derrubar o veto dos 15% dos funcionários que estão aqui na Casa.

O SR. WAGNER LAGO (PDT – MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, o Deputado Wagner Lago, do Maranhão.

O SR. WAGNER LAGO (PDT – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, esta sessão histórica que o Congresso Nacional estabelece tem um simbolismo. É que o Estado brasileiro foi desmontado, em nome de interesse da “privataria” que ocorreu no País. O Estado brasileiro como que foi desmontado. Como se desmonta o Poder Público? E vou levar a questão, Sr. Presidente, para o Presidente. Como se desmonta o Estado? Desmontando-se o seu serviço público. De 1990 para cá, acabaram com a Sucam, com o Deneru; a malária e a tuberculose voltaram, e, agora, não só no plano da saúde, mas também no âmbito do Poder Legislativo, pois, querem acabar com o bom funcionamento do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara Federal, e do Tribunal de Contas da União, que são instituições que estão ligadas para trabalhar pelo País.

Portanto, na hora em que os funcionários do Tribunal de Contas, do Senado Federal e da Câmara têm vetado um aumento que não chega perto da defasagem salarial, nessa hora, Sr. Presidente, há uma ameaça gritante...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Conclua, Sr. Congressista, por gentileza.

O SR. WAGNER LAGO (PDT – MA) – Vou concluir, Sr. Presidente, cumprimentando-o, V. Ex^a que é do Maranhão, e a Mesa, hoje, está maranhense, a

quem respeito, apesar de sermos adversários políticos no Estado. Mas quero cumprimentar o Maranhão porque, hoje, está presente nessa decisão histórica e quer dizer um não ao veto e ao desmonte do Poder Público e do Estado.

Parabéns a V. Ex^a e ao Deputado Bandeira, que secretaria esta sessão.

Quero concluir dizendo que não é possível o Brasil continuar tendo os seus serviços públicos ameaçados de desmonte. Por isso, vamos votar contra o veto aos 15%.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Existe uma lista de oradores. O Deputado Sarney Filho perguntou a que horas começaríamos a votação. Às 11 horas e 20 minutos vamos começar a votação dos vetos. Estou esperando apenas a Deputada Laura Carneiro, que fez a solicitação. Há uma reunião de Líderes para que haja um consenso a respeito dos outros vetos.

Peço aos Srs. Congressistas que não façam discursos paralelos para não prejudicarem os inscritos.

Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem, como Líder do PDT.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Liderança do PDT, cumprimento o Presidente Renan Calheiros por ter cumprido um acordo, firmado ontem com os Líderes, de colocar na pauta o veto dos servidores do Tribunal de Contas da União.

Srs. Deputados, Srs. Senadores, este veto foi um acordo. Nós já derrubamos o veto que prejudicava os funcionários da Câmara. Esse acordo tem de prevalecer também para o Tribunal de Contas da União.

No momento... (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA. *Fazendo soar a campainha.*) – As galerias não podem se manifestar. Isso é anti-regimental. Peço que seja respeitado o Regimento da Casa.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Aproveito para parabenizar o Presidente do Sindilegis, o companheiro Ezequiel, pelo seu grande trabalho e pela sua grande luta que será vitoriosa hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Costa Ferreira, do PFL do Maranhão.

Peço a V. Ex^a que seja conciso, por gentileza.

O SR. COSTA FERREIRA (PSC – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, aproveitamos a oportunidade para exaltar a atitude do Sr. Presidente do Senado em propiciar aos funcionários do TCU essa alegria de fim de

ano, quando o Congresso Nacional está reunido para derrubar o veto.

Acreditamos que a derrubada será vitoriosa, porque o próprio Presidente da República, que vetou o projeto, o fez – tenho certeza – com o coração entristecido. Agora, está feliz porque faremos aqui o trabalho de derrubar o veto e fazer com que os funcionários do TCU tenham um fim de ano com muita alegria ao lado de todos os seus familiares. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Srs. Congressistas, não podemos continuar a fazer discursos paralelos. Temos aqui uma lista de oradores. V. Ex^{as} me desculpem.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Barros, que dispõe de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. RICARDO BARROS (PP – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, venho a esta tribuna do Congresso Nacional, mais uma vez, para chamar a atenção dos Srs. Líderes e pedir à Mesa do Senado e da Câmara que aprove o projeto de resolução da reforma orçamentária.

Constituiu-se uma comissão especial, presidida pelo Senador Fernando Bezerra, sendo eu o relator, e estabelecemos, em um amplo debate com representantes de vários partidos, normas para a tramitação das matérias orçamentárias.

Queremos mudar a tramitação do Orçamento; queremos, por exemplo, que a Comissão se instale em março – a resolução determina isso – com todos os Relatores e comitês de acompanhamento já designados. Desse modo, os Relatores setoriais e o Relator-Geral, Sr. Presidente, acompanharão a execução da peça orçamentária pelo Executivo. Haverá uma participação mais efetiva do Congresso Nacional na elaboração do Orçamento, com os Relatores setoriais e o Relator-Geral já designados, o Comitê de Acompanhamento da Receita, o Comitê de Acompanhamento de Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária, o Comitê de Avaliação e Admissibilidade das Emendas. Tudo isso funcionará em conjunto, ao mesmo tempo e durante o ano todo, de modo que não teremos esse sufoco por que estamos passando agora, quando, no dia 14 de dezembro, sequer votamos a reestimativa de receita na Comissão do Orçamento.

Não tendo sido votada a reestimativa da receita, os Relatores setoriais não receberam ainda a sua parte de recursos para alocar, e temos ainda dez relatórios setoriais para votar nominalmente e, depois, o Orçamento, com o voto do Relator-Geral e ainda do Plenário do Congresso Nacional.

É evidente que não podemos fazer isso neste ano, porque está muito atrasada a tramitação do Orçamento. E está atrasada por quê? Porque ela começa atrasada. A definição do Relator-Geral, a definição da reestimativa da receita, tudo acontece muito tarde. Se esses comitês de acompanhamento da receita, por exemplo, estiverem instalados desde março, a reavaliação da receita será feita a todo momento. Quando chegar o momento de votarmos, haverá uma data definida para a reestimativa da receita e uma data definida para a votação do relatório preliminar, e uma única reavaliação da receita – frise-se: única. No dia 30 de outubro, a reavaliação da receita será aquela e os valores a serem distribuídos, aqueles, de modo a respeitar a divisão de poderes entre o Relator-Geral e os Relatores setoriais.

O que acontece hoje? O Relator-Geral faz uma reestimativa de receita inicial, distribui parte daqueles recursos para os Relatores setoriais. Depois de votado o relatório setorial, o Relator-Geral tira da “cartola” mais um monte de recursos que só ele aloca. Então, evidentemente, todos os Partidos, que estão representados pelos Relatores setoriais, são prejudicados.

Da mesma forma, a nova resolução obriga que os Relatores setoriais debatam o Orçamento nas comissões temáticas permanentes. Então, o Relator da infra-estrutura terá de debater nas Comissões de Infra-estrutura da Câmara e do Senado, na Comissão dos Transportes na Câmara, na Comissão de Ciência e Tecnologia, o seu relatório, para analisar o que veio do Executivo e as alterações propostas. E vai ouvir as sugestões também das Comissões. Todos os Parlamentares estarão envolvidos na discussão do Orçamento, hoje restrita a alguns poucos que, vamos dizer assim, se dispõem a entender a matéria complexa que é o Orçamento da União.

Ainda há outras vantagens importantes nessa resolução na questão da transparência e da participação.

Portanto, Sr. Presidente, faço um apelo. A Mesa da Câmara está reunida neste momento. Pedi, ainda agora, a um dos membros da Mesa, o Deputado Eduardo Gomes, Relator dessa resolução na Mesa da Câmara, que a matéria fosse colocada em apreciação para que a Mesa da Câmara pudesse votá-la. O Senador Eduardo Siqueira Campos é o Relator no Senado e já tem o relatório pronto, e também tenho pedido insistentemente para que a Mesa do Senado aprove essa matéria com as alterações que entender.

Viremos ao plenário do Congresso decidir a matéria, de modo que, no próximo ano, o Orçamento será mais transparente e mais participativo. E utilizarei os

instrumentos regimentais que puder para que a nova resolução seja votada antes do Orçamento de 2006.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. BABÁ (P-SOL – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do P-SOL – tenho prioridade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Deputado Babá pela Liderança do P-SOL.

O SR. BABÁ (P-SOL – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, creio que os companheiros do Tribunal de Contas da União que estão aqui não podem ser discriminados por este Congresso, uma vez que já votamos e derrotamos o veto imposto pelo Presidente da República aos salários dos servidores da Câmara e do Senado. Portanto, não é justo que companheiros que exercem uma tarefa tão importante para este País, como são os servidores do Tribunal de Contas da União, recebam tratamento diferente deste Congresso. Por isso mesmo, não queremos ver a discriminação deles. Queremos ver a derrota desse veto, hoje, aqui, no Plenário deste Congresso Nacional. (Palmas.)

Portanto, em nome do Partido Socialismo e Liberdade, pela Liderança do P-SOL, destaco a importância desses servidores. Durante todo o ano, trabalham visando impedir os desfalques que são passíveis nas verbas públicas; esses companheiros acompanham, diariamente, a aplicação das verbas públicas federais por este País afora. Neste momento, não podemos nos omitir, principalmente quando, Sr. Presidente, o Governo de Lula antecipa US\$15 bilhões para o Fundo Monetário Internacional. Nada, nada, são mais de R\$30 bilhões. Como se não bastasse, durante os dois anos e meio do Governo de Lula foram pagos, só de juros, R\$380 bilhões.

Portanto, não há justificativa alguma para que o Congresso Nacional não derrote esse veto. Pelo contrário, há todas as razões, Sr. Presidente, para que chamemos Senadores e Deputados ao plenário desta Casa para derrotar o veto do Presidente da República, como fizemos quando da tramitação do veto dos companheiros do Senado e da Câmara dos Deputados.

Hoje temos de fazer justiça aos servidores do Tribunal de Contas da União. É isso que pedimos e temos certeza de que este Congresso vai derrotar o veto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Jackson Barreto.

Antes, porém, quero fazer um esclarecimento que talvez nem fosse necessário: houve protestos aqui, mas é preciso lembrar que os Líderes dos partidos

têm prioridade para falar por três minutos uma única vez por cada partido.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador João Alberto, Srs. Deputados, quero aqui deixar a minha posição com relação à questão do veto do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a tem de falar no momento devido; V. Ex^a está inscrito.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE) – Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a deve falar no momento certo para evitar tomar o lugar de quem tem prioridade para falar.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE) – Quero dizer ao nobre e querido amigo João Alberto que quem falou “pela ordem” não foi o Deputado Jackson Barreto, foi V. Ex^a. Pensei que havia sido chamado a falar em razão de minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não, desculpe-me. Quando vi V. Ex^a ao microfone, pensei que estava pedindo a palavra pela ordem.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE) – Estou aqui para cumprir a lei.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, Deputado.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE) – Eu queria aqui registrar a nossa posição a favor da derubada desse veto do Presidente. Já que a Câmara e o Senado estão recebendo o benefício dos 15%, por que não se votar a favor dos servidores do Tribunal de Contas da União? Quero deixar clara a nossa posição em favor dos servidores do Tribunal de Contas da União.

Também quero deixar aqui registrada, Sr. Presidente – esse também é um dos motivos da minha fala aqui –, a minha solidariedade ao Deputado Estadual Gilmar Carvalho, do Estado de Sergipe, que foi obrigado, pressionado, a renunciar a seu mandato, num precedente gravíssimo aberto em nosso Estado, por pressão do Governador João Alves Filho e de sua bancada, para não ficar inelegível por oito anos. Registro aqui, em nome de nosso Partido, a nossa solidariedade ao Deputado e o nosso protesto à formação antidemocrática e fascista do Governador João Alves Filho do Estado de Sergipe.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Deputado Virgílio Guimarães. Em seguida, falará o Deputado Nilson Mourão.

Com a palavra o Deputado Virgílio Guimarães por cinco minutos.

O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, neste momento em que votamos a Lei de Orçamento anual, é importante fixarmos aqui alguns conceitos que foram sendo incorporados ao longo dos anos, com muita dificuldade, à cultura da execução orçamentária desta Casa.

São dois momentos: o da elaboração do Orçamento e o de sua execução. E quero aqui me referir, especificamente, às emendas individuais e às emendas de bancada. Com muita luta, conseguimos que as emendas individuais fossem respeitadas. Ou seja, se é uma emenda é individual, e o Deputado a alocou para uma determinada ação, ela deve ser aplicada naquela ação.

Posteriormente, conseguimos o mesmo para um determinado grupo de emendas de bancada. Explicito: muitas vezes, a bancada resolve outorgar ao governador ou ao prefeito da capital, deixar a seu critério, as emendas de bancada – fazemos isso em Minas Gerais. Se algumas emendas estruturantes são necessárias para a universidade, a universidade resolve, mas essas são algumas emendas que são direcionadas, as chamadas emendas carimbadas. Nos últimos dois anos, nós conseguimos estabelecer, na própria LDO, que, nesses casos, para haver uma mudança de modalidade, o que poderia ser feito por meio de decreto pelo próprio Executivo, teria de ser ouvida a bancada e a Comissão de Orçamento.

Falo isso, Sr. Presidente, porque parece que alguns dos atuais executores do Orçamento esqueceram essa cultura, essa determinação, que foi uma conquista do Legislativo. Quem executa é o Executivo, mas seguindo as diretrizes que emanaram das discussões feitas pelos partidos aqui e que foram estabelecidas no Orçamento.

Falo isso, Sr. Presidente, porque algumas emendas da bancada de Minas Gerais, a qual tenho a honra de coordenar, foram, de maneira absolutamente unilateral, portanto de maneira inaceitável, empenhadas e executadas absolutamente à revelia daquilo que foi a programação estabelecida pela bancada. Isso ocorreu no Ministério das Cidades – não culpo o atual Ministro, quem o fez foi o Ministro anterior –, e precisa ser corrigido. Isso é inaceitável, Sr. Presidente. Isso ocorreu também no Ministério dos Transportes – emenda de bancada com programação feita. Estamos negociando a correção desses aspectos. Espero que sejam corrigidos, apesar de saber das dificuldades do atual Ministro das Cidades.

Chamo aqui o exemplo do Ministro do Turismo, que precisou de recursos da bancada para uma eventualidade – um evento turístico importante em Minas, novo –, o que tornou necessário alterar a programação feita pela bancada. Ótimo, mas negociou com a bancada, discutiu o que seria executado agora e vai repor no próximo ano. Isso é um exemplo para as demais bancadas.

Falo isso, Sr. Presidente, porque sou do PT, sou da Bancada do Governo, ajudo no Orçamento, mas também porque sou também fiel ao meu Estado, sou fiel à delegação que recebi de todos os parlamentares de todos os partidos, oposição ou situação. Nesse sentido, defendendo o meu Estado e sendo fiel ao mandado que recebi de minha Bancada, quero deixar claro aqui, até para fixar posições a respeito da execução orçamentária correta, que esse tipo de atitude de empenhar e executar à revelia da Bancada aquelas emendas já acertadas e já programadas é um procedimento inaceitável.

Era isto o que queria fixar aqui: vamos votar o Orçamento de forma que ele não seja uma peça de ficção – portanto, vamos fazê-lo da forma mais realista possível – e também cobrarmos a execução daquilo que foi acertado. É isso que faço neste momento.

Para encerrar – faltam poucos segundos, mas estou dentro do meu tempo –, queria dizer que, oportunamente, vou tratar de um assunto importante para a Região Sudeste. Tive a honra de, sendo um dos quatro coordenadores, ser escolhido pelos demais Estados para coordenar a Região. Abordarei oportunamente o acolhimento das duas emendas regionais do Sudeste como forma de superar o mal-entendido que houve. Para isso, espero contar, no momento certo, com a compreensão de V. Ex^a, que será a pessoa que irá, em última instância, decidir a questão de ordem, decidir o acordo. Espero que não seja necessário recorrer ao Plenário.

Era o que tinha a dizer para ser fiel aos princípios do País, do Governo, do meu Partido, mas fiel, sobretudo, ao mandato que recebi do meu Estado e dos meus pares de Minas e do Sudeste.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Deputado Nilson Mourão, por cinco minutos. (Pausa.)

Com a palavra, o Deputado Wasny de Roure. Em seguida, entraremos na Ordem do Dia.

O SR. WASNY DE ROURE (PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, servidores do Tribunal de Contas da União, em primeiro lugar, quero registrar aqui, como integrante da Comissão Mista de

Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o contínuo e freqüente debate que temos tido naquela comissão sobre o trabalho que é desenvolvido por meio das investigações feitas pelo Tribunal de Contas nas mais diferentes obras executadas pela União nos mais diferentes estados.

É importante destacar a qualidade do trabalho daquele tribunal como também a precisão com a qual os relatórios produzidos por aquele órgão têm chegado a esta Casa, pela importância que têm os recursos da União para o País.

Portanto, Sr. Presidente, é nesta hora que cabe a mim, inclusive como integrante da Bancada do Governo, integrante da Bancada do PT, registrar o nosso mais absoluto apoio à derrubada desse veto. Entendemos que, muitas vezes, o veto é estabelecido por determinações constitucionais, mas é necessário, nesta hora, recuperar aquilo que foi uma conquista do plano de carreira desses servidores. Principalmente agora, numa decisão de atualização, é preciso resgatar suas perdas salariais, para que esse novo plano não sucumba ao seu propósito maior, que é o de manter a Casa extremamente vitalizada na sua função precípua, qual seja a de ter um corpo de técnicos, de auditores e de servidores capaz de atuar com a devida desenvoltura e com absoluta isenção, para poder fornecer ao País os relatórios de análise e de auditorias que realizam no País afora.

Portanto, Sr. Presidente, quero fazer da minha experiência naquela Comissão Mista de Orçamento um momento importante de dar o nosso voto com a mais absoluta consciência neste momento.

Quero ainda, Sr. Presidente, não apenas reafirmar a necessidade de derrubada desse veto, como também dizer a V. Ex^a, como Presidente do Congresso, e ao Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, da necessidade de que S. Ex^a, ainda neste ano, viabilize o Plano de Cargos e Salários dos servidores desta Casa, da Câmara dos Deputados, que está em torno de 30% a 40% defasado em relação ao seu parâmetro, que é o Senado Federal.

Portanto, registro, nestas rápidas palavras, nosso apoio, para que o Legislativo mantenha seu vigor com absoluta isenção e com absoluta responsabilidade diante das tarefas enormes que este País oferece a nós, homens e mulheres públicos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Wasny de Roure, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para dar um informe ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a. Em seguida, daremos início à Ordem do Dia.

O SR. DR. ROSINHA (PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Informo ao Congresso Nacional que, na sexta-feira passada, no Encontro de Presidentes do Mercosul, em Montevideú, todos os Presidentes assinaram o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul. O Mercosul, assim, dá um passo adiante, criando uma nova instituição em que quem será representando, mesmo que indiretamente, é o povo brasileiro e o povo do Mercosul. Até agora, todas as negociações eram dadas pelos Poderes Executivos, inclusive quando havia demanda judicial ao Tribunal Permanente. No entanto, o povo não tinha onde se queixar, não tinha voz, muitas vezes nem vez. Com o Parlamento, abriremos a cidadania no Mercosul.

Registro a importância que teve V. Ex^a, como Presidente desta Casa, ao nos estimular, nós, membros da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que conduzimos esse trabalho com o aval de V. Ex^a e do Presidente Aldo Rebelo. Cabe, pois, a nós, do Congresso Nacional – Câmara e Senado –, no próximo ano, discutirmos o protocolo e aprová-lo.

Para encerrar, informo que a primeira Legislatura será de transição, feita por Parlamentares nacionais indicados pelos respectivos Parlamentos. Em 2010, haverá eleições diretas para Deputados do Mercosul, única e exclusivamente, não podendo mais ser Deputado nacional e Deputado do Bloco. Entendo isso como um avanço, como uma nova institucionalidade dentro do Mercosul, para o que contamos com o apoio de V. Ex^a e do Deputado Aldo Rebelo, com os quais fico muito grato, uma vez que delegaram a mim a condição de conduzir esse processo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a informação e parabenizo-o pelo sucesso da negociação. Ao que tudo indica, vamos rapidamente, quem sabe até o final do ano, consumir o que de há muito desejamos, que é a instalação do Parlamento do Mercosul, primeiro numa fase de transição e, depois, definitivamente, realizando, inclusive, as eleições. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nos termos do parágrafo único do art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal, determino a suspensão da reunião das Comissões de ambas as Casas, das Comissões Permanentes, das Comissões

Parlamentares de Inquérito, pois, como disse anteriormente, daremos início à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI Nº 07, DE 2005 – CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7, de 2005-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais), e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e noventa e oito reais), para os fins que especifica.

O SR. RONALDO DIMAS (PSDB – TO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RONALDO DIMAS (PSDB – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o PSDB está disposto a votar os créditos que dizem respeito a pagamento de pessoal. O Item 17, o PL nº 17, o de nº 27, o de nº 36, o de nº 54 e o de nº 60, em relação a esses, teríamos a liberdade aqui de conduzir – acabou de chegar o Líder – para votar. Além desses, Sr. Presidente, não há acordo para votação. E é claro que, para o veto, também há acordo.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, fizemos um acordo de Lideranças para votar os créditos e o veto. Se não há mais acordo para os créditos, também não haverá para o veto. Então, isso vai inviabilizar a votação, que já tínhamos acordado. Não podemos concordar com isso. Aceitamos a inclusão de matérias aqui, e outras ficam prejudicadas. Estes aqui são créditos que o Governo precisa empenhar, inclusive para atender a Estados e a Municípios que estão hoje penalizados. E não podemos mais postergar isso. Isto aqui foi votado, por unanimidade.

dade, por todos os membros da Comissão Mista, e não estamos pedindo nenhum item extrapauta, nada que não tivesse sido votado na Comissão por acordo entre as Lideranças. Então, é essa a nossa ponderação, Sr. Presidente.

O SR. JAIRO CARNEIRO (PFL – BA) – Deputado Gilmar Machado, o TCU não merece essa punição.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Líder Alberto Goldman e, em seguida, a V. Ex^a.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, cada matéria é uma matéria; cada votação é uma votação. Sugiro a V. Ex^a que façamos, primeiro, a votação do veto. Votamos o veto e, depois, caso a caso. Quando houver acordo, aprova-se; se não houver acordo, ou se retira, ou se vota fora do acordo. Então, vamos votar normalmente, vamos colocar já o veto em votação. Votamos o veto e damos continuidade à votação das outras matérias. Seria uma dificuldade. Se houver algum consenso, votamos no consenso. Se não houver consenso, ou se retira, ou se vota. É um processo democrático, um processo congressional.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço silêncio às pessoas que se encontram nas galerias, porque estamos aqui em processo de negociação para começarmos a votação. Quanto mais as galerias se manifestarem, mais teremos dificuldade para avançar nesse processo de negociação. Por favor, ajudem-nos!

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Líder Severiano, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, ontem, na reunião do Colégio de Líderes, com V. Ex^a, não ficou amarrado de que o veto do TCU estaria condicionado a outras votações. O que acertamos é que iríamos votar os créditos e também o veto, o que foi consenso.

Então, na linha do que disse o Deputado Goldman, deveríamos inverter. Já que não há consenso com relação às demais matérias, deveríamos inverter, deveríamos votar o veto e, em seguida, votar os créditos. Se houver algum desacordo, vamos negociando no decorrer da sessão.

Essa é a sugestão do PDT, Sr. Presidente.
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entendemos também que devemos iniciar a votação dos vetos e, enquanto isso, tentaremos o entendimento para os créditos.

Teremos uma longa votação dos vetos até alcançarmos o quórum, portanto, haverá tempo suficiente para decidirmos sobre a matéria dos créditos. Na reunião de líderes ocorrida ontem, havia o sinal de que poderiam ser votados hoje aqueles já apreciados na Comissão Mista do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, o Deputado Colbert Martins.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS participou da reunião da Comissão do Orçamento, onde acordamos com o que está aqui proposto. Queremos votar e votaremos favoravelmente à supressão do veto ao Tribunal de Contas da União.

Fazemos um apelo, Sr. Presidente, porque isso é o mínimo. Vários setores importantes do Brasil, além das Forças Armadas, precisam de recursos. O PPS está aqui para votar. E vamos votar toda essa pauta hoje, Sr. Presidente.

É a nossa decisão.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Líder Pauderney Avelino, pela ordem.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, percebemos que as votações normalmente estão chegando a impasse. Até para a votação de um veto em que há praticamente acordo de todas as Bancadas, há impasse.

Sr. Presidente, amanhã, dia 15 de dezembro, encerra-se a sessão legislativa do ano de 2005. Temos inúmeros itens a serem votados, entre os quais a proposta de lei orçamentária. É óbvio que não temos ainda um relatório pronto e acabado para ser encaminhado ao Plenário do Congresso Nacional.

Por isso, indago a V. Ex^a se a Presidência do Congresso Nacional irá estender a sessão legislativa ou autoconvocar o Congresso para votarmos essas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não existe, infelizmente, na Constituição, a possibilidade da extensão da sessão legislativa: ou autoconvocamos, ou entramos em recesso constitu-

cional. Não há decisão ainda, mas deve ser tomada hoje, pois estamos no limite. Não tenho absolutamente posição a defender.

Ontem, reunimos os Líderes, ouvimos todos, e penso que, hoje à tarde, vamos definir. Temos de decidir se iremos pagar o preço da convocação. Penso que esta é a oportunidade para que possamos mudar o recesso, dar apenas um mês em julho e outro mês no final do ano, mais ou menos do dia 20 de dezembro ao dia 20 de janeiro. Isso desfaz, na prática, a necessidade que temos tido de fazer convocações.

O que não pode acontecer é paralisarmos o País, não votarmos o Orçamento, não darmos continuidade às investigações, não apressarmos os julgamentos nas Comissões Parlamentares de Inquérito e no Conselho de Ética.

Vamos ter um preço a pagar numa e na outra posição. O que tiver de fazer, o que a Casa quiser, eu farei. Não tenho o direito de tremer numa hora dessas, de ter crise existencial. O que a Casa entender vamos fazer. Essa é uma questão de Estado e não uma questão de Governo. Não podemos reduzir essa discussão a uma questão de salário de Parlamentar. Isso é uma pequenez. Não dá para concordar com isso. O País precisa de um orçamento. Precisamos sinalizar para o mercado, para as pessoas. Precisamos definir o salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda, os investimentos em infra-estrutura, os investimentos sociais. Só faremos isso se o Congresso funcionar. Temos de votar a reforma tributária, que já foi votada no Senado. Temos de votar a reforma política. Já votamos as duas versões no Senado. Temos de avançar no marco regulatório. Temos de votar a lei geral da pequena e da microempresa.

Ou seja, temos de cuidar da agenda do País e deixar essa questão partidária para depois. Essa será resolvida em outubro. Não dá para apequenar essa discussão. É preciso, mais que nunca, ter coragem para dizer isso. (Palmas.)

Eu não vou pressionar ninguém, absolutamente. Eu sempre tive muita abertura com relação a isso. Ontem, defendi vários cenários. O Presidente Aldo Rebelo será co-responsável pela decisão da convocação, ou não. S. Ex^a precisa ter uma posição a respeito. Acho que estamos no limite. O nosso limite é hoje. Eu vou fazer o que a Casa quiser. Não vou substituir a Casa, impor a minha vontade. Essa não pode ser uma decisão pessoal. Tem de ser uma construção coletiva. Mais uma vez, quero, de público, dizer isso aqui.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) – Sr. Presidente, até pela oportunidade, em nome da Liderança do Governo na Câmara, gostaria de ressaltar as palavras de V. Ex^a, até para que comecemos a nos

posicionar, como fizemos ontem, agora de maneira mais pública.

Primeiro, V. Ex^a tem razão ao dizer que temos de pensar o País. V. Ex^a ontem avançou a discussão sobre uma hipótese que apoiamos de imediato, a extensão dos trabalhos na forma de autoconvocação, para que, nos dias 27, 28 e 29 de dezembro, tivéssemos oportunidade de, em plenário, votar o Orçamento. Apoiamos essa proposta integralmente. Por quê? Primeiro, porque diz respeito ao País, aos Estados, às emendas parlamentares. Se não se vota o Orçamento, o País, eu diria, funciona burocraticamente, não de forma vegetativa, mas lembrando a forma de vida vegetativa do País. Segundo, ao realçar a importância de votar o Orçamento, V. Ex^a avança para outras pautas, como os vários itens relacionados por V. Ex^a.

Ontem, V. Ex^a também se referiu – estou rememorando até para que nós fixemos – à importância de haver um organograma, um calendário, seja do Conselho de Ética, seja das CPIs, seja da pauta, que tem de ser negociada.

V. Ex^a seguramente encontrará na Liderança do Governo o apoio para sua tomada de decisão soberana, respeitosa. Nós não nos orientamos para fazer uma disputa política menor. V. Ex^a, portanto, pode contar com a Liderança do Governo naquilo que nos couber.

Então, estamos aqui para trabalhar e queremos fazer tudo que for de interesse do País. V. Ex^a, ao externar mais uma vez a sua opinião, também está se orientando por esses valores. Portanto, estamos abertos à negociação, à composição. Evidentemente que, em alguns momentos, poderá haver divergência, mas não haverá disputa política rebaixada.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, em seguida, ao Líder Fernando Bezerra e, depois, ao Líder Alberto Goldman.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas manifesto a nossa preocupação de que o Orçamento não é a única matéria importante que temos para deliberar. Ou seja, nada contra se tivermos que estender para os dias 25, 26, 27, pois estaremos aqui. Mas pergunto: como é que fica o projeto que mobilizou mais de seiscentos prefeitos do Brasil hoje, que é o que concede 1% do FPM para que as prefeituras possam sair do estado falimentar em que se encontram? Inclusive, ressalto a presença de dois prefeitos da Bahia – o Prefeito Ito Meireles, de Taperoá, e o Prefeito Marcos

Dantas, de Itajuípe –, como centenas de outros que estão à espera de uma deliberação desta Casa. E, hoje, na sessão do Congresso Nacional, sequer podemos avançar na pauta que já está distribuída porque não está havendo consenso.

Como é que fica, por exemplo, o Fundeb, extremamente necessário e importante para a ampliação do trabalho de assistência social que se faz hoje com as crianças de zero a seis anos? Então, questões como essas ficam relegadas apenas pela prioridade orçamentária? Não, Sr. Presidente, até porque entendemos que o Orçamento, neste mês, só foi executado em 15%.

Então, colocar o Orçamento, que é importante e fundamental – e nós queremos votá-lo, sim –, como prioridade única para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, sem sombra de dúvida, não tem a anuência da nossa posição. Queremos votar o Orçamento, mas queremos também votar o Fundef, a PEC que beneficia as prefeituras com 1% e matérias importantes que estão pautadas, mas ainda estão nas Comissões, não estão prontas para virem a plenário.

Portanto, queremos manifestar a nossa preocupação. Solicitamos à Mesa que decida pensando no País como um todo e não apenas em um único segmento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Líder Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero mais uma vez destacar o equilíbrio e a lucidez com que V. Ex^a tem conduzido o Senado da República e o Congresso Nacional. São absolutamente pertinentes as colocações que V. Ex^a aqui faz. Reconhecemos que é uma tradição do Congresso Nacional a aprovação do Orçamento ainda no mês de dezembro. Mas, como V. Ex^a bem disse, a questão não é apenas o Orçamento Nacional, são vários fatores que estão aí a exigir uma decisão do Congresso Nacional que se arrasta com o tempo e que têm nos colocado de maneira delicada perante a opinião pública.

Com a minha palavra, Sr. Presidente, trago aqui o meu apoio, o meu aplauso à posição de V. Ex^a e, como V. Ex^a, eu compartilho dessa preocupação sobre as pendências que tem hoje o Congresso Nacional, não apenas com relação ao Orçamento, mas em relação a todas as matérias citadas por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Líder Alberto Goldman. Em seguida darei a palavra ao Líder Renato Casagrande e à Líder Luciana Genro.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Cumprimento V. Ex^a pela posição firme que está adotando nesta matéria. Acho que V. Ex^a tem plena razão, nós não podemos ficar discutindo se a convocação deve ser feita ou não porque Deputados vão receber mais Y ou vão receber mais X. Não é essa a questão que está posta, não é essa a questão que o País tem que decidir. As matérias estão aí. Se nós pudermos votar agora, seria importante, seria ótimo; se não pudermos, nós vamos votar no momento em que isso for possível.

A convocação extraordinária, se vier, como eu disse a V. Ex^a ontem, terá os aplausos nossos. Se V. Ex^a entender que não deve fazê-la, nós também concordaremos com isso.

Sr. Presidente, apenas destaco o seguinte: houve a proposta de que nós, eventualmente, poderíamos até votar o Orçamento entre o Natal e o Ano Novo. Não é possível votar o Orçamento entre o Natal e o Ano Novo, porque, até o dia de hoje, ainda não foi votado o primeiro passo do Orçamento, que é a reestimativa da receita, Sr. Presidente – a reestimativa da receita! –, fundamental para que o Relator possa distribuir aos relatores setoriais os recursos disponíveis para a elaboração dos relatórios setoriais. Essa ainda não foi votada. A partir daí, os relatórios setoriais têm que serem feitos, aprontados, discutidos e votados. São dez relatórios setoriais e, somente depois é que o Relator poderá organizar o seu relatório final. Portanto, nós poderíamos marcar tranquilamente, sem nenhum problema. Nós viríamos aqui, como já fizemos. Eu, inclusive, na Presidência da Comissão de Orçamento, em um desses anos – parece-me que no ano 2000 – mobilizamos o Congresso, com painel – não é com o painel que veio não sei de quando. E houve a presença de Deputados e Senadores para se fazer a votação. Não se trata disto. Trata-se da inviabilidade, porque nós chegamos ao dia de hoje sem termos dado o primeiro passo no Orçamento. Esse é o problema.

Quero deixar claro a V. Ex^a que não nos assusta essa chantagem que se tentou fazer conosco aqui: “se não votarmos essas matérias que estão, agora, com os PLNs, não se votará o veto”. Isso é uma chantagem infantil que conosco, evidentemente, não pega.

Sr. Presidente, estamos dispostos a discutir item por item. E eu quero explicações em alguns itens. Por que teremos de aprovar algum projeto de crédito suplementar se nós estamos há 14, 15 dias do final do ano e esses recursos não serão utilizados? Aqueles que puderem ser utilizados em benefício da população, estamos dispostos a aprovar, sim. É claro que sim, em se tratando de despesas com pessoal, previdência e uma série de outros. Agora, em alguns casos, quere-

mos explicações do porquê. Se as explicações forem satisfatórias concordaremos, não temos por que não concordar, mas vamos deixar claro que chantagem conosco não funciona.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Líder Renato Casagrande, pela ordem.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria ainda de insistir que seria fundamental que encontrássemos uma saída para votarmos o Orçamento este ano. Reconheço e concordo, em parte, com as declarações do Líder Alberto Goldman, mas também acredito que, se a Comissão pudesse trabalhar e funcionar nos finais de semana, votando esses relatórios setoriais – e o Deputado João Leão, ontem, fez essa defesa para que pudéssemos adiantar –, nós teríamos condições de fechar o ano com o Orçamento aprovado.

Não quero ainda, como Líder da Bancada do PSB, achar que nós teremos condições de votar essa matéria ainda este ano. É importante que votemos este ano e vamos buscar os caminhos para isso.

Com relação à convocação, Sr. Presidente, manifestei ontem na reunião e me manifesto agora publicamente a minha posição contrária à convocação extraordinária. Acho um equívoco, que vai aprofundar o desgaste do Congresso Nacional. Portanto, estava buscando, na discussão do Presidente Renan Calheiros, Presidente Aldo Rebelo e os Líderes, alternativas que pudessem fazer com que nós não convocássemos o Congresso Nacional, porque uma convocação é o pior dos cenários em termos de credibilidade para a Câmara e para o Congresso Nacional. Já vivemos um ano com muita dificuldade, com muitos problemas, com muito descrédito. Concluir o ano com a convocação, especialmente para nós, na Câmara, será um momento de muita dificuldade. Por isso, reafirmo a minha posição, a minha crença de que essa decisão não vai ajudar tanto nas votações e vai nos causar um prejuízo político muito grande.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Líder Luciana Genro e, em seguida, ao Líder João Leão.

A SRA. LUCIANA GENRO (P–SOL – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em nome do P–SOL, informo que não faremos nenhum tipo de obstrução para a votação do Orçamento do País. Nós votaremos contra o Orçamento por diversos motivos, particularmente porque mais de 50% dele estão comprometidos com a rolagem da dívida

pública do País, o que para nós é inaceitável diante das enormes demandas sociais que o Brasil tem, inclusive em várias áreas onde o Orçamento de 2006 diminui recursos em áreas fundamentais em relação a 2005. Mas não faremos obstrução, estamos dispostos a votar e o Governo que arque com a opção política e econômica que fez.

Em relação à convocação extraordinária, Sr. Presidente, não vejo como em algumas semanas, em algumas sessões, o Congresso Nacional possa recuperar o que deixou de fazer durante o ano inteiro. A pauta que V. Ex^a apresentou é verdadeiramente importante, mas eu não creio que o Congresso terá condições de vencê-la em poucas sessões que serão realizadas em uma convocação extraordinária, quando não a venceu em um ano inteiro. Não vejo que a convocação extraordinária seja a panacéia para a resolução dos problemas do País, que são enormes.

E quero dizer mais, Sr. Presidente, penso que o pagamento aos Parlamentares de dois salários extras pela convocação extraordinária é um custo inaceitável não apenas em termos de recursos públicos, mas do ponto de vista da simbologia para o povo brasileiro, para o País que assistiu a um Congresso que não cumpriu o seu papel; um Congresso que está desmoralizado pelo mensalão e pelas denúncias que se mostraram absolutamente tenebrosas. E, agora, este mesmo Congresso seria recompensado por tudo que fez com mais duas remunerações.

Sr. Presidente Renan Calheiros, em três meses, os Deputados e Senadores terão recebido oito salários, contando com as duas remunerações extras da convocação extraordinária. Não vejo que isso seja legítimo. Creio que são privilégios inaceitáveis, que o povo brasileiro tem toda razão em repudiar. E é por isso que o Congresso e os partidos políticos estão desmoralizados completamente diante da população.

Quero manifestar, mais uma vez, Sr. Presidente, o apoio à proposta do Deputado Raul Jungman para que nós vedemos completamente qualquer possibilidade de remuneração extra durante convocação extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Líder João Leão.

O SR. JOÃO LEÃO (PP – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, em primeiro lugar, quero avaliar, em gênero, número e grau, as suas palavras; a palavra do bom senso, a palavra que esta Casa precisava ouvir, de que precisamos caminhar com este País para frente. Não podemos encerrar o ano de 2005 sem esse Orçamento aprovado. Não é bom para esta Casa, não é bom para o Governo e não é bom para o Brasil.

Esses créditos que estamos querendo votar hoje resultaram de muitas horas discussões e de consenso na Comissão. Não entendo como aprovamos esses créditos na Comissão, chegamos a um consenso acerca de quase trinta créditos, e agora não votaremos esses créditos no plenário. Não entendo isso.

Quanto à inversão da pauta, Sr. Presidente, se V. Ex^a concordar, poderemos iniciar a votação do veto e, automaticamente, por um acordo – pois não podemos ceder em tudo –, prosseguir votando os vetos e os créditos. Mas precisamos fazer um acordo com a Oposição no sentido de que todos os créditos sejam votados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O ideal seria que pudéssemos mesmo fazer isso. Enquanto avançássemos na apreciação dos créditos consensuais – e poderíamos dizer quais seriam os consensuais...

O SR. JOÃO LEÃO (PP – BA) – Mas todos os créditos já são consensuais!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Desculpe a minha intervenção, mas se trata de uma intervenção moderadora. Quero tentar colaborar com o processo de votação.

Apreciaríamos simultaneamente o veto.

O SR. JOÃO LEÃO (PP – BA) – Tenho certeza de que o Líder do Governo aceita essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Se colocarmos em votação o requerimento de inversão da pauta, provavelmente teremos dificuldade com o andamento da sessão, infelizmente.

Quero fazer um apelo a todos por ponderação, bom senso.

O SR. JOÃO LEÃO (PP – BA) – O Líder Arlindo Chinaglia está dizendo aqui que aceita. Queremos saber se os Líderes do PSDB, do PFL e dos demais Partidos aceitam essa questão, porque nós aceitaremos a votação do veto inicialmente, votando todos os créditos.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB – SP) – Sr. Presidente, vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos votar.

Concedo a palavra ao Líder Dimas Ramalho.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Líder do PPS, informo que queremos aqui votar esses créditos. Foi feito um acordo e estamos aqui para votar esses créditos. A Bancada do PPS entende que é necessário votar rapidamente os créditos, em seguida, votar o veto do TCU e seguir adiante. É evidente que temos que continuar discutindo a possibilidade da

votação do Orçamento, dentro de um amplo acordo a ser feito nesta Casa.

Por outro lado, Sr. Presidente, quero aqui externar a posição do PPS favoravelmente à autoconvocação deste Congresso, porque consideramos fundamental, neste momento excepcional, que a Comissão de Ética e a CPMI continuem funcionando. Além disso, temos muitos projetos importantes a serem votados aqui na Casa. Temos, inclusive, um projeto do Deputado Raul Jungmann, que trata da questão da remuneração, o qual poderia resolver o problema. Consideramos fundamental a questão da autoconvocação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Líder Wilson Santiago e, em seguida, começaremos o processo de votação.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos precisando, neste momento, que esta Casa deixe de lado as questões partidárias e foque as questões do País.

Sabemos que a grande maioria dos créditos que estão na pauta de hoje trata de matérias essenciais para o andamento da máquina administrativa, desde o pagamento de pessoal, o pagamento de parte de alguns setores da área social, até a modernização de estatais. Enfim, cada um tem uma abrangência, logicamente, dentro da sua especificação.

Sr. Presidente, esses créditos foram discutidos na Comissão de Orçamento, pelo que acompanhei, por mais de sessenta dias. Todos os Partidos políticos reuniram-se mais de uma vez, discutindo, apresentando emenda, apresentando destaque. Enfim, chegou-se a uma conclusão, a um acordo final com todos os Partidos políticos. Hoje, se chegarem ao plenário com argumentações de que não houve discussão ou de que os Partidos, na verdade, não sabiam que o crédito tinha esta ou aquela finalidade, não convencerão esta Casa e muito menos o povo brasileiro.

Daí por que precisamos, sim, apelar a todos os partidos políticos desta Casa para, neste momento – repito –, esquecermos as divergências políticas. Votemos crédito por crédito e discutamos um por um. Discutindo-os, daremos, cada vez mais, a clareza de que aquilo que interessa ao povo brasileiro interessa também, logicamente, aos seus representantes no Congresso Nacional. É esse o apelo que faço.

Se Deus quiser, trabalharemos para a votação do Orçamento. O Orçamento não interessa a partido político, mas à sociedade brasileira. É preciso passar recursos para os Estados, para os Municípios, enfim,

para as outras áreas sociais que, na verdade, precisam mais do apoio do Congresso Nacional.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. GERALDO THADEU (PPS – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos votando hoje, por meio de acordo, créditos suplementares. É inadmissível que se votem aqui créditos suplementares enquanto o Governo Federal descumpra a decisão do Ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, por medida cautelar, determinando tratamento emergencial às rodovias do País pela maneira como elas estão. O Governo Federal não atende a essa determinação do Tribunal de Contas da União. Estão morrendo vítimas; há prejuízos materiais. Sr. Presidente, o País vai parar. As BRs estão intransitáveis.

Sr. Presidente, com a sensibilidade de V. Ex^a, por meio do Senado e da Câmara dos Deputados, eu gostaria que se tomassem providências junto ao Governo Federal para recuperar as nossas rodovias, que estão em estado de calamidade e intransitáveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário, se me permitem, que poderemos avançar dessa maneira, porque o item único da cédula de votação encontra-se em fase de discussão, para avançarmos, simultaneamente, na apreciação dos créditos e na apreciação do veto. Julgo que esse seria o melhor encaminhamento. Quero, inclusive, renovar o apelo para que possamos colocar o veto em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu queria, Sr. Presidente, lembrar a todos os Parlamentares que os PLs aprovados na Comissão de Orçamento foram um consenso de todas as Lideranças, com unanimidade dos Parlamentares que compõem aquela Comissão. Portanto, Sr. Presidente, eu sugeriria que votássemos em bloco todos os PLs que já foram aprovados. Este é o encaminhamento que eu gostaria de fazer: se não houver nenhuma dúvida por parte dos Líderes, como também não houve na Comissão de Orçamento, que pudéssemos votar em bloco todos os PLs, já que são de conhecimento de todos, e, em seguida, votaríamos a questão do veto do Tribunal de Contas da União.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia, Líder do Governo.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT– SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a está fazendo um esforço público e correto para que possamos iniciar a votação.

Eu queria, modestamente, sugerir a V. Ex^a que consultasse todos os Líderes quanto a essa proposta de acordo que fez. Acredito que ela deva ser melhor explicitada, ou seja, votamos o veto, mas deve haver o acordo de que votaremos todos os créditos, para que não haja risco de começarmos por um lado e não terminarmos por outro. Assim, eu sugiro a V. Ex^a que consulte os Líderes a respeito dessa proposta de acordo que faz.

Da nossa parte, não há problema, mas gostaríamos de ouvir todos os Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto os Srs. Líderes partidários sobre se poderemos avançar no processo simultâneo de votação.

Se não houver objeção, considero que esse seria o mais recomendável encaminhamento e aquele que eu gostaria de fazer.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Pois não. Podemos avançar no processo simultâneo, votando o veto e as matérias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT– SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, me perdoe, mas, quando se diz “simultâneo”, interpreto que seja votarmos todos os créditos. É isso? (Pausa.)

Porque o meu temor é que votemos uma coisa e, depois, alguém fale que aqui não há consenso e que não podemos votar. Nossa intenção é votarmos todos os créditos, para que possamos nos posicionar.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu não posso votar, coletivamente, tudo. Eu tenho que ler e discutir um por um.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem absoluta razão. Essa decisão só pode ser tomada, efetivamente, por ocasião da discussão de cada crédito, infelizmente.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – É, mais uma vez, uma tentativa de chantagem.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT– SP) – Sr. Presidente, para ficar clara a minha preocupação: é óbvio que, em torno de um determinado crédito, os Partidos e as Bancadas vão se posicionar. No entanto, a minha preocupação é que, chegando-se em um determinado crédito, diga-se: “Não, com esse nós

não concordamos; portanto, esse não vamos votar”. Não; devem-se votar todos os créditos. Nesse caso, o posicionamento, obviamente, é livre, é democrático. Apenas não podemos escolher somente alguns. Esta, a nossa preocupação.

Que cada Bancada vai se posicionar é claro. A nossa preocupação é que não se diga, a partir do processo iniciado: “Não concordamos com esse e pedimos a retirada de pauta”. Com isso não podemos concordar, apenas com isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria lembrar à Casa que, se houver algum problema com relação à apreciação de algum crédito e se isso, evidentemente, significar exceção, poderemos apreciar esse crédito na Comissão Representativa, no caso de haver o recesso constitucional. Estou dizendo isso para contornar qualquer dificuldade. O ideal seria que pudéssemos avançar.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Todos esses créditos que estão aqui já podem ser examinados pela Comissão Representativa; então, não precisamos votar mais nada se formos seguir esse raciocínio.

No entanto, não queremos isso, mas cumprir o acordo, que foi o de seguirmos a pauta. A pauta foi montada: é crédito, depois veto. É só isso que queremos.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Sr. Presidente, quero colaborar com a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Líder do PDT, Deputado Severiano.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o veto do TCU já é uma matéria acordada; por isso, para ganharmos tempo, sugiro aos Srs. Líderes que evitemos a discussão. Já fizemos um acordo com o veto da Câmara e do Senado. Como esse do TCU também é um acordo, para evitarmos a discussão e ganharmos tempo, poderíamos já entrar na votação, fazendo apenas a orientação de Bancada.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não vou ficar sob chantagem de ninguém aqui.

Sr. Presidente, só quero deixar claro o seguinte: tenho o direito de votar. Estou pedindo que se votem, inicialmente, os vetos, ou estou aceitando que isso seja

feito concomitantemente, também. Agora, se não concordarem com isso, vamos votar um por um. Todavia, eu não vou ficar limitado a nada. Vou votar a favor ou contra; vou pedir retirada ou não; vou pedir adiamento de discussão ou não; vou pedir verificação de votação no momento em que entender que ela deva ser pedida. Não vou ser submetido a chantagem de tipo algum, Sr. Presidente, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem razão.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Não há chantagem, queremos a pauta.

O Sr. Alberto Goldman (PSDB – SP) – É chantagem, sim! É chantagem, sim! É chantagem, sim! Não me submeto a isso, não.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – V. Ex^a está tenso, deve ter algum problema, mas deve ter calma, Deputado.

O Sr. Alberto Goldman (PSDB – SP) – Tenho, sim. Tenho problema, sim.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Para ser Líder, inclusive, deve ter equilíbrio, para poder cuidar do bom andamento dos trabalhos. Calma! Não sei o que aconteceu hoje, pois V. Ex^a não tem esse costume de perder a calma, a tranquilidade dessa forma.

O que estou pedindo, Sr. Presidente, é para seguirmos a pauta. Concordamos. A pauta está montada. Vamos seguir crédito a crédito. Não há acordo, vamos seguir a pauta. Nós também não concordamos com a inversão da pauta; então, vamos seguir aquilo para o que fomos convocados, que é crédito, depois veto.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, chamo a atenção para o Projeto de Lei nº 11.105, que foi sancionado pelo Presidente da República. Trata-se do Projeto de Lei de Biossegurança, que é da maior importância.

Infelizmente, o Presidente da República vetou o §8º do art. 11, o que faz com que a CTNBio necessite de um quórum de 2/3 entre dos 27 membros do Conselho Nacional para poder autorizar a comercialização dos organismos geneticamente modificados.

Ora, um quórum como esse é impossível. O Supremo Tribunal Federal, para deliberar sobre qualquer matéria, precisa de um quórum de metade mais um; esta Casa, para alterar a Constituição brasileira, exige 3/5. No entanto, está-se exigindo, para que a CTNBio possa autorizar a comercialização de um produto – já feita a pesquisa e com prerrogativa a todos os outros Ministérios relacionados à saúde, à agricultura e ao meio ambiente de também poderem requerer a discussão no Conselho Nacional –, uma trava, desrespeitando aquilo que foi votado no Senado e na Câmara, onde foi estabelecido que oito votos seriam o quórum necessário para aprovação, sendo que 14 votos seriam necessários para se abrir uma reunião, ou seja, metade mais um, e o quórum para se deliberar seria o de metade daquele instalado na reunião.

Sr. Presidente, essa matéria é de extrema importância e relevância. Ela foi aprovada e sancionada desde o mês de março. Há nove meses estamos parados, no Brasil, porque esse veto não foi colocado em discussão. Por isso, gostaríamos de pedir a V. Ex^a que, na próxima sessão do Congresso, não fosse feita uma pauta excluindo esse veto à Lei nº 11.105 e que pudéssemos deliberar sobre ele. É muito importante a derrubada desse veto para que a Lei de Biossegurança possa ser cumprida e ser compatível com o que votamos no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Deputado Caiado, eu queria dizer que concordo inteiramente com V. Ex^a. Eu trabalhei para que pudéssemos, nesta sessão do Congresso Nacional, apreciar outros vetos, inclusive esse, mas o acordo não avançou. Os nossos trabalhos estão atropelados, muito em função da indefinição do que vai ou não haver. Eu trabalhei para que isso acontecesse, V. Ex^a tem absoluta razão. No que depender de mim, na próxima sessão do Congresso Nacional nós vamos apreciar esse veto, da mesma forma que estamos apreciando o veto do Tribunal de Contas da União, para o qual havia um acordo anteriormente definido. Nós estamos honrando esse compromisso. Eu gostaria de honrar, também, o meu compromisso, como Presidente do Congresso Nacional, para apreciar esse veto.

A sugestão de V. Ex^a para que nós discutamos isso, para ter esse veto como item da pauta de uma próxima convocação, conta, desde já, com o meu total apoio e com a minha total solidariedade.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. RONALDO CAIADO (PFL – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex^a e espero que essa matéria conste da pauta da convocação extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Consulto a Casa sobre se podemos avançar. Se não pudermos avançar na votação simultânea, outra coisa não há a fazermos senão votarmos o requerimento de inversão que está sobre a mesa. Se não houver objeção...

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, nós já colocamos claramente que queremos a pauta. Quanto ao requerimento, não há acordo e vamos pedir, logicamente, a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento de inversão de pauta que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Francisco Rodrigues.

Antes que seja lido, quero dizer que todos vão assumir as suas responsabilidades. Estou fazendo de tudo para votarmos. Depois, não reclamem que o Congresso Nacional não aprovou os créditos. É preciso que todos façam concessões para podermos avançar nas votações. Do jeito que está, não vamos chegar a lugar algum.

O SR. JAIRO CARNEIRO (PFL – BA) – Sr. Presidente, faço um apelo ao Presidente Gilmar Machado: nós não devemos punir os servidores do Tribunal de Contas da União. Nós já derrubamos vetos relacionados à Câmara e ao Senado sobre igual matéria.

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL. Fazendo soar a campainha.) – Peço, mais uma vez, às galerias que, por favor, façam silêncio e não interfiram no andamento dos nossos trabalhos; do contrário, vou mandar esvaziar as galerias, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento de inversão de pauta que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Deputado Francisco Rodrigues.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2005 – CN

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, preferência para a apreciação do veto apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2005 (nº 4.713, de 2004, na Casa de origem), que altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União.

Congresso Nacional, 14 de dezembro de 2005.
– Deputado **Alberto Goldman**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. LUCIANO ZICA (PT – SP) – Sr. Presidente, peço verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Vice-Líder do PT pede verificação de quórum.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Sr. Presidente, esta verificação inoportuna implicará na não-votação dos créditos. A inversão não tem quaisquer implicações: primeiro votamos o veto e, em seguida, os créditos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há um pedido de verificação de quórum feito pelo Deputado Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA (PT – SP) – Mantenho o pedido de verificação de quórum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a fala em nome da Liderança do PT?

O SR. LUCIANO ZICA (PT – SP) – Exato. Falo em nome da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos proceder à verificação de quórum.

Por favor, preparem o painel eletrônico. (Pausa.)

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para lembrar aos nobres Congressistas que hoje, às 18 horas, na sala nº 2 do Senado, na Ala Nilo Coelho, será instalada a Comissão Mista do Salário Mínimo, oportunidade em que elegeremos o presidente e o relator da referida Comissão. Portanto, peço aos membros da Comissão que compareçam – à minha frente tenho um dos seus membros, o Deputado Medeiros – para procedermos à instalação e às votações.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUCIANO ZICA (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada do PT na votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Deputado Luciano Zica.

O SR. LUCIANO ZICA (PT – SP) – A Bancada do PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Bancada do PT está em obstrução.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, o PFL orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL orienta “sim”; pela aprovação do requerimento.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – E também pede às Sr^{as} e aos Srs. Deputados que compareçam ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL, por intermédio do Deputado José Rocha, pede às Sr^{as} e aos Srs. Deputados que compareçam ao plenário.

Aproveito a oportunidade para fazer um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Congressistas, Deputados e Senadores, que ainda estiverem em seus gabinetes ou em outras dependências das duas Casas, que, por favor, compareçam ao plenário, porque temos votações importantes; portanto, é muito importante a presença de todos.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Congressista e Líder Severiano Alves para orientar a Bancada.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – O PDT vota a favor do requerimento, sem prejuízo de votar todos os créditos.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a, pelo PPS, para orientar a Bancada.

O SR. DIMAS RAMALHO (PPS – SP) – O PPS, assim como o PDT, vota “sim” ao requerimento, sem prejuízo de votar os créditos acordados na Comissão de Orçamento.

O SR. MIGUEL DE SOUZA (PL – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada.

O PL indica a obstrução, a fim de manter o acordo anterior.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o PSDB vota “sim”, sem nenhuma limitação, com toda boa vontade para aprovar todos os créditos ou todos aqueles que forem possíveis, sem limitação.

O SR. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO (PRONA – SP) – Sr. Presidente, o PRONA orienta o voto “sim”.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PFL – BA) – Sr. Presidente, o PFL entende que esta é uma matéria importantíssima, que beneficia milhares de servidores, inclusive já houve deliberação em favor da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Portanto, trata-se de uma questão de justiça darmos a esses servidores o direito que lhes é devido.

O PFL encaminha o voto “sim”, pela inversão de pauta, ou seja, para que votemos, em primeiro lugar, o veto e, depois, os créditos suplementares.

Sr. Presidente, pedimos também aos nobres Deputados que acorram ao plenário, pois há matérias importantíssimas para serem votadas que necessitam da unanimidade do Partido da Frente Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência solicita a todos os Congressistas que tomem os seus lugares, a fim de darmos início à votação pelo sistema eletrônico.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada pelo PSB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – Sr. Presidente, o PSB quer votar os créditos e o veto ao aumento dos salários dos funcionários do Tribunal de Contas da União. Penso que foi um equívoco do PSDB ter pedido a inversão de pauta. Orientamos a Bancada, a princípio, em favor da obstrução, até que fechemos um acordo de Líderes para a votação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a para orientar a Bancada.

O SR. ILDEU ARAUJO (PP – SP) – Sr. Presidente, o PP orienta a Bancada a votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PP orienta a Bancada ao voto “sim”.

Faço um apelo às Sr^{as} e aos Srs. Congressistas que estão em seus gabinetes ou em outras dependências das duas Casas para que venham ao plenário. Esta será a última oportunidade para votarmos, neste ano, o veto do Tribunal de Contas da União. Estamos honrando o compromisso de apreciarmos este veto. Se não for possível, em função do quórum, eu quero, de antemão, assumir o compromisso de que convocarei o Congresso Nacional para apreciar unicamente este veto, a fim de que nós possamos – todos os Líderes – cumprirmos com a nossa palavra. Não dá para nos encaminharmos dessa forma em uma sessão como esta, onde há projetos importantes de interesse do País a serem votados.

O SR. LUCIANO ZICA (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a para orientar a votação.

O SR. LUCIANO ZICA (PT – SP) – Sr. Presidente, a Bancada do PT tem total interesse em cumprir a ordem acordada na pauta. Temos interesse em apreciar

o veto, conforme acordado, logo após a votação dos créditos. Entretanto, não podemos concordar com a imposição do PSDB, que apresenta um requerimento de inversão de pauta, contrariando o procedimento de acordo – praxe nesta Casa –, que pode trazer um grande prejuízo para o País e para os servidores do TCU, que esperam a apreciação da matéria. Nós queremos apreciá-la na ordem estabelecida no acordo. Portanto, até que se construa o acordo, orientamos a Bancada do PT pela obstrução, em coerência com a nossa base aliada, que busca construir esse acordo.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (PTB – PE) – Peço a palavra pelo PTB, Sr. Presidente, para orientar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Fernando Bezerra e, em seguida, a V. Ex^a, Líder do PTB, para orientar a Bancada.

Tem a palavra o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho aqui fazer um apelo ao bom senso. Votamos os créditos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização por uma decisão consensual de todos os Partidos, e o fizemos com a unanimidade dos membros da Comissão. Portanto, não há nenhuma razão para que não apreciemos agora, nesta sessão, esses créditos, que são fundamentais para que o País possa caminhar na execução orçamentária. Compreendo perfeitamente a necessidade de termos um entendimento acerca desta matéria.

Sr. Presidente, V. Ex^a fez uma proposta de bom senso, ou seja, que fizéssemos a votação simultânea, chamando um a um os créditos que foram aprovados na Comissão. Não faz sentido pedir inversão de pauta.

Pode parecer para alguns, dentro deste clima em que estamos vivendo de certa desconfiança, que não se querem votar esses créditos, quando, na verdade, todos nós aqui queremos votá-los e apreciar o veto ao Tribunal de Contas da União.

Portanto, Sr. Presidente, apelo a todos os Líderes que restauremos o bom senso, para que possamos nos entender, no sentido de cumprir aquilo que é nosso dever: apreciar os créditos que já foram votados na Comissão de Orçamento e o veto pautado por V. Ex^a para esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Líder José Múcio, para orientar a sua Bancada.

O SR. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO (PTB – PE) – Sr. Presidente, queremos votar. Entendemos a necessidade disso e queremos votar o veto. Mas, para

que possamos cumprir o acordo feito antecipadamente, o PTB entra em obstrução também.

O SR. RENATO CASAGRANDE (PSB – ES) – A orientação do PSB, Sr. Presidente, por enquanto, é de obstrução e não o voto “sim”, como está no painel. Peço para corrigir.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo Partido Verde.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pelo Partido Verde, concedo a palavra ao Deputado Marcelo Ortiz. Tem a palavra V. Ex^a, para orientar a Bancada.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV – SP) – Sr. Presidente, entendemos que essa inversão, de forma alguma, impedirá que votemos os créditos. Vamos votar e resolver esse problema dos funcionários do TCU, como fizemos com os demais funcionários. É uma igualdade. Vamos terminar isso rapidamente, sem maiores discussões. Por isso, o Partido Verde vota “sim”.

A SRA. LUCIANA GENRO (P-SOL – RS) – Peço a palavra para encaminhar pelo P-SOL, Sr. Presidente. Peço a palavra para orientar a Bancada pelo P-SOL.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, o PP quer mudar, quer fazer uma observação com relação à mudança de...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Deputado Benedito de Lira tem a palavra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (PP – AL) – Sr. Presidente, o PP, num primeiro momento, sugeriu o voto “sim”, mas é preciso que esta Casa comece a cumprir os acordos que são feitos. Que o Plenário cumpra os acordos! Fizemos acordo na Comissão de Orçamento, e, como disse o Líder Fernando Bezerra, todas as matérias foram acordadas por unanimidade. Então, o PP, até que se reencontrem as Lideranças para formalizar o acordo, muda sua orientação para obstrução, Sr. Presidente.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Líder, Deputada Luciana Genro. Em seguida, eu a concederei ao Líder Rodrigo Maia.

A SRA. LUCIANA GENRO (P-SOL – RS) – Sr. Presidente, eu, como Líder, jamais descumpriria um acordo. Entretanto, não participei desse acordo que está sendo colocado aqui no Plenário. A Liderança do P-SOL não esteve nessa reunião, não foi convocada para participar de nenhum acordo em relação a esses vetos. Então, encaminho pelo voto “sim”, porque acredito que é fundamental darmos uma satisfação

aos servidores do TCU, que estão aqui, em um pleito justo, para que sejam tratados igualmente aos demais servidores que já receberam esse reajuste. Por isso, o P-SOL encaminha o voto “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Maia.

O SR. RODRIGO MAIA (PFL – RJ) – Sr. Presidente, quero deixar clara a posição do PFL da Câmara e do Senado – estou falando aqui a pedido do Senador Paulo Octávio –, porque a base do Governo tem a mania de tentar responsabilizar a Oposição por responsabilidades que não temos. A inversão de pauta não inviabiliza a votação de nenhum crédito, mas a derrubada da sessão inviabiliza qualquer acordo.

Se a sessão cair, informo que o PFL não fará acordo para votar nenhum crédito, nenhum crédito! A votação do veto pode suceder à votação dos créditos, e nós podemos honrar nossa palavra. Aliás, este Governo não tem moral para falar de acordo, porque não cumpre nenhum. Ontem, na reunião, na sala de V. Ex^a, falei isso, e nenhum dos Líderes do Governo foi capaz de contestar minhas palavras. Fiz vários acordos com este Governo, que não cumpriu nenhum. Faz dois anos que há questões de interesses de Estados e Prefeituras administrados pelo PFL – não estou tratando de questões menores –, e o Governo não cumpriu nenhuma. Portanto, não tem moral para vir aqui falar de bom senso. Que bom senso? Toda vez em que acontece um impasse é bom senso. Será que o bom senso só parte sempre da base do Governo? Ou será que não? Certamente, não.

Sr. Presidente, informo que, se a sessão cair, não haverá mais votação de veto por acordo no ano de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Comunico que já está iniciada a votação.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para orientar, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, é um absurdo o que está acontecendo. Precisamos votar o veto, mas esse encaminhamento irá derrubar a sessão. Há falta de bom senso entre os Líderes desta Casa. Precisávamos encontrar uma alternativa antes que o processo fosse construído. Mas, pelo encaminhamento apresentado e pelo requerimento, acompanhamos a base do Governo. O PCdoB orienta o voto pela obstrução.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Sr. Presidente, faço um apelo a V. Ex^a, para que sejamos justos, pois, desde a votação passada, quando derrubamos o veto dos funcionários desta Casa, da Câmara dos Deputados e do Senado, lamentavelmente, ficou de fora o Tribunal de Contas da União, por uma orientação do Líder do Governo no Senado, o Senador Aloizio Mercadante, que alegava, àquela época, que não tinha recursos para pagar o Tribunal de Contas da União.

O que foi dito por nós àquela época?

É só um minuto. Preciso de silêncio para orientar a Bancada.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Preciso de silêncio aqui.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Peço silêncio à Casa e, mais uma vez, informo que a votação está iniciada.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Sr. Presidente, então, faço um apelo aqui e agora. V. Ex^a sabe que, se derrubarmos essa votação, cairá a sessão, e estará líquidada este ano a derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O apelo que V. Ex^a está fazendo acabei de fazer, repeti várias vezes a todos os Líderes e à Casa.

O SR. JOÃO FONTES (PDT – SE) – Mas quero fazer um apelo à Liderança do PMDB e aos que não se manifestaram ainda: não podemos derrubar esta sessão. Sabemos que essa história de acordo feito entre Líderes do Partido é um argumento que o Governo quer para derrubar esta sessão e não votar o veto do Tribunal de Contas da União.

Servidores do Tribunal de Contas da União, se esta sessão cair, a responsabilidade é do PT, que pediu a verificação desta votação!

É um apelo que faço, para que tenhamos bom senso e encontremos um caminho para derrubar o veto dos 15% do Tribunal de Contas da União.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a Bancada, pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Líder Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) – Sr. Presidente, creio que a informalidade, às vezes, ajuda, mas somos obrigados a nos orientar pelo Regimento e pela lei. Em primeiro lugar, alerto V. Ex^a para que mande verificar quais são as Comissões que ainda continuam funcionando. V. Ex^a determinou que elas não poderiam funcionar mais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Líder Arlindo, já determinei a suspensão dos trabalhos das Comissões das duas Casas, do Senado

Federal e da Câmara dos Deputados, nos termos do parágrafo único do art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal.

Mais uma vez, determino a suspensão e peço a todos Senadores, a todas Senadoras, a todos Deputados e a todas Deputadas que venham ao plenário, pois estamos em processo de votação.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) – Sr. Presidente, fizemos o acordo de que votaríamos hoje créditos e vetos. A partir do momento em que foi um veto apenas, nós o votaremos.

A partir da ponderação que V. Ex^a fez de procurar combinar a votação de créditos e vetos, cedemos e evoluímos até aí. Mas, Sr. Presidente, alguns, talvez orientados apenas pela disputa política e pela mídia, podem esquecer-se de que, ao não votarmos os créditos, os prejudicados serão a Região Norte, a Região Nordeste, o INSS, os investimentos empresariais. São 12 créditos que envolvem vários Ministérios. Isso prejudica Estados e Municípios, além de prejudicar o País.

Então, nossa orientação, no momento, é pela obstrução. Reiteramos que queremos votar créditos e veto de maneira combinada. Que não se faça da alegação da chantagem a chantagem no sentido contrário, querendo que só nós cedamos! Não cederemos tudo, cederemos para construir o acordo!

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr^{as} e Srs. Deputados, é lamentável que estejamos inviabilizando a votação da derrubada do veto do TCU. Nós já tínhamos derrubado o veto dos funcionários do Legislativo e a situação dos funcionários do TCU é uma extensão do mesmo tratamento. Como se tratava de artigos diferentes, esse veto não foi derrubado. Estamos criando uma situação esdrúxula.

Não venha a Liderança do Governo dizer que não tem dinheiro porque o Governo está antecipando o pagamento ao Fundo Monetário Internacional de US\$15 milhões, quase R\$40 milhões; e diz que não tem dinheiro para pagar a derrubada do veto do TCU!

Portanto, voto “sim” e quero derrubar o veto aos funcionários do TCU.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Colbert Martins.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo em nome do PPS para um esclarecimento. Na condição de representante do PPS na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, participei de um acordo – que vamos cumprir – de votar todos os créditos propostos nesta sessão. Não fizemos nenhum acordo de procedimento com relação a veto e aos créditos.

Vamos votar tudo, Sr. Presidente. O PPS está aqui para votar todos. Entendemos que, se foi decidido votarmos o veto primeiro, votaremos o veto também. Temos o compromisso, nesta sessão, de votarmos todos os créditos. Não há acordo de ordem. No mérito, vamos votar todas as matérias colocadas neste momento.

Sr. Presidente, apelo para que votemos. Qual o argumento que teremos para propor uma convocação extraordinária se, durante o período ordinário, não temos quórum suficiente para uma decisão? Fica difícil para nós sugerirmos uma proposta dessa se hoje não tivermos a condição de votar algo que nos interessa a todos e que, no caso específico, por exemplo, do crédito nº 30, é de interesse da Bahia, interesse nosso. Muitos outros também existem, como o das Forças Armadas, como o do Ministério da Justiça.

Então, Sr. Presidente, o PPS vota os créditos e vota os vetos. O importante para nós é que votemos tudo.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, pela ordem.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL fez o acordo na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em relação aos créditos, e lá votamos. Estamos mantendo o acordo para votar os créditos também nesta sessão do Congresso. Agora, queremos também votar, Sr. Presidente, o veto em relação aos funcionários do TCU. Vamos votar, primeiro, o veto em relação aos funcionários e depois votaremos os créditos. Honraremos todo o compromisso.

A base do Governo é que não quer honrar o compromisso, porque não aceita votar o veto e os créditos. Então, a base do Governo está inviabilizando a votação dos créditos, que não é o que pensa o PFL.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Líder Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}

e Srs. Congressistas, todos nós sabemos, como bem falou o nosso Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Senador Gilberto Mestrinho, do esforço feito naquela Comissão para se construir um acordo com todos os partidos políticos sobre esses créditos que estão na pauta e para fazer com que V. Ex^a incluísse na pauta de hoje todos os itens pertencentes a esses doze créditos – salvo engano – ou treze.

O trabalho, Sr. Presidente, repetindo, foi muito grande. Foram quase 60 dias de entendimento, em decorrência das necessidades dos Ministérios, de várias áreas desses Ministérios, tanto para cuidar da questão de pagamento de pessoal, da área social, como da aquisição de equipamentos e modernização de estatais. Enfim, 60 dias de entendimento. Em todas essas horas, o PSDB, o PFL, todos os Partidos políticos, juntos, chegamos a uma conclusão: de se incluir na pauta a votação de todos esses créditos. V. Ex^a publicou a pauta, determinou a publicação, em que, primeiro, consta a seqüência de todos esses créditos. Em seguida – e V. Ex^a tem lutado muito em favor disto também – vem a inclusão do veto do TCU.

Por que não, Sr. Presidente, obedecermos à seqüência daquilo que foi acordado antes? Vem o PSDB ou qualquer outro partido pedir uma inversão de pauta, pelo que se entende até então, para tumultuar totalmente um processo em que se sabe que está sendo construído um acordo que significa a manutenção da pauta.

Daí por que, Sr. Presidente, nessas condições, somos obrigados a ficar em obstrução até que se tenha um acordo para cumprirmos a pauta que foi publicada.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. CLAUDIO CAJADO (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Deputado Cláudio Cajado, eu queria só ouvir, pela ordem, o Líder Fernando Bezerra; em seguida ouvirei V. Ex^a.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (PFL – BA) – Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA (PTB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que estamos em condições de restaurar o bom senso, e há um acordo: os líderes da Oposição concordam em que se processe, simultaneamente, a votação dos créditos e do veto, pela ordem da numeração dos créditos.

Nesse sentido, faço um apelo aos Líderes do PT para que possamos prosseguir esta sessão, que considero importante sob todos os aspectos, tanto no

que se refere à votação dos créditos, como em relação à votação do veto relativo ao aumento do Tribunal de Contas da União.

O SR. CLÁUDIO CAJADO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria indagar às lideranças do PT e do Governo por que do painel consta a orientação de obstrução se estamos votando requerimento de inversão de pauta. Por que não se coloca “não” e, democraticamente, vemos qual é a manifestação do Plenário: se inverter a pauta, para votar primeiro o veto, ou se seguir a seqüência dos créditos suplementares e, depois, o veto?

Quando a base do Governo, Sr. Presidente, orienta pela obstrução, significa que deseja derrubar a sessão; e isso não reflete o que estamos ouvindo aqui nos discursos, que eles têm interesse em votar a suplementação orçamentária aos Ministérios, que precisam dos recursos, com o que concordamos também.

Agora, o que não podemos é desrespeitar o mecanismo, que está previsto no Regimento Interno, de que qualquer líder pode, sim, pedir inversão de pauta. Onde já se viu uma liderança querer cercear o direito da outra? Aprendi nos livros de Direito, Sr. Presidente, que o meu direito inicia quando termina o do outro, e vice-versa.

Então, eu pediria à base do Governo, que tem interesse em votar todas as matérias que estão na pauta, que invertesse a orientação e colocasse “não”. E, se o “não” prevalecesse, por maioria, iríamos seguir a pauta. Não é verdade? Se, por acaso, o “não” perdesse, o Plenário estaria manifestamente favorável à inversão da pauta.

Portanto, Sr. Presidente, claramente fica divergente o discurso que estamos ouvindo aqui das lideranças da base do Governo com a orientação que está no painel. Não interessa a qualquer um de nós que a sessão caia, a não ser para o Governo, a quem interessa não ver votado o veto, pois sabe que será derrubado, pelo direito dos funcionários do TCU.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Queremos dizer que aceitamos a proposta apresentada pelo Líder Fernando Bezerra, de que façamos simultaneamente o processo de votação do veto e a votação, seguindo a ordem, como foi aqui apresentada pelo Líder Fernando Bezerra. Portanto, solicitamos que seja retirado o requerimento e sigamos a pauta de acordo com a orientação que S. Ex^a tinha colocado. Ou seja, nós a aceitamos, para que possamos fazer as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O art. 42 do Regimento Comum diz que:

Art. 42. A retirada de qualquer proposição só poderá ser requerida por seu autor e dependerá de despacho da Presidência.

Parágrafo único. Competirá ao Plenário decidir sobre a retirada de proposição com a votação iniciada.

É o caso aqui. Se houver concordância de todo o Plenário, vamos retirar. Concordo com a retirada; do contrário, vamos iniciar a votação. Se não iniciarmos, vou encerrar a sessão. Não tenho outra coisa a fazer.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – V. Ex^a está propondo a retirada do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Líder Fernando Bezerra está propondo, e estou respondendo de acordo com o Regimento: a retirada precisa da aquiescência de V. Ex^a, que é o autor da proposta, e do Plenário também, porque a votação está iniciada.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Mas estou entendendo que é a retirada do pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – S. Ex^a pediu a retirada do requerimento, para que pudéssemos pôr em prática aquela votação simultânea.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Ou seja, retira-se a verificação, aprova-se a inversão, e iniciamos...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A proposta, Deputado Goldman, é aquela que eu havia feito anteriormente. Concordei com V. Ex^a, quando disse que não poderia antecipadamente indicar posição com relação a nenhuma matéria.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Eu disse a V. Ex^a que concordo com V. Ex^a; significa que V. Ex^a vai abrir o processo de votação do veto...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem dúvida. E, simultaneamente, apreciaremos os créditos.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Ou seja, é a mesma coisa que estamos pedindo; é exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação, na Câmara, a proposta de retirada do requerimento e a votação simultânea.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que concordam com a retirada queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam com a retirada e com o acordo para votação simultânea queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que o item único da cédula de votação encontra-se também em fase de discussão. (Pausa.)

Discussão, em turno único, do Veto Total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2005 (nº 4.713/2004, na Casa de origem), que altera a renumeração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Tribunal de Contas da União.

Em discussão o veto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados e as Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar nas urnas que estão localizadas em alguns pontos do plenário.

(Procede-se à votação secreta – sistema de cédula única)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 1:**

PROJETO DE LEI Nº 07, DE 2005 – CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 7, de 2005-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 (quatrocentos e cinqüenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais), e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinqüenta e cinco mil, seiscentos e noventa e oito reais), para os fins que especifica.

Ao projeto foram apresentadas 22 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 25, de 2005-CN, concluiu pela apresentação de substitutivo incorporando parcialmente o texto das Emendas nºs 12 e 19, inadmissibilidade das de nºs 04, 18, 20 e 21, e rejeição das demais emendas apresentadas.

Em discussão o projeto e o substitutivo, em turno único.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para orientar a Bancada já, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passamos à votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para orientar a Bancada do PFL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para orientar a Bancada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente, o PFL vota favoravelmente ao crédito, na medida em que, efetivamente, o crédito direciona recursos para a termelétrica de Angra III e ainda para implementação do sistema de transmissão de Itaituba, no Pará.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Para orientar a Bancada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, somos favoráveis à CPLN nº 7. Entendemos que já se encontra há muito tempo na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização; é um projeto já antigo naquela Comissão. Esperamos que, com a liberação que fazemos aqui no Congresso hoje, essas empresas estatais, todas ligadas ao setor energético, tenham condições de fazer os investimentos necessários para que não tenhamos risco de apagão a qualquer momento.

Portanto, o PSDB é favorável ao PL nº 7, não há restrições e não há nenhuma dúvida a ser esclarecida. Votaremos a favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Deputado Goldman, eu pediria a V. Ex^a que, simultaneamente, orientasse a Bancada também com relação ao veto que está sendo apreciado. Ouvirei todos os Líderes com relação a isso.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Com relação ao veto, Sr. Presidente, a posição do PSDB é favorável ao voto “não”, ou seja, à derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A orientação do PSDB é pela derrubada do veto, recomendando o voto “não”.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Para orientar a Bancada. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em homenagem ao servidor público brasileiro, acordo feito aqui há quatro meses, quando derrubamos o veto dos servidores da Câmara e do Senado, para o qual V. Ex^a tanto ajudou e contribuiu, quero testemunhar o empenho do Presidente Renan Calheiros em valorizar o servidor da Casa, do Congresso Nacional e também

do Tribunal de Contas da União. Naquela oportunidade, não foi possível derrubar o veto no que se refere aos servidores do Tribunal de Contas da União. Hoje, é chegado o momento de mantermos o compromisso de derrubarmos o veto do Presidente da República ao aumento de todos os servidores do Tribunal de Contas da União.

Por isso, a orientação do PFL é votar “não”, pela derrubada do veto dos servidores.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, realço a importância da votação desse veto, até no sentido de justiça. Esta mesma Casa tomou uma atitude no sentido de derrubar os vetos ao aumento dos servidores do Legislativo. Portanto, não seria, de forma nenhuma, postura correta em relação a uma parcela significativa dos servidores públicos, particularmente do Tribunal de Contas, impor essa pena, separando-os, na medida em que se debate aqui o estabelecimento de um tratamento equânime. Portanto, ao votar “não” a esse veto, derrubando-o, estabelecemos de uma vez por todas um tratamento igualitário aos servidores que prestam da mesma forma um serviço à sociedade, principalmente por meio da fiscalização, uma das tarefas mais importantes deste País. São esses servidores que trabalham diuturnamente no sentido de subsidiar os ministros do Tribunal de Contas, na fiscalização de nossas ações, para que o recurso público não caia cada vez mais num processo de malversação. Portanto, é mais do que justa e correta a derrubada desse veto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PFL – DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Deputado José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PFL – DF) – Sr. Presidente, o PFL na Câmara indica o voto “não”, pela derrubada do veto. Vamos terminar bem este ano, vamos derrubar o veto, é a voz do Congresso Nacional. E eu peço a todos os Deputados que ainda estão em seus gabinetes que venham ao plenário para votar “não”. Voto “não” derruba o veto. É um voto de respeito ao resgate do servidor público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Líder do PV, Deputado Marcelo Ortiz.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV – SP) – Sr. Presidente, vamos repetir o que dissemos anteriormente: vamos fazer justiça, e fazer justiça é derrubar o veto. Por isso, o Partido Verde vota “não”.

O SR. ROGÉRIOTEÓFILO (PPS – AL) – Sr. Presidente, pelo PPS.

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Sr. Presidente, pelo PDT.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Peço a palavra pelo PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu quero aqui deixar claro que o PSDB não aceita essa tirania do Executivo, que pretende cercear as prerrogativas do Congresso Nacional e, no presente caso, cometeu uma injustiça para com o servidor público do Tribunal de Contas da União. Por isso, nós pedimos a todos os companheiros que venham ao plenário para votar “não” e dar um basta a essa postura do Presidente da República de não respeitar o Parlamento nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Ney Suassuna, como vota o PMDB?

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – O PMDB, no Senado, Sr. Presidente, vota “não” e pede a seus companheiros que votem “não”.

A SRA. LUCIANA GENRO (P-SOL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pelo P-SOL.

O SR. ROGÉRIOTEÓFILO (PPS – AL) – Sr. Presidente, pelo PPS.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra o Deputado Rogério Teófilo para encaminhar a votação.

O SR. ROGÉRIOTEÓFILO (PPS – AL) – Sr. Presidente, colocando-se ao lado dos trabalhadores do Tribunal, o PPS vota “não” e convoca todos os Deputados do partido e da Casa que estejam em seus gabinetes para que venham ao plenário votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Como vota o Líder do PDT, Deputado Severiano Alves?

O SR. SEVERIANO ALVES (PDT – BA) – Sr. Presidente, felizmente V. Ex^a reconheceu que tem muita gente repetindo a orientação, como no caso do PSDB, que já tinha feito a orientação.

Sr. Presidente, com relação ao PL nº 7, o PDT é favorável, vota “sim” e orienta a sua bancada a votar “sim”.

Com relação ao veto, o PDT também vota “não”, pela derrubada do veto, e aproveita a oportunidade para parabenizar V. Ex^a por cumprir esse acordo e para louvar a preocupação de V. Ex^a de resgatar também o aumento dos servidores do TCU, a exemplo do que ocorreu no caso da Câmara e do Senado. V. Ex^a lembrou muito bem isso ontem.

Faço questão, portanto, de dizer que V. Ex^a está de parabéns por estar cumprindo o acordo feito colocando esse veto em votação.

Sr. Presidente, quero também fazer um elogio ao presidente do Sindilegis, ao companheiro Ezequiel, que foi realmente um grande batalhador na luta não só pelo aumento da Câmara e do Senado como também do TCU. Vamos fazer justiça a quem lutou por essa causa tão justa que o PDT apóia integralmente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Sr. Presidente, registramos aqui a presença do Ministro do Tribunal de Contas da União Augusto Nardes, que aqui vem prestar total solidariedade e apoio a essa pretensão dos funcionários do Tribunal, apoiando, portanto, o nosso voto contra o veto.

O PFL solicita a todos os Srs. Parlamentares que estejam em seus gabinetes que venham ao plenário depositar o seu voto contra o veto, que é da mais alta importância para todos os funcionários do Tribunal de Contas da União. Portanto, convocamos todos para que possamos realmente ter aqui um resultado favorável aos funcionários do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Senador Renan Calheiros, o Tribunal de Contas também faz parte do Legislativo. Já que derrubamos o veto no caso da Câmara e do Senado, vamos também derrubar o veto relativo ao Tribunal de Contas. O PFL no Senado vota “não” para derrubar o veto.

A SRA. LUCIANA GENRO (P-SOL – RS) – Sr. Presidente, para orientar pelo P-SOL.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Deputada Luciana Genro.

A SRA. LUCIANA GENRO (P-SOL – RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O P-SOL orienta o voto “sim” ao PL e o voto “não” ao veto em respeito aos funcionários do TCU, pela equidade com que merecem ser tratados em relação aos funcionários da Câmara e do Senado e pelo excelente trabalho que desenvolvem em um órgão tão importante como o Tribunal de Contas da União. “Não” ao veto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Solicito aos partidos que indiquem seus representantes para acompanhar, no Prodasen, a apuração do veto pelo sistema de digitação informatizada.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB – MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, nesta oportunidade, enquanto se está processando a votação da derrubada do veto em relação aos funcionários do TCU, queria fazer um apelo a V. Ex^a, ao Presidente da Câmara e aos líderes da Casa para que, durante a discussão sobre a convocação extraordinária, seja incluída a pauta da saúde.

Há uma pauta de projetos relativos à saúde: a regulamentação da Emenda nº 29; a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, projeto do Deputado Inocêncio Oliveira; e a questão da tributação do ISS. São três projetos que já passaram por todas as comissões da Casa e em relação aos quais já há um acordo construído para a votação.

Há também a PEC dos agentes comunitários da saúde, como foi bem lembrado aqui. Já há um acordo para essa votação. No entanto, nas reuniões do Colégio de Líderes, estão sendo colocados alguns entraves. Não posso acreditar que esses entraves venham do Líder do Governo na Câmara, que é médico, nem do Líder do PT na Câmara dos Deputados, que também é médico. Gostaria que esses entraves fossem retirados e que essa pauta fosse colocada para que nós tivéssemos uma agenda positiva a favor da saúde do cidadão brasileiro. É um apelo que faço em nome da Frente Parlamentar da Saúde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos avançar na votação. Aliás, o acordo existiu para que nós pudéssemos fazer isso.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Exatamente, senão é só um lado sendo cumprido. Nós fizemos um acordo para que votar os créditos junto com...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^a tem absoluta razão. Farei tudo para que tenhamos o cumprimento do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – V. Ex^a solicitou a orientação das bancadas, mas não recolheu a orientação do PSDB. O PSDB gostaria de fazer a orientação de sua bancada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O PFL também, Sr. Presidente. O PFL vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Determino à Mesa...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – O PSDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – ...que faça constar do painel a recomendação dos Líderes para suas bancadas.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – O PFL vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PFL vota “não”.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – O PSDB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encerrada a discussão...

O SR. VIEIRA REIS (PMR – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a se for sobre a votação. Precisamos avançar no processo de votação, senão não estaremos cumprindo o acordo.

O SR. VIEIRA REIS (PMR – RJ) – Sr. Presidente, para orientar pelo PMR, que ainda não foi orientado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para orientar, pelo PMR, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. VIEIRA REIS (PMR – RJ) – Sr. Presidente, o PMR entende que esta oportunidade não pode ser tirada dos nossos servidores. Sendo assim, o PMR orienta a sua bancada a se colocar contra o veto, a votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Declaro encerrada a discussão do crédito suplementar. Passamos à votação.

Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

Em votação o substitutivo na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2005-CN

Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$449.638.277,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor globo de R\$800.355.698,00, para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005) crédito suplementar no valor total de R\$449.638.277,00 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais), em favor de diversas empresas estatais, para atender à programação constante do Anexo I a esta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de recursos para aumento do patrimônio líquido e de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta lei, e de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do Anexo II a esta lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 11.100, de 2005), relativamente às dotações orçamentárias de diversas empresas estatais, constantes do Anexo II a esta lei, no valor global de R\$800.355.698,00 (oitocentos milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS
25 ENERGIA

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL - GERAL 85.000.152
364.630.125
449.630.277

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
694 SERVIÇOS FINANCEIROS
752 ENERGIA ELÉTRICA

TOTAL - GERAL 85.000.152
364.630.125
449.630.277

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS
694 SERVIÇOS FINANCEIROS
25 ENERGIA
752 ENERGIA ELÉTRICA

TOTAL - GERAL 85.000.152
85.000.152
364.630.125
449.630.277

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0273 LUZ PARA TODOS
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO
1842 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

TOTAL - GERAL 24.720.010
1.386.437
30.750.300
19.973.600
131.502.600
115.000.000
33.159.769
21.461.083
21.664.992
449.630.277

QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO
25000 MINISTÉRIO DA FAZENDA
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

TOTAL - GERAL 85.000.152
364.630.125
449.630.277

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA

TOTAL DA RECEITA 124.836.288 RECEITAS CORRENTES 86.348.369 RECEITAS DE CAPITAL 38.487.919

ÓRGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ÓRGÃO : R\$ 85.000.152

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS

85.000.152

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
694 SERVIÇOS FINANCEIROS

85.000.152

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

33.159.769
51.840.383

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS
25202 BANCO DA AMAZONIA S.A.
25234 BANCO DO BRASIL S.A.

82.521.582
1.486.570

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

85.000.152

TOTAL

85.000.152

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA

TOTAL DA RECEITA 72.164.898 RECEITAS CORRENTES 72.164.898 RECEITAS DE CAPITAL 0

ÓRGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 82.521.582

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS

82.521.582

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
694 SERVIÇOS FINANCEIROS

82.521.582

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

30.673.199
51.848.383

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESAS 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	82.521.582
TOTAL	82.521.582

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA 6.1.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	72.164.898
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	72.164.898
6.1.1.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	72.164.898
TOTAL DA RECEITA	0
32.164.898 RECEITAS CORRENTES	72.164.898 RECEITAS DE CAPITAL

ORÇAO : 15908 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25282 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA, AÇÃO/SUBPROGRAMA/PROJETO	E	C	R	M	I	F	VALOR
			S	N	F	U	U	T	
			P	D		D	D	F	
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS									
ATIVIDADES									
23 694	0781 4186	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO							5.418.488
23 694	0781 4106 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO NACIONAL							5.418.488
				4 - INV	3	90	0	495	5.418.488
PROJETOS									
23 694	0781 3252	INSTALACAO DE AGENCIAS							1.698.090
23 694	0781 3252 0015	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARA	1	4 - INV	3	90	0	495	1.387.172
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 2							292.918
23 694	0781 3252 0021	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MARAHO	1	4 - INV	3	90	0	495	292.918
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 1							
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS							23.574.628
23 694	0781 3324 0011	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	3	90	0	495	1.961.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1							1.961.000
23 694	0781 3324 0012	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO ACRE	1	4 - INV	3	90	0	495	1.623.032
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1							1.623.032
23 694	0781 3324 0013	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	3	90	0	495	2.374.500
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 5							2.374.500
23 694	0781 3324 0014	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RORAIMA	1	4 - INV	3	90	0	495	618.500
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1							618.500
23 694	0781 3324 0015	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARA	1	4 - INV	3	90	0	495	5.946.584
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 7							5.946.584
23 694	0781 3324 0016	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAPA	1	4 - INV	3	90	0	495	948.500
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 3							948.500
23 694	0781 3324 0017	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE TOCANTINS	1	4 - INV	3	90	0	495	3.103.105
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1							3.103.105
23 694	0781 3324 0021	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MARAHO	1	4 - INV	3	90	0	495	4.168.400
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 5							4.168.400
23 694	0781 3324 0031	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO	1	4 - INV	3	90	0	495	2.831.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 2							2.831.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									
ATIVIDADES									
23 694	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.495.030
23 694	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	3	90	0	495	1.495.030
23 694	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							50.353.353
23 694	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	1	4 - INV	3	90	0	495	50.353.353
TOTAL - INVESTIMENTO									
									82.521.582

ORÇAO : 25808 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO I CRÉDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.486.570

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES 23 COMERCIO E SERVICIOS	2.486.570
-------------------------------------------------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES 694 SERVICIOS FINANCEIROS	2.486.570
------------------------------------------------------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS	2.486.570
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 2.486.570
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

TOTAL 2.486.570

ORÇAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FLNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO-SUBTÍTULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS									2.486.570
PROJETOS									
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS							2.486.570
23 694	0781 3324 0013	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS							495.285
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)							495.285
23 694	0781 3324 0024	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	1	4 - INV	3	90	0	495	420.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)							420.000
23 694	0781 3324 0029	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DA BAHIA	1	4 - INV	3	90	0	495	840.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)							840.000
23 694	0781 3324 0031	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1	4 - INV	3	90	0	495	200.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)							200.000
23 694	0781 3324 0041	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARANA	1	4 - INV	3	90	0	495	36.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)							36.000
23 694	0781 3324 0051	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO	1	4 - INV	3	90	0	495	495.285
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)							495.285
TOTAL - INVESTIMENTO									2.486.570

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORÇAO : R\$ 364.630.125

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES 364.630.125
25 ENERGIA

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES 364.630.125
752 ENERGIA ELÉTRICA

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

0273 LUZ PARA TODOS	24.720.810
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA	1.206.437
0284 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE	30.792.306
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL	19.973.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE	131.502.600
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE	115.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	19.682.700
0842 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	21.684.992

QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS

32213 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.	14.000.000
32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.	132.800.000
32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	28.676.800
32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO	7.206.643
32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.	131.502.600
32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE	500.000
32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS	0.100.000
32269 COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ	45.279.810
32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON	3.734.992
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.	530.000
32273 MANAUS ENERGIA S.A.	6.700.000
32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA	330.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 364.630.125
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

TOTAL 364.630.125

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	52.671.310
6.1.0.0.00 RECURSOS PRÓPRIOS	14.183.471
6.1.1.0.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	14.183.471
6.2.0.0.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.201.690
6.2.2.0.00 CONTROLADORA	38.201.690
6.9.0.0.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	206.149
6.9.2.0.00 CONTROLADORA	206.149
TOTAL DA RECEITA	110.263.019
52.671.310 RECEITAS CORRENTES	
14.183.471 RECEITAS DE CAPITAL	38.487.239

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32225 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA 14.000.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
752 ENERGIA ELÉTRICA 14.000.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 14.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 14.000.000

TOTAL 14.000.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J O U	F T E	VALOR
		0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							14.000.000
		PROJETOS							
25 752	0807 12GA	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - SEDE RIO DE JANEIRO							14.000.000
25 752	0807 12GA 0101	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - SEDE RIO DE JANEIRO - NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (RJ) IMÓVEL ADQUIRIDO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	14.000.000
		TOTAL - INVESTIMENTO							14.000.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 132.800.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA 132.800.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
752 ENERGIA ELÉTRICA 132.800.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE 4.800.000
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE 115.800.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 13.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 132.800.000

TOTAL 132.800.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J O U	F T E	VALOR
		0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE							4.800.000
		PROJETOS							
25 752	0294 1891	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE ITUCURUI NO ESTADO DO MARANHÃO (AUMENTO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E DE 695 MVA DE TRANSFORMAÇÃO DE POTÊNCIA EM SUBESTAÇÕES)							4.800.000
25 752	0294 1891 0021	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE ITUCURUI NO ESTADO DO MARANHÃO (AUMENTO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E DE 695 MVA DE TRANSFORMAÇÃO DE POTÊNCIA EM SUBESTAÇÕES) - NO ESTADO DO MARANHÃO SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	4.800.000

0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE									115.800.000
		PROJETOS							
25 752	0297 1897	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A LINHA TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS)							4.000.000
25 752	0297 1897 0015	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A LINHA TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS) - NO ESTADO DO PARA							4.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	4.000.000
25 752	0297 3235	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA - DE 4.245 PARA 6.570 MW							111.800.000
25 752	0297 3235 0015	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA - DE 4.245 PARA 6.570 MW - NO ESTADO DO PARA							111.800.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	111.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									13.800.000
		PROJETOS							
25 752	1042 3242	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ACRE/RONDONIA							10.000.000
25 752	1042 3242 0010	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ACRE/RONDONIA - NA REGIAO NORTE							10.000.000
		SISTEMA EXPANDIDO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	10.800.000
25 752	1042 3243	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO AMAPA							3.000.000
25 752	1042 3243 0016	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO AMAPA - NO ESTADO DO AMAPA							3.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	3.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									132.800.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 28.676.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA

28.676.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELETRICA

28.676.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0295 ENERGIA NA REGIAO SUL
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

19.643.000
 1.033.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

28.676.000

TOTAL

28.676.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 9.000.000 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
 6.1.000.000 RECURSOS PRÓPRIOS
 6.1.000.000 GERAÇÃO PRÓPRIA

7.391.500
 7.391.500
 7.391.500

TOTAL DA RECEITA 7.391.500 RECEITAS CORRENTES

7.391.500 RECEITAS DE CAPITAL

0

ORÇAO : 31000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO-SUBSTITULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U T E	F	VALOR
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL									19.643.000
		PROJETOS							
25 752	0295 105K	AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO SUL (38 KM E REFORÇOS EM 9 SUBESTAÇÕES)							19.643.000
25 752	0295 105K 0040	AMPLIAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO SUL (38 KM E REFORÇOS EM 9 SUBESTAÇÕES) - NA REGIAO SUL							19.643.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	19.643.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.033.000
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS							1.033.000
25 752	0807 4101 0040	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NA REGIAO SUL							1.033.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.033.000

TOTAL - INVESTIMENTO		20.474.990
ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.486.643		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		7.486.643
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 753 ENERGIA ELETRICA		7.486.643
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0276 CESTAD DA POLITICA DE ENERGIA 0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE		1.386.437 6.100.206
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		7.486.643
TOTAL		7.486.643

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00		
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	VALOR
	0276	CESTAD DA POLITICA DE ENERGIA							1.386.437
		ATIVIDADES							
25 752	0276 0200	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							1.386.437
25 752	0276 0308 0020	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIAO NORDESTE ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	1.386.437
	0294	ENERGIA NA REGIAO NORDESTE							6.100.206
		PROJETOS							
25 752	0294 5482	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO PRESIDENTE DUTRA (MA) - TERESINA - FORTALEZA II (LT DE 500 KV - 2° CIRCUITO P. DUTRA/FORTALEZA, APROX. 750 KM, 2° CIRCUITO EMERGENCIAL P. DUTRA/TERESINA, APROX. 210 KM E 3 SES ASSOCIADAS, COM 2.550 MVA)							6.100.206
25 752	0294 5482 0020	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO PRESIDENTE DUTRA (MA) - TERESINA - FORTALEZA II (LT DE 500 KV - 2° CIRCUITO P. DUTRA/FORTALEZA, APROX. 750 KM, 2° CIRCUITO EMERGENCIAL P. DUTRA/TERESINA, APROX. 210 KM E 3 SES ASSOCIADAS, COM 2.550 MVA) - NA REGIAO NORDESTE SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	6.100.206
TOTAL - INVESTIMENTO		7.486.643							

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A. ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) TOTAL DA UNIDADE : R\$ 131.582.680			CREDITO SUPLEMENTAR				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		131.582.680					
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA		131.582.680					
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE		131.582.680					
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		131.582.680					
TOTAL		131.582.680					

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A. ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			CREDITO SUPLEMENTAR				RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00		
FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	J	F	VALOR
	0296	ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE							131.582.680
		ATIVIDADES							
25 752	0296 2192	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSAO NA AREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPIRITO SANTO							111.443.337
25 752	0296 2192 0030	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSAO NA AREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPIRITO SANTO - NA REGIAO SUDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	111.443.337
		PROJETOS							
25 752	0296 7164	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO OURO PRETO - VITORIA (345 KV - 370 KM) - (MG/ES)							20.059.343
25 752	0296 7164 0010	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO OURO PRETO - VITORIA (345 KV - 370 KM) - (MG/ES) - NA REGIAO SUDESTE SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	405	20.059.343
TOTAL - INVESTIMENTO		131.582.680							

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO 1
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 500.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	500.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA	500.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	500.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	500.000
TOTAL	500.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO 1
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO-SUBTÍTULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							500.000
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4161	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS							500.000
25 732	0807 4101 0012	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO ACRE	1	4 - INV	2	90	0	495	500.000
		TOTAL - INVESTIMENTO							500.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO 1
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.100.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	1.100.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 751 ENERGIA ELETRICA	1.100.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	1.100.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	1.100.000
TOTAL	1.100.000

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO 1
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO-SUBTÍTULO-PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
------	--------------	-------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			1.100.000
ATIVIDADES			
25 752	0007 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO	1.100.000
25 752	0807 4103 0027	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE ALAGOAS	1.100.000
		1 4 - INV 2 90 0 495	1.100.000
TOTAL - INVESTIMENTO			1.100.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 45.279.810

**CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 26 ENERGIA	45.279.810
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELÉTRICA	45.279.810
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0273 LUZ PARA TODOS 0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE 0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	23.720.010 19.850.100 1.709.700
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	45.279.810
TOTAL	45.279.810

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA 40.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA 6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 6.2.2.0.00.00 CONTRIBUIÇÃO 4.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 4.9.1.0.00.00 CONTRIBUIÇÃO	45.279.810 6.791.971 6.791.971 38.281.690 38.281.690 206.149 206.149
TOTAL DA RECEITA	38.087.839
45.279.810 RECEITAS CORRENTES	6.791.971 RECEITAS DE CAPITAL

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

**CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA-AÇÃO-SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O N	I U	F T F	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									23.720.010
PROJETOS									
25 752	0273 11VL	AMPLIAÇÃO DA REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - LUZ PARA TODOS							23.720.010
25 752	0273 11VL 0027	AMPLIAÇÃO DA REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - LUZ PARA TODOS - NO ESTADO DO PIAUI							23.720.010
		REDE AMPLIADA (KM) 226	1 4 - INV 2 90 0 495	23.720.010					
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									19.850.100
PROJETOS									
25 752	0294 3379	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO PIAUI							13.468.070
25 752	0294 3379 0022	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI							13.468.070
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 38	1 4 - INV 7 90 0 495	13.468.070					
25 752	0294 3407	AMPLIAÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PIAUI							6.382.030
25 752	0294 3407 0022	AMPLIAÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI							6.382.030
		REDE AMPLIADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 1	1 4 - INV 2 90 0 495	6.382.030					
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.709.700
ATIVIDADES									
25 752	0007 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS							296.500
25 752	0807 4101 0022	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - NO ESTADO DO PIAUI							296.500
			1 4 - INV 2 90 0 495	296.500					

25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.413.200
25 752	0807 4103 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO PIAUI							1.413.200
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.413.200
TOTAL - INVESTIMENTO									45.279.810

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,90

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.734.992

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA 3.734.992

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELETRICA 3.734.992

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1.000.000
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 2.734.992

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 3.734.992

TOTAL **3.734.992**

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,90

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.000.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.000.000
25 752	0807 4103 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									2.734.992
PROJETOS									
25 752	1042 3404	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA							2.734.992
25 752	1042 3404 0011	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA REDE AMPLIADA (KM) 29	1	4 - INV	2	90	0	495	2.734.992
TOTAL - INVESTIMENTO									3.734.992

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 520.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA 520.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELETRICA 520.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 770.000
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 250.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 520.000

TOTAL 520.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMAÇÃO-SUBTITULO-PRODUTO	E S: F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									270.000
ATIVIDADES									
25	752	0007 4103							270.000
25	752	0007 4103 0014							270.000
		MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	1	4 - INV	2	90	0	495	270.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									250.000
ATIVIDADES									
25	752	1042 4431							250.000
25	752	1042 4431 0014							250.000
		MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BOA VISTA	1	4 - INV	2	90	0	495	250.000
		MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BOA VISTA - NO ESTADO DE RORAIMA							
TOTAL - INVESTIMENTO									520.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO I
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.700.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA 6.700.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELETRICA 6.700.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0273 LUZ PARA TODOS 1.000.000
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 5.700.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.700.000

TOTAL 6.700.000

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS
25 ENERGIAQUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
694 SERVIÇOS FINANCEIROS
770 ENERGIA ELÉTRICAQUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS
694 SERVIÇOS FINANCEIROS
25 ENERGIA
770 ENERGIA ELÉTRICA

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS

9273 LÍZIE PARA TODOS
9274 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA
9274 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE
9275 ENERGIA NA REGIÃO SUL
9276 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE
9277 ENERGIA NA REGIÃO NORTE
9276 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA
9281 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS
9887 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL

QUADRO SÍNTESE POR ORÇAO
2000 MINISTÉRIO DA FAZENDA
2000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 475.583.629
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 371.053.629
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA 371.053.629
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO 704.300.000
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA 104.300.000
TOTAL DA RECEITA 475.583.629 RECEITAS (CORRENTES) 371.053.629 RECEITAS DE CAPITAL 104.500.000

ORÇAO - 2000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

TOTAL DO ORÇAO : R\$ 12.843.254

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOSQUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
694 SERVIÇOS FINANCEIROSQUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
6781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS
9887 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIOQUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS
2502 BANCO DA AMAZONIA S.A.
2524 BANCO DO BRASIL S.A.QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

TOTAL

ORÇAO - 2000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE - 2502 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 18.356.684

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
23 COMÉRCIO E SERVIÇOSQUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
694 SERVIÇOS FINANCEIROSQUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
6781 AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS
9887 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIOQUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

TOTAL

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL - GERAL 12.843.254
87.512.444
800.355.698

TOTAL - GERAL 12.843.254
787.512.444
800.355.698

TOTAL - GERAL 12.843.254
12.843.254
787.512.444
800.355.698

TOTAL - GERAL 2.980.000
30.300.000
91.309.003
33.023.344
794.094.774
134.000.000
1.055.000
10.645.354
29.003.900
143.543.461
100.000
800.355.698

TOTAL - GERAL 12.843.254
787.512.444
800.355.698

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

12.843.254

12.843.254

10.645.354
2.197.90060.356.684
2.086.870

12.843.254

12.843.254

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

18.356.684

18.356.684

1.158.704
2.197.900

18.356.684

18.356.684

ORÇAO : 2500 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 2522 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E N F	G N D	R P	M O D	I O U	P U T	F T E	VALOR
4781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS										8.158.784
PROJETOS										
23 694	0781 3252	INSTALACAO DE AGENCIAS								8.158.784
23 694	0781 3252 0011	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RONDONIA AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 4	1	4 - INV	3	90	0	495		1.402.094
23 694	0781 3252 0012	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO ACRE AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	1	4 - INV	3	90	0	495		1.594.056
23 694	0781 3252 0013	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3		4 - INV	3	90	0	495		1.477.387
23 694	0781 3252 0014	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RORAIMA AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3		4 - INV	3	90	0	495		1.202.766
23 694	0781 3252 0016	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAPA AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 2	1	4 - INV	3	90	0	495		593.594
23 694	0781 3252 0017	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE TOCANTINS AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	3	90	0	495		1.423.070
23 694	0781 3252 0031	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 1		4 - INV	3	90	0	495		463.876
4807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										2.197.900
PROJETOS										
23 694	4807 3284	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS								2.197.900
23 694	4807 3284 0015	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO PARA IMOVEIS INSTALADOS (UNIDADE) 1	1	4 - INV	3	90	0	495		2.197.900
TOTAL - INVESTIMENTO										10.356.684

ORÇAO : 2500 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 2534 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE: R\$ 2.486.578

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 23 COMERCIO E SERVICIOS

2.486.578

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 494 SERVICIOS FINANCEIROS

2.486.578

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS

2.036.570

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

2.486.578

TOTAL

2.486.578

ORÇAO : 2500 - MINISTERIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 2534 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I O U	P U T	F T E	VALOR
------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------

0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS										2.486.570
PROJETOS										
23.694	0781.3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS								2.486.570
23.694	0781.3324.0011	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RONDONIA								210.400
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	3	90	0		495	210.400
23.694	0781.3324.0015	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARA								220.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0		495	220.000
23.694	0781.3324.0023	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO CEARA								180.001
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0		495	180.001
23.694	0781.3324.0032	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								100.170
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 2	1	4 - INV	3	90	0		495	100.170
23.694	0781.3324.0033	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								455.999
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0		495	455.999
23.694	0781.3324.0043	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								440.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 2	1	4 - INV	3	90	0		495	440.000
23.694	0781.3324.0052	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE GOIAS								220.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0		495	220.000
23.694	0781.3324.0053	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO DISTRITO FEDERAL								660.800
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	3	90	0		495	660.800
TOTAL - INVESTIMENTO										2.486.570
ORCAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA										
ANEXO II										
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)										
TOTAL DO ORCAO : R\$ 787.512.444										
QUADRO SINTESE POR FUNCOES										
25 ENERGIA										787.512.444
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES										
752 ENERGIA ELETRICA										787.512.444
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS										
0273 LUZ PARA TODOS										2.486.570
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA										38.300.000
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE										91.300.003
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL										33.823.341
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE										204.096.751
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE										134.000.000
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA										1.895.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										56.005.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS										141.592.461
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL										300.000
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS										
32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPEL										1.895.000
32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR										107.666.141
32213 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.										37.620.620
32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.										178.000.000
32225 ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.										13.204.000
32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO										09.937.728
32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.										104.131.637
32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE										5.650.106
32269 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS										6.899.628
32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON										6.450.467
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.										3.928.976
32273 MANAUS ENERGIA S.A.										111.200.000
32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA										16.379.643
32277 COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM										14.500.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA										
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO										787.512.444
TOTAL										787.512.444
QUADRO SINTESE POR RECEITA										
6.1.0.0000 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO										475.953.629
6.1.0.0000 RECURSOS PRÓPRIOS										371.053.629
6.1.1.0000 GERACAO PRÓPRIA										571.053.629
6.9.0.0000 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO										104.500.000
6.9.2.0000 CONTROLADORA										104.500.000
TOTAL DA RECEITA										475.953.629 RECEITAS CORRENTES
										371.053.629 RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 32098 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPTEL

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.855.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA 1.855.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 92 ENERGIA ELETRICA 1.855.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 9476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA 1.855.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 1.855.000

TOTAL 1.855.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.8.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 1.855.000
 6.1.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 1.855.000
 6.1.1.000.00 GERAÇÃO PRÓPRIA 1.855.000
 TOTAL DA RECEITA 1.855.000 REC. EITAS CORRENTES 1.855.000 REC. EITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32098 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPTEL

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACTAO-SUBTITULO-PRODUTO	E S F	G M D	R P	M D	I L	F T	F F	VALOR
	9476	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA								1.855.000
		ATIVIDADES								
25 202	0476 2745	PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS								1.855.000
25 252	0476 2745 0001	PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS - NACIONAL								1.855.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4	INV	1	2	0	0	495
		TOTAL - INVESTIMENTO								1.855.000

ORGAO : 32098 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 107.666.141

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 75 ENERGIA 107.666.141

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 751 ENERGIA ELETRICA 107.666.141

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 9296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE
 9997 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 101.819.945
 5.846.196

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 107.666.141

TOTAL 107.666.141

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 107.666.141
 6.1.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 107.666.141
 6.1.1.000.00 GERAÇÃO PRÓPRIA 107.666.141
 TOTAL DA RECEITA 107.666.141 REC. EITAS CORRENTES 107.666.141 REC. EITAS DE CAPITAL 0

ORGÃO : 3200 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 3224 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F S F	G N D	R. P	M O D	L U	F T E	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES NOROESTE E CENTRO-OESTE									101.819.045
ATIVIDADES									
26 752	0296 4477	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (RJ)							25.744.675
25 752	0296 4477 0013	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	25.744.675
25 752	0296 0486	USINA TERMONUCLEAR ANGRA III (RJ)							61.644.237
25 752	0296 0486 0013	USINA TERMONUCLEAR ANGRA III (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	61.644.237
PROJETOS									
25 752	0296 1853	SUBSTITUIÇÃO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOUR DA USINA DE ANGRA I (RJ)							14.431.033
25 752	0296 1853 0013	SUBSTITUIÇÃO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOUR DA USINA DE ANGRA I (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	14.431.033
PROJETOS									
25 752	0296 1853	SUBSTITUIÇÃO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOUR DA USINA DE ANGRA I (RJ)							14.431.033
25 752	0296 1853 0013	SUBSTITUIÇÃO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOUR DA USINA DE ANGRA I (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	14.431.033
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									5.886.196
ATIVIDADES									
25 752	0807 4183	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.398.705
25 752	0807 4183 0013	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	1.398.705
25 752	0807 4183	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO							4.447.491
25 752	0807 4183 0013	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495	4.447.491
TOTAL INVESTIMENTO									107.666.141

ORGÃO : 3200 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 3223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE - R\$ 37.638.620

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES
25 ENERGIA

37.638.620

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES
752 ENERGIA ELÉTRICA

37.638.620

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
0296 GESTÃO NA POLÍTICA DE ENERGIA
0295 ENERGIA NA REGIÃO SUL
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

19.000.000
13.000.000
5.138.620

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

37.638.620

TOTAL

37.638.620

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
0.0.0.0.0.0 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
4.1.0.0.00 RECEITAS PRÓPRIAS
4.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA
TOTAL DA RECEITA

23.628.620
23.628.620
13.628.620

23.628.620 RECEITAS CORRENTES

23.628.620 RECEITAS DE CAPITAL

0

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S T	C N D	R P	A O D	L	F T E	VA L O R
0276	GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA								19.000.000
		PROJETOS							
25 752	0276 342T	ESTUDOS DE INVENTARIO E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DE SISTEMA DE GERACAO E DE TRANSMISSAO NA REGIAO AMAZONICA							19.000.000
25 752	0276 142T 0C10	ESTUDOS DE INVENTARIO E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DE SISTEMA DE GERACAO E DE TRANSMISSAO NA REGIAO AMAZONICA - NA REGIAO NORTE ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 12	1	4 - INV	2	90	0	495	19.000.000
0295	ENERGIA NA REGIAO SUL								13.500.000
		PROJETOS							
25 752	0295 5115	INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ELETRICOS BRASILEIRO E URUGUAIO ATRAVES DA CONVERSORA DE RIVERA (RESSARCIMENTO DE 50% DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA EMPRESA ESTATAL URUGUAIA USINAS Y TRANSMISIONES ELECTRICAS - UTE)							13.500.000
25 752	0295 5115 0040	INTERLIGACAO DOS SISTEMAS ELETRICOS BRASILEIRO E URUGUAIO ATRAVES DA CONVERSORA DE RIVERA (RESSARCIMENTO DE 50% DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA EMPRESA ESTATAL URUGUAIA USINAS Y TRANSMISIONES ELECTRICAS - UTE) - NA REGIAO SUL SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	13.500.000
0807	INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								5.128.620
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.000.000
25 752	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL		4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							4.128.620
25 752	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	4.128.620
		TOTAL - INVESTIMENTO							37.628.620

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 178.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA

178.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELETRICA

178.000.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 077 LUZ PARA TODOS
 0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA
 0295 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE
 0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO
 0807 INVESTIMENTO NAS SISTEMAS ISOLADOS

2.500.000
 7.000.000
 6.000.000
 134.000.000
 15.000.000
 11.500.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

178.000.000

TOTAL

178.000.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 4.8.0.0.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
 6.1.0.0.00 RECURSOS PRÓPRIOS
 6.1.1.0.00 GERACAO PRÓPRIA
 TOTAL DA RECEITA

45.200.000 RECEITAS CORRENTES

45.200.000 RECEITAS DE CAPITAL

45.200.000
 45.200.000
 45.200.000
 0

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	U	F I E	VALOR
	0273 LUZ PARA TODOS								2.900.000
		PROJETOS							
25 752	0273 104B	ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AS COMUNIDADES ISOLADAS							2.900.000
25 752	0273 104B 0001	ATENDIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AS COMUNIDADES ISOLADAS - NACIONAL							2.900.000
		ACÇÃO IMPLEMENTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	995	2.500.000
	0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA								7.000.000
		ATIVIDADES							
25 752	0276 650B	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA							3.900.000
25 752	0276 650B 0010	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NA REGIÃO NORTE							3.900.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	995	3.900.000
25 752	0276 651A	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA							3.900.000
25 752	0276 651A 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL							3.900.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	995	3.900.000
	0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE								6.000.000
		PROJETOS							
25 752	0296 1307	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO, IMPLANTACAO DA SE JAURE (MT) 400 MVA E REFORÇO NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 363 MVA)							6.000.000
25 752	0296 1307 0001	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO, IMPLANTACAO DA SE JAURE (MT) 400 MVA E REFORÇO NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 363 MVA) - NO ESTADO DO MATO GROSSO							6.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	995	6.000.000
	0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE								34.000.000
		ATIVIDADES							
25 752	0297 446J	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA							3.000.000
25 752	0297 446J 0010	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NA REGIÃO NORTE							3.000.000
			1	4 - INV	2	90	0	995	3.000.000
		PROJETOS							
25 752	0297 1E39	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ITAITUBA (PA) - PARINTINS-BALREBRINHA (MAUES/BOA VISTA DO RAMOS (AM)							32.000.000
25 752	0297 1E39 0002	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ITAITUBA (PA) - PARINTINS-BALREBRINHA, MAUES/BOA VISTA DO RAMOS (AM) - NA REGIAO NORTE							32.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	995	32.000.000

25 752	0297 13EF	IMPLANTACAO DE LINHA DE TRANSMISSAO OIAPOQUE - CALCOENE NO ESTADO DO AMAPA								17.000.000
25 752	0297 10EF 0004	IMPLANTACAO DE LINHA DE TRANSMISSAO OIAPOQUE CALCOENE NO ESTADO DO AMAPA - NO ESTADO DO AMAPA								27.000.000
		IMPLANTACAO DE LINHA DE TRANSMISSAO OIAPOQUE - EXECUCAO FISICA 32	1	3	INV	2	90	0	495	17.000.000
25 752	0297 1189	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO PARA								50.000.000
25 752	0297 1119 0002	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO PARA - NO ESTADO DO PARA								50.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE) 2	1	4	INV	2	90	0	495	50.000.000
25 752	0297 1407	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (PA)								3.900.000
25 752	0297 1407 0015	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (PA) - NO ESTADO DO PARA								3.900.000
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 50	1	3	INV	2	90	0	495	3.900.000
25 752	0297 7094	INTERLIGACAO ELETRICA DO SISTEMA ISOLADO ACRE/RONDONIA A REDE BASICA NACIONAL EM MATO GROSSO								12.900.000
25 752	0297 7096 0007	INTERLIGACAO ELETRICA DO SISTEMA ISOLADO ACRE/RONDONIA A REDE BASICA NACIONAL EM MATO GROSSO - NACIONAL								12.900.000
		SISTEMA DE TRANSMISSAO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 7	1	4	INV	2	90	0	495	12.900.000
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										15.000.000
ATIVIDADES										
25 752	0007 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS								10.000.000
25 752	0007 4101 0010	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO NORTE								10.000.000
										10.000.000
25 752	0007 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								5.000.000
25 752	0007 4103 0010	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO NORTE								5.000.000
										5.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS										11.900.000
PROJETOS										
25 752	1042 1042	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RORAIMA								7.000.000
25 752	1042 1042 0014	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA								7.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 6	1	3	INV	2	90	0	495	7.000.000
25 752	1042 3366	IMPLANTACAO DE REFORCOS NA SUBESTACAO BOA VISTA PARA REPASSE DE ENERGIA ELETRICA AO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE RORAIMA								4.900.000
25 752	1042 3366 0014	IMPLANTACAO DE REFORCOS NA SUBESTACAO BOA VISTA PARA REPASSE DE ENERGIA ELETRICA AO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA								4.900.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 12								4.900.000
										4.900.000
TOTAL - INVESTIMENTO										170.000.000

ORGAO : 3200 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 3225 - ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE - R\$ 13.284.500

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA

13.284.500

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELÉTRICA

13.284.500

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
 0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA
 0295 ENERGIA NA REGIAO SUL
 0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

3.550.000

3.943.700

5.790.800

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

13.284.500

TOTAL

13.284.500

ORGAO : 3200 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 3225 - ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO III
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

3200 - PROGRAMATICA

PROGRAMA ALIADO/SUBTITULO/PRODUTO

E S F G N I R M I F T VALOR

0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA

3.550.000

			4 - INV	2	90	0	495	6.249.869
PROJETOS								
25 752	0294 3378	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO NORDESTE						4.400.974
25 752	0294 3378 0020	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO NORDESTE - NA REGIAO NORDESTE						4.400.974
		OBRAS EM SUBESTAÇÕES E LINHAS DE TRANSMISSÃO (1% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	4 - INV	2	90	0	495	4.400.974
25 751	0294 3378	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO NA BAHIA						776.061
25 751	0294 3378 0019	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO A UHE DE XINGO NA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA						776.061
		SISTEMA IMPLANTADO (5% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	4 - INV	2	90	0	495	776.061
25 751	0294 3390	IRRIGACAO DE LOTES NA AREA DO REASSENTAMENTO, COM 18.599 HA, NA USINA DE ITAPARICA (BA)						3.073.770
25 751	0254 3390 0019	IRRIGACAO DE LOTES NA AREA DO REASSENTAMENTO, COM 20.159 HA, NA USINA DE ITAPARICA (BA) - NO ESTADO DA BAHIA						3.073.770
		LOTE IRRIGADO (UNIDADE)	4 - INV	2	90	0	495	3.073.770
25 752	0294 5185	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMIELETRICA CAMACARI DE 174 PARA 350 MW						2.981.523
25 752	0294 5105 0029	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DA USINA TERMIELETRICA CAMACARI DE 174 PARA 350 MW - NO ESTADO DA BAHIA						2.981.523
		OBRA EXECUTADA (5% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	4 - INV	2	90	0	494	2.981.523
25 752	0294 5187	SISTEMA DE TRANSMISSAO DO NORDESTE (IMPLANTACAO DE 4 SUBESTAÇÕES SELECIONADORAS DE 230 KV)						67.227.978
25 752	0294 5137 0020	SISTEMA DE TRANSMISSAO DO NORDESTE (IMPLANTACAO DE 4 SUBESTAÇÕES SELECIONADORAS DE 230 KV) - NA REGIAO NORDESTE						67.227.978
		OBRA EXECUTADA (5% DE EXECUÇÃO FÍSICA)	4 - INV	2	90	0	495	67.227.978
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								8.137.553
ATIVIDADES								
25 752	0007 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS						2.000.000
25 752	0807 4101 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO NORDESTE						2.000.000
			4 - INV	3	90	0	474	2.000.000
25 752	0007 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						600.000
25 752	0807 4102 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO NORDESTE						600.000
			4 - INV	2	90	0	495	600.000
25 752	0007 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						2.537.553
25 752	0807 4103 0020	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO NORDESTE						2.537.553
			4 - INV	2	90	0	495	2.537.553
TOTAL - INVESTIMENTO								89.937.728

ORÇAO : 32800 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 194.132.637

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA

194.132.637

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELETRICA

194.132.637

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE			186.176.886
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS NA INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			7.895.831
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
095 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			194.132.637
TOTAL			194.132.637
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			62.629.957
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			62.629.957
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			62.629.957
TOTAL DA RECEITA	62.629.957 RECEITAS CORRENTES	62.629.957 RECEITAS DE CAPITAL	0

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 32220 - ELERNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TORNAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA ACAD SUB-TÍTULO PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									186.176.886
ATIVIDADES									
25 752	0296 2194	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS							7.758.256
25 752	0296 2194 0030	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS - NA REGIÃO SUDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	7.758.256
25 752	0296 2340	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO E DO DISTRITO FEDERAL							15.406.226
25 752	0296 2340 0050	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO E DO DISTRITO FEDERAL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	15.406.226
25 752	0296 4469	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA							35.485.179
25 752	0296 4469 0801	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	35.485.179
25 752	0296 4478	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE							26.762.307
25 752	0296 4478 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	26.762.307
25 752	0296 8549	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA							10.744.153
25 752	0296 8549 0801	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	10.744.153

		PROJETOS						
25	752	0296 3282	OBRAS COMPLEMENTARES NA AREA DO RESERVATORIO DO APROVEITAMENTO MULTIPLO DE MANSO NO ESTADO DE MATO GROSSO					1.469.390
25	752	0296 3282 0051	OBRAS COMPLEMENTARES NA AREA DO RESERVATORIO DO APROVEITAMENTO MULTIPLO DE MANSO NO ESTADO DE MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO					1.469.390
			OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	4 - INV	2	90	0	495
25	752	0296 3292	MODERNIZACAO DA LHE FURNAS DE 1.200 MW (MG)					71.302.833
25	752	0296 3292 0054	MODERNIZACAO DA LHE FURNAS DE 1.200 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS					71.302.833
			USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 10	4 - INV	2	90	0	495
25	752	0296 3302	MODERNIZACAO DA UHE MASCARENHAS DE MORAES COM 476 MW (MG)					4.262.101
25	752	0296 3302 0053	MODERNIZACAO DA UHE MASCARENHAS DE MORAES COM 476 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS					4.262.101
			USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	4 - INV	2	90	0	495
25	752	0296 3340	SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ITAIPU (PR) - SAO PAULO (SP) (REFORÇOS NAS TORRES DA LT 750 KV F02 - IVAIPORA, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II)					11.226.465
25	752	0296 3360 0001	SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ITAIPU (PR) - SAO PAULO (SP) (REFORÇOS NAS TORRES DA LT 750 KV F02 - IVAIPORA, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II) - NACIONAL					11.226.465
			OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 34	4 - INV	2	90	0	495
25	752	0296 3414	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMIELETRICA SANTA CRUZ - FASE 1 - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ)					11.286.330
25	752	0296 3414 0033	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMIELETRICA SANTA CRUZ - FASE 1 - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					11.286.330
			OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	4 - INV	2	90	0	495
25	752	0296 4361	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO CACHOEIRA PAULISTA - ADRIANOPOLIS - 3º CIRCUITO (500 KV - 177 KM) - (SP/RJ)					4.301.076
25	752	0296 5161 0020	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO CACHOEIRA PAULISTA - ADRIANOPOLIS - 3º CIRCUITO (500 KV - 177 KM) - (SP/RJ) - NA REGIAO SUDOESTE					4.301.076
			SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	4 - INV	2	90	0	495
25	752	0296 7066	MODERNIZACAO DA LHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.200 MW (MG)					6.350.000
25	752	0296 7066 0051	MODERNIZACAO DA LHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.200 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS					6.350.000
			USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA)	4 - INV	2	90	0	495
0807		INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO						2.895.831
		ATIVIDADES						
25	752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS					1.156.464
25	752	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL					1.156.464
				4 - INV	2	90	0	495
25	752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS					1.256.435
25	752	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL					1.256.435
				4 - INV	2	90	0	495
25	752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO					5.442.932
25	752	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL					5.442.932
				4 - INV	2	90	0	495
		TOTAL - INVESTIMENTO						194.132.637

ORGÃO : 3288 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 3287 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.458.106

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA				5.458.106
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELÉTRICA				5.458.106
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0897 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS				1.000.000 3.898.106
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 499 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO				5.458.106
TOTAL				5.458.106
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA 6.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 6.1.1.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA				5.158.106 5.170.106 5.170.106
TOTAL DA RECEITA	5.158.106 RECEITAS CORRENTES		5.158.106 RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGÃO : 3288 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 3287 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO/SUBTÍTULO-PRODUTO	E S F	C O D	R P	M O D	I U	F T F	VALOR
		0897 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							1.000.000
		ATIVIDADES							
25	752	0897 4182							1.300.000
25	752	0897 4192 0012							1.300.000
		MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS							
		MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO ACRE		4	INV	2	90	0	495
25	752	0897 4193							500.000
25	752	0897 4193 0012							500.000
		MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMÁTICA E TELEPROCESSAMENTO							
		MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMÁTICA E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO ACRE		4	INV	2	90	0	495
		1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS							3.898.106
		PROJETOS							
25	752	1042 3367							3.898.106
25	752	1042 3367 0012							3.898.106
		AMPLIAÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ACRE							
		AMPLIAÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ACRE - NO ESTADO DO ACRE		4	INV	2	90	0	495
		REDE AMPLIADA (KM) 40							
		TOTAL - INVESTIMENTO							5.458.106

ORGÃO : 3288 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 3288 - COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALACÓAS

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.889.628

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA				6.889.628
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELÉTRICA				6.889.628
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 6294 ENERGIA NA REGIÃO NOROCCIDENTAL 1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL				6.889.628 300.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 499 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO				6.889.628
TOTAL				6.889.628

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			5.789.628
6.1.0.0.00 RECURSOS PRÓPRIOS			5.789.628
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			5.789.628
TOTAL DA RECEITA	5.789.628 RECEITAS CORRENTES	5.789.628 RECEITAS DE CAPITAL	0

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S P	G N D	R F	M O D	I U T	F T E	VALOR
0294 ENERGIA NA REGIÃO NORDESTE									6.589.628
PROJETOS									
25 752	0294 3375	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DE ALAGOAS (69 KV)							954.018
25 752	0294 3375 0027	(IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DE ALAGOAS (69 KV) - NO ESTADO DE ALAGOAS LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 55		4 - INV	2	90	0	495	954.018
25 752	0294 3409	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM ALAGOAS							5.635.610
25 752	0294 3409 0027	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS REDE AMPLIADA (KM) 200		4 - INV	2	90	0	495	5.635.610
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL									300.000
ATIVIDADES									
25 752	1044 4893	ESTUDO DE VIABILIDADE DE PROJETOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDROELETRICAS (PCHS) E DE APROVEITAMENTO DE FONTES ENERGETICAS ALTERNATIVAS (EOLICA E BIOMASSA)							300.000
25 752	1044 4893 0027	ESTUDO DE VIABILIDADE DE PROJETOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDROELETRICAS (PCHS) E DE APROVEITAMENTO DE FONTES ENERGETICAS ALTERNATIVAS (EOLICA E BIOMASSA) - NO ESTADO DE ALAGOAS ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1		4 - INV	2	90	0	495	300.000
TOTAL - INVESTIMENTO									6.889.628

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.499.467

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA 6.499.467

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES 753 ENERGIA ELETRICA 6.499.467

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0907 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 2.200.000
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ESCOLADOS 4.299.467

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6.499.467

TOTAL 6.499.467

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			2.724.475
6.1.0.0.00 RECURSOS PRÓPRIOS			2.724.475
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			2.724.475
TOTAL DA RECEITA	2.724.475 RECEITAS CORRENTES	2.724.475 RECEITAS DE CAPITAL	0

ORÇAO : 3200 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0007		INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							2.200.000
ATIVIDADES									
15 752	0007 4100	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.200.000
25 752	0007 4101 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0	495	1.200.000
25 752	0007 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.000.000
15 752	0007 4102 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
1042		ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS							4.239.467
ATIVIDADES									
25 752	1042 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA							500.000
23 752	1042 4001 0011	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0	495	500.000
PROJETOS									
25 752	1042 3001	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA							3.739.467
25 752	1042 3011 0011	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0	495	3.739.467
TOTAL - INVESTIMENTO									
									6.600.467

ORÇAO : 3200 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.920.976

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA

3.920.976

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELETRICA

3.920.976

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS
 0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS

3.400.000
 520.976

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

3.920.976

TOTAL

3.920.976

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA
 4.000.000 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO
 4.1.000.000 RECURSOS PROPRIOS
 4.1.1.000.000 RECEITA PRÓPRIA
 TOTAL DA RECEITA

3.400.976
 3.400.976
 3.400.976
 0

3.400,9% RECEITAS CORRENTES

3.400,9% RECEITAS DE CAPITAL

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 31272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U L	J A G	S E T	VALOR
4807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										3.646.988
ATIVIDADES										
25 752	0097 4191	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS								3.646.988
25 752	1807 4101 0014	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE RORAIMA			4 - INV	2	00	0	1	755
										1.646.988
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS										282.858
ATIVIDADES										
25 752	1042 2729	MANUTENCAO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA								282.858
25 752	1042 2719 0014	MANUTENCAO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA - NO ESTADO DE RORAIMA			4 - INV	2	00	0	1	491
										282.858
TOTAL - INVESTIMENTO										3.928.976

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 111.200.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	26 ENERGIA	111.200.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	753 ENERGIA ELETRICA	111.200.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	2.890.000
	1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	109.108.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	499 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	111.200.000
TOTAL		111.200.000
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.043.000.000	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	104.500.000
6.938.000.000	OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO	104.500.000
6.043.000.000	CONTROLADORA	104.500.000
TOTAL DA RECEITA	104.500.000 RECEITAS CORRENTES	0 RECEITAS DE CAPITAL
		104.500.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA AÇÃO SUBTÍTULO PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U L	J A G	S E T	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO										1.000.000
ATIVIDADES										
25 752	0807 4191	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS								1.000.000
25 752	0807 4101 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO AMAZONAS			4 - INV	2	02	0	1	499
										1.000.000

25 752	0007 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						600.000
25 752	0007 4102 0013	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO AMAZONAS	4 - INV	2	90	0	495	600.000
25 752	0007 4103	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						400.000
25 752	0007 4103 0013	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO AMAZONAS	4 - INV	2	90	0	495	400.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS								109.300.000
ATIVIDADES								
25 752	1042 2218	MANUTENÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS						6.000.000
25 752	1042 2218 0013	MANUTENÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS	4 - INV	2	90	0	495	6.000.000
25 752	1042 2224	MANUTENÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS						1.000.000
25 752	1042 2224 0013	MANUTENÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
25 752	1042 4036	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO E SUBTRANSMISSÃO EM MANAUS (AM)						200.000
25 752	1042 4036 0013	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO E SUBTRANSMISSÃO EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	4 - INV	2	90	0	495	200.000
25 752	1042 8090	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO HIDRAULICA DE ENERGIA ELETRICA EM SALINA (AM)						2.000.000
25 752	1042 8090 0013	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO HIDRAULICA DE ENERGIA ELETRICA EM SALINA (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
PROJETOS								
25 752	1042 3263	REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE MANAUS (AM)						10.100.000
25 752	1042 3263 0013	REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA DE MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS PARQUE DE GERAÇÃO REVITALIZADO (% DE EXECUÇÃO FISICA) 14	4 - INV	2	90	0	495	10.100.000
25 752	1042 3398	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM MANAUS (AM)						20.000.000
25 752	1042 3398 0013	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS LINHA DE TRANSMISSÃO IMPLANTADA (KM) 71	4 - INV	2	90	0	495	20.000.000
25 752	1042 3430	AMPLIAÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM)						5.000.000
25 752	1042 3430 0013	AMPLIAÇÃO DE REDE URBANA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS REDE AMPLIADA (KM) 60	4 - INV	2	90	0	495	5.000.000
25 752	1042 7100	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO TERMOELETRICA EM MANAUS						64.900.000
25 752	1042 7100 0013	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO TERMOELETRICA EM MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS USINA IMPLANTADA (% DE EXECUÇÃO FISICA) 19	4 - INV	2	90	0	495	64.900.000
TOTAL - INVESTIMENTO								111.200.000

ORÇAO : 32006 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 16.379.641

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA 16.379.641

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELÉTRICA 16.379.641

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0295 ENERGIA NA REGIAO SUL 16.379.641

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 16.379.641

TOTAL 16.379.641

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 16.049.641
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 16.049.641
 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 16.049.641
 TOTAL DA RECEITA 16.049.641 RECEITAS CORRENTES 16.049.641 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORÇAO : 32006 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	F	G	R	M	I	F	VALOR	
										S
	0295	ENERGIA NA REGIAO SUL							16.379.641	
		PROJETOS								
25 752	0295 3380	ADEQUACAO AMBIENTAL DA USINA TERMOELETRICA PRESIDENTE MEDICI, FASES A E B, EM CANDIOTA (RS)							16.379.641	
25 752	0295 3380 0043	ADQUACAO AMBIENTAL DA USINA TERMOELETRICA PRESIDENTE MEDICI, FASES A E B, EM CANDIOTA (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							16.379.641	
		(MIRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) : 0	1	4	100	2	90	0	495	16.379.641
		TOTAL - INVESTIMENTO							16.379.641	

ORÇAO : 32006 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
 UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM

ANEXO II
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.500.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES
 25 ENERGIA 14.500.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES
 752 ENERGIA ELÉTRICA 14.500.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 2.000.000
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 12.500.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 14.500.000

TOTAL 14.500.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 14.500.000
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS 14.500.000
 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 14.500.000
 TOTAL DA RECEITA 14.500.000 RECEITAS CORRENTES 14.500.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORÇAO : 3000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA
UNIDADE : 1777 - CAMPANHA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM

ANEXO B
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNÇ	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA ALAÇO/SUBTÍTULO-PRODUTO	E S P	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.400.000
ATIVIDADES									
25	752	0007 4101							1.400.000
25	752	0007 4101 0011							1.400.000
					1	4 - INV	2	90 0 495	1.400.000
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS									
25	752	0007 4103							1.000.000
25	752	0007 4103 0011							1.000.000
					1	4 - INV	2	90 0 495	1.000.000
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO									
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO AMAZONAS									
									12.700.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									
ATIVIDADES									
25	752	1042 2208							1.000.000
25	752	1042 2208 0013							1.000.000
					1	4 - INV	2	90 0 495	1.000.000
MANUTENÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO URBANA DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA DE CONCESSÃO DA CEAM									
MANUTENÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO URBANA DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA DE CONCESSÃO DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS									
									1.000.000
PROJETOS									
25	752	1042 1147							1.000.000
25	752	1042 1147 0013							1.000.000
					1	4 - INV	2	90 0 495	1.000.000
AMPLIAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO URBANA DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA DE CONCESSÃO DA CEAM									
AMPLIAÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO URBANA DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA DE CONCESSÃO DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS									
REDE AMPLIADA (RM) I									
25	752	1042 1183							2.900.000
25	752	1042 1183 0013							2.900.000
					1	4 - INV	2	90 0 495	2.900.000
REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA DA CEAM DE 71,2 MW									
REVITALIZAÇÃO DO PARQUE DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA DA CEAM DE 71,2 MW - NO ESTADO DO AMAZONAS									
PARQUE DE GERAÇÃO REVITALIZADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) I									
25	752	1042 1721							200.000
25	752	1042 1721 0013							200.000
					1	4 - INV	2	90 0 495	200.000
IMPLANTACAO DE OLEODUTOS E INSTALACAO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTIVEIS NAS USINAS DA CEAM									
IMPLANTACAO DE OLEODUTOS E INSTALACAO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTIVEIS NAS USINAS DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS									
SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) I									
25	752	1042 3267							6.000.000
25	752	1042 3267 0013							6.000.000
					1	4 - INV	2	90 0 495	6.000.000
AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO AMAZONAS									
AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS									
CAPACIDADE DE GERACAO AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) II									
25	752	1042 3277							1.000.000
25	752	1042 3277 0011							1.000.000
					1	4 - INV	2	90 0 495	1.000.000
IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELÉTRICA									
IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - NO ESTADO DO AMAZONAS									
SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) I									
									14.500.000
TOTAL - INVESTIMENTO									

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI Nº 16/2005-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 16, de 2005-CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$ 46.893.589,00 (quarenta e seis milhões oitocentos e noventa e três mil quinhentos e oitenta e nove reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto foram apresentadas 17 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 29, de 2005, do Congresso Nacional, concluiu pela aprovação do projeto, inadmissibilidade das Emendas nºs 5 a 7, 11 a 17 e rejeição das demais emendas apresentadas.

Em discussão o projeto, em turno único.

Concedo a palavra a V. Ex^a para discutir.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Chegaremos já ao momento de orientar as bancadas; por enquanto estamos em discussão.

O SR. WASNY DE ROURE (PT – DF) – Sr. Presidente, apenas duas rápidas colocações.

Em primeiro lugar, quero dizer que votamos pela derrubada do veto porque entendemos que é uma maneira de restabelecer um direito do servidor do Tribunal de Contas da União, que compõe o Legislativo Federal.

Em segundo lugar, quero fazer um apelo a esta Casa, à Câmara, para que possamos também votar o projeto da ampliação da Poligonal do Parque Nacional, que permitirá que o Distrito Federal venha a ter a sua Cidade Digital, o que significará o incremento de mais de dez mil novos empregos e é da maior importância para a capital e para o País como um todo.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, o painel até agora não mostra a orientação dos partidos.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) – Sr. Presidente, fui citado e peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Líder Arlindo Chinaglia.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) – Sr. Presidente, o Deputado Rafael Guerra, que preside

a Frente Parlamentar de Saúde, usou de uma técnica que quero explicitar, até para que possamos dialogar em bom nível.

Quando alguém diz: eu não quero crer que o Líder do Governo, que é médico, esteja impedindo a votação dos temas importantes da saúde, penso que é uma maneira que envolve um subterfúgio.

Quero que o Deputado Rafael Guerra diga se a opinião dele é que eu estou obstruindo ou não, para que eu possa responder de maneira apropriada.

Aliás, não quero responder ao Deputado Rafael Guerra, mas quero dizer ao Deputado Rafael Guerra que fui Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo durante seis anos, fui eleito para o terceiro mandato, fui Presidente da CUT do Estado de São Paulo por dois mandatos; portanto, na luta sindical, eu o desafio a mostrar em que momento ele lutou mais pela saúde do que nós.

Penso que é uma forma desleal de apresentar o problema e, como gosto de ser bem direto, ele está do meu lado, peço que ele vá ao microfone para que possamos fazer esse debate de maneira apropriada.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Sr. Presidente...

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB – MG) – Sr. Presidente, acho que a saúde não depende de desafios.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. RAFAEL GUERRA (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – A saúde não depende de desafios. A saúde depende de luta, que as pessoas defendam a saúde e defendam realmente na hora de tomar as decisões. O que eu disse – o Deputado não prestou atenção –, é que temos projetos votados, aprovados nas Comissões, acordados em todas as Comissões, com o apoio e assinatura de todos os Líderes, e eu não quero acreditar que haja algum Líder – inclusive médico – que possa estar dificultando o andamento, apenas isso. Não é nenhum desafio.

Se o Líder Chinaglia defende a pauta da saúde, é só nos ajudar, ajudar a Frente Parlamentar da Saúde, da qual ele é membro. É só ele ajudar a Frente Parlamentar a colocar na pauta da Convocação Extraordinária ou amanhã. Os projetos estão acordados; é só votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu queria fazer um apelo para que pudéssemos avançar na pauta.

O SR. ARLINDO CHINAGLIA (PT – SP) – Sr. Presidente, para esclarecer ao Deputado Rafael Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. ARLINDO CHIGNALIA (PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Quero reiterar a S. Ex^a, agora publicamente, que as portas da Liderança do Governo estão abertas e ainda não tive o prazer de recebê-lo para tratarmos desse assunto lá.

Ele agora ampliou a sua observação. Também não quero crer que os demais Líderes – inclusive o Líder do Partido dele – estejam contra essa pauta, até porque nenhum Líder apresentou esse item nas últimas reuniões de Lideranças. Creio, inclusive, que a luta dele no Estado de Minas Gerais vai se consolidar na medida em que todos os Estados brasileiros aplicarem a verba destinada à saúde, a verba carimbada.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente, sobre a matéria, pelo PFL.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo quem queira discutir o projeto, vou declarar encerrada a discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Passemos à votação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Para orientar.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Eu quero encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Quero deixar claro, Sr. Presidente, que o PL nº 16 tem uma matéria relativa a investimento, que é conclusão da obra de construção do edifício em Curitiba.

Se estivéssemos iniciando uma obra, votaríamos contra essa matéria, mas como é uma conclusão do prédio do Banco Central em Curitiba, evidentemente, não há sentido mais deixar uma obra paralisada e mais uma obra sem recursos.

O Item B são operações oficiais de crédito referentes a inversões financeiras para complementar o financiamento para modernização da administração fiscal. Portanto, parece-me matéria conveniente a ser aprovada. Somos favoráveis.

O Item C é crédito em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio destinado à estruturação de núcleos produtivos do segmento artesanal. Pressuponho que, pelo menos, recursos do montante de um milhão possam ainda ser aplicados neste ano ou que os pagamentos sejam feitos neste ano.

Portanto, nossa posição é favorável ao Projeto de Lei nº 16. Votamos favoravelmente ao projeto. O PSDB é favorável.

O SR. BABÁ (P-SOL – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. BABÁ (P-SOL – PA) – Sr. Presidente, a orientação do P-SOL é o voto “não” ao veto. Não está colocado no painel. Parabenizo os companheiros do Sindilegis, em nome do companheiro Ezequiel, que realizaram toda essa luta. Parabéns aos companheiros do TCU. Com certeza, vamos derrubar o veto no plenário da Câmara.

O SR. ROGÉRIO TEÓFILO (PPS – AL) – Sr. Presidente, o PPS também solicita que se registre no painel o voto “não” e indica o Deputado Colbert Martins para acompanhar a apuração, pelo PPS, do veto do Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação, na Câmara.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, na Câmara dos Deputados.

Em votação, no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, no Senado Federal.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 16, DE 2005
150–CN
MENSAGEM Nº 68, DE 2005–CN
(nº 415/2005, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$46.893.589,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R\$46.893.589,00 (quarenta e seis milhões, oitocentos e noventa e ires mil, quinhentos e oitenta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários á abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília,

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	1 U	F T E	VALOR
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL									4.968.589
PROJETOS									
04 122	0776 1635	CONSTRUCAO DE EDIFICIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM CURITIBA - PR							4.968.589
04 122	0776 1635 0041	CONSTRUCAO DE EDIFICIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM CURITIBA - PR - NO ESTADO DO PARANA							4.968.589
			F	4	2	90	0	100	3.968.589
			F	4	2	90	0	250	1.000.000
TOTAL - FISCAL									4.968.589
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.968.589

ORGAO : 28000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
UNIDADE : 28101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	1 U	F T E	VALOR
1016 ARTESANATO BRASILEIRO									1.634.000
ATIVIDADES									
23 691	1016 6514	ESTRUTURACAO DE NUCLEOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL							1.634.000
23 691	1016 6514 0001	ESTRUTURACAO DE NUCLEOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL - NACIONAL							1.634.000
			F	4	2	90	0	100	1.634.000
TOTAL - FISCAL									1.634.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.634.000

ORGÃO : 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
 UNIDADE : 74102 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO I

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
1171 FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS - FNAFE								40.291.000
OPERACIONES ESPECIAIS								
04 846	1171 0015	FINANCIAMENTO PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS						40.291.000
04 846	1171 0015 0001	FINANCIAMENTO PARA MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS - NACIONAL	F	5	0	90	0 148	40.291.000
TOTAL - FISCAL								40.291.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								40.291.000

ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
 UNIDADE : 25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL								4.968.589
ATIVIDADES								
04 126	0776 2089	SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO CENTRAL DO BRASIL - SISBACEN						1.800.000
04 126	0776 2089 0001	SISTEMA DE INFORMAÇÕES BANCO CENTRAL DO BRASIL - SISBACEN - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	400.000
			F	4	2	90	0 100	1.400.000
04 122	0776 2272	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA						1.500.000
04 122	0776 2272 0001	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	500.000
			F	4	2	90	0 250	1.000.000
04 125	0776 2832	SUPERVISÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL						768.589
04 125	0776 2832 0001	SUPERVISÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL - NACIONAL	F	3	2	90	0 100	768.589
PROJETOS								
04 122	0776 7686	CONSTRUÇÃO DE NOVO EDIFÍCIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - RJ						900.000
04 122	0776 7686 0033	CONSTRUÇÃO DE NOVO EDIFÍCIO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - RJ - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	F	4	2	90	0 100	900.000
TOTAL - FISCAL								4.968.589
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								4.968.589

ORGAO : 2000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO, INDUSTRIA E COMERCIO EXTERIOR

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
1016 ARTESANATO BRASILEIRO									1.634.000
ATIVIDADES									
23 691	1016 6514	ESTRUTURACAO DE NUCLEOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL							1.634.000
23 691	1016 6514 0001	ESTRUTURACAO DE NUCLEOS PRODUTIVOS DO SEGMENTO ARTESANAL - NACIONAL	F	3	2	99	0	100	1.634.000
TOTAL - FISCAL									1.634.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.634.000

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO
 UNIDADE : 74102 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
1172 FORTALECIMENTO DA GESTAO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICIPIOS - FNAFM									40.291.000
OPERACOES ESPECIAIS									
04 846	1172 0021	FINANCIAMENTO PARA MODERNIZACAO DA GESTAO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICIPIOS							40.291.000
04 846	1172 0021 0001	FINANCIAMENTO PARA MODERNIZACAO DA GESTAO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICIPIOS - NACIONAL	F	5	0	90	0	148	40.291.000
TOTAL - FISCAL									40.291.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									40.291.000

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 3:**

PROJETO DE LEI Nº 17, DE 2005-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 17, de 2005-CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$41.816.719,00 (quarenta e um milhões, oitocentos e dezesseis mil, setecentos e dezenove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.*

Ao projeto foram apresentadas 16 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 25, de 2005-CN, concluiu pela aprovação do projeto, rejeição das Emendas nºs 2 a 16 e inadmissibilidade da Emenda nº 1.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, para orientação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a para orientar sua Bancada.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para ver como o Governo não precisava ter se assustado conosco. Este projeto trata da abertura de crédito para o Ministério da Previdência Social destinado, inclusive, a três campanhas publicitárias de utilidade pública visando informar à população sobre o cadastramento, estimular a inclusão previdenciária e diminuir as filas.

Vamos acompanhar essa matéria publicitária sobre um suposto de que é utilidade pública; não é campanha do Governo; não é campanha eleitoral do candidato do Governo Luís Inácio Lula da Silva. Além do que são R\$39 milhões destinados ao Ministério do Trabalho para o Programa Primeiro Emprego.

Queremos dizer que não sabemos como vai se aplicar, uma vez que não se utilizou praticamente nada de recursos para o Programa Primeiro Emprego, o que se vai fazer com R\$39 milhões destinados ao referido programa. Seriam despesas no âmbito dos consórcios sociais da juventude.

Vamos conceder essa suplementação e vamos ver como as coisas vão acontecer.

O PSDB votará favoravelmente ao PL nº 17, de 2005-CN.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ) – Sr. Presidente, para orientar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PFL – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a Bancada do PFL vota “sim” ao crédito na medida em que resguarda ou, pelo menos, é uma nova tentativa de suplementar recursos para o Programa Primeiro Emprego. Já que não temos conseguido o segundo nem o terceiro, nem o quarto, nem o quinto emprego neste País, é importante que pelo menos esses recursos sejam destinados, muito embora destine o mesmo crédito, R\$830 mil, para a questão de publicidade.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, os R\$39 milhões são mais importantes, e, por isso, o PFL vota “sim”.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE) – Sr. Presidente, para orientar pelo PDT em relação ao veto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para orientar, concedo a palavra a V. Ex^a. Pelo PDT, três já orientaram.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT – CE) – É, não está constando, Sr. Presidente. O PDT encaminha o voto “não”.

O SR. MARCELO ORTIZ (PV – SP) – Excelência, por gentileza, peço que se coloque no painel a orientação do PV, que é pelo voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 17, DE 2005-CN

MENSAGEM Nº 69, DE 2005-CN

(nº 426/2005, na origem)

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$41.816.719,00, para re-

forço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Pica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R\$41.816.719,00 (quarenta e um milhões, oitocentos e dezesseis mil, setecentos e dezenove reais), para atender as programações constantes

do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – doação de entidades internacionais, no valor de R\$930.970,00 (novecentos e trinta mil, novecentos e setenta reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentária, no valor de R\$40.885.749,00

(quarenta milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, setecentos e quarenta e nove reais), conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33001 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	M P D	I O D	F U T	VALOR
0006 PREVIDENCIA COMPLEMENTAR								450.970
ATIVIDADES								
09 122	0006 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA						450.970
09 122	0006 2272 0001	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL	S	3	2	90	0 199	450.970
0007 GESTAO DA POLITICA DE PREVIDENCIA SOCIAL								1.966.521
ATIVIDADES								
09 571	0007 2304	ESTUDOS E PESQUISAS NO AMBITO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL						630.000
09 571	0007 2304 0001	ESTUDOS E PESQUISAS NO AMBITO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - NACIONAL	S	3	2	90	0 199	480.000
			S	3	2	90	2 153	150.000
PROJETOS								
09 271	0007 3874	INSTALACAO DE PROJECCOES SUBNACIONAIS DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL						506.521
09 271	0007 3874 0001	INSTALACAO DE PROJECCOES SUBNACIONAIS DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - NACIONAL	S	3	2	90	0 153	506.521
ATIVIDADES								
09 131	0007 4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA						830.000
09 131	0007 4641 0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA - NACIONAL	S	3	2	90	0 153	830.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								2.417.491
TOTAL - GERAL								2.417.491

ORGAO : 38800 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO I			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I U	F T E	VALOR
1329 PRIMEIRO EMPREGO			39.399.228					
ATIVIDADES								
11 333	1329 4787	QUALIFICACAO DE JOVENS PARA O SERVICO VOLUNTARIO						38.900.000
11 333	1329 4787 0001	QUALIFICACAO DE JOVENS PARA O SERVICO VOLUNTARIO - NACIONAL	F 3	2	50	0	100	38.900.000
			F 4	2	90	0	100	36.398.000
								2.102.000
11 333	1329 4788	CONCESSAO DE AUXILIO-FINANCEIRO A JOVENS HABILITADOS AO PRIMEIRO EMPREGO INSERIDOS NO SERVICO VOLUNTARIO						322.571
11 333	1329 4788 0001	CONCESSAO DE AUXILIO-FINANCEIRO A JOVENS HABILITADOS AO PRIMEIRO EMPREGO INSERIDOS NO SERVICO VOLUNTARIO - NACIONAL	F 3	2	90	0	100	322.571
11 333	1329 4789	QUALIFICACAO E ASSISTENCIA TECNICA AO JOVEM PARA O EMPREENDEDORISMO						576.657
11 333	1329 4789 0001	QUALIFICACAO E ASSISTENCIA TECNICA AO JOVEM PARA O EMPREENDEDORISMO - NACIONAL	F 4	2	50	0	100	576.657
TOTAL - FISCAL			39.399.228					
TOTAL - SEGURIDADE			0					
TOTAL - GERAL			39.399.228					

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33101 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL

ANEXO II			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	M O D	I U	F T E	VALOR
0085 QUALIDADE DOS SERVICOS PREVIDENCIARIOS			830.000					
ATIVIDADES								
09 273	0085 4405	PREVIDENCIA ELETRONICA						830.000
09 273	0085 4405 0001	PREVIDENCIA ELETRONICA - NACIONAL	S 3	2	90	0	153	830.000
								830.000
1009 REGIMES DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DA UNIAO, ESTADOS, MUNICIPIOS E DISTRITO FEDERAL			634.521					
ATIVIDADES								
09 272	1009 2274	ASSISTENCIA TECNICA AS REFORMAS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA						619.000
09 272	1009 2274 0001	ASSISTENCIA TECNICA AS REFORMAS DOS REGIMES PROPRIOS DE PREVIDENCIA - NACIONAL	S 3	2	80	1	153	619.000
								619.000
PROJETOS								
09 571	1009 3884	ESTUDO PARA A CRIACAO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS MILITARES DA UNIAO						37.521
09 571	1009 3884 0001	ESTUDO PARA A CRIACAO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS MILITARES DA UNIAO - NACIONAL	S 3	2	90	0	153	37.521
								37.521
TOTAL - FISCAL			0					
TOTAL - SEGURIDADE			1.486.521					
TOTAL - GERAL			1.486.521					

ORGÃO : 3899 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
UNIDADE : 3810 - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO II

CRÉDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ES F	CR D	PR P	MO D	U I	TE F	VALOR
1329 PRIMEIRO EMPREGO									39.399.228
		OPERACOES ESPECIAIS							
11 333	1329 0688	ESTIMULO FINANCEIRO AO EMPREGADOR PARA GERACAO DO PRIMEIRO EMPREGO DESTINADO A JOVENS							38.822.571
11 333	1329 0688 0001	ESTIMULO FINANCEIRO AO EMPREGADOR PARA GERACAO DO PRIMEIRO EMPREGO DESTINADO A JOVENS - NACIONAL	F	3	2	60	0	100	38.822.571
		ATIVIDADES							
11 333	1329 4789	QUALIFICACAO E ASSISTENCIA TECNICA AO JOVEM PARA O EMPREENDEDORISMO							576.657
11 333	1329 4789 0001	QUALIFICACAO E ASSISTENCIA TECNICA AO JOVEM PARA O EMPREENDEDORISMO - NACIONAL	F	3	2	50	0	100	576.657
		TOTAL - FISCAL							39.399.228
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							39.399.228

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Já que estamos fazendo votações simultâneas, não posso deixar de orientar e continuar orientando, já que estamos fazendo esta votação para a derrubada do veto do Presidente da República em relação ao TCU. Entendemos que o TCU é a única entidade vinculada ao Poder Legislativo que ficou fora dos 15%. Portanto, nada mais justo do que também derrubarmos o veto para os servidores do TCU, que muito têm auxiliado os Parlamentares, tanto da Câmara quanto do Senado, na tarefa de fiscalizar o Governo Federal.

Portanto, nosso voto é “não”; pela derrubada do veto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Deputada Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Sr. Presidente, também quero esclarecer que a Bancada

do PMDB tem orientação pelo voto “não”; pela derrubada do veto.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, no PT não há uma posição única. Por essa razão, o Partido resolve liberar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O PT libera a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item 4:

PROJETO DE LEI Nº 27, DE 2005-CN

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 27, de 2005-CN, que “abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor aos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e dos Transportes, crédito suplementar no valor global de R\$426.851.197,00 (quatrocentos e vinte e seis milhões, oitocentos e cinquenta e um mil, cento e noventa e sete reais), para

reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Ao projeto de lei foram apresentadas duas emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 33, de 2005-CN, concluiu pela aprovação do projeto e rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, nos termos do parecer, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação, no Senado Federal.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam quiseram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É a seguinte a matéria aprovada:

PROJETO DE LEI Nº 27, DE 2005-CN
MENSAGEM Nº 84, DE 2005-CN
(nº 505/2005, na Origem)

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e dos Transportes, crédito suplementar no valor global, de R\$426.853.197,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento da Seguridade Social da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e dos Transportes, crédito suplementar no valor global de R\$426.851.197,00 (quatrocentos e vinte seis milhões, oitocentos e cinqüenta e um mil, cento e noventa e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 3300 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL
UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO			CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMAÇÃO/SUBTÍTULO/PROJETO	E S F	G R P D	M O D	I O U T	F I N A N C I A M E N T O	VALOR
		0000 INDENIZACOES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIAO						115.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS						
09 274	0000 0506	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL						115.000.000
09 274	0000 0536 0001	PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL - NACIONAL	S	I	I	90	0 350	115.000.000
		0009 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO						230.175.373
		OPERACOES ESPECIAIS						
09 272	0009 0101	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS						130.175.373
09 272	0009 0101 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	I	I	90	0 350	130.175.373
			H	I	I	90	0 360	26.000.000
		0750 APOIO ADMINISTRATIVO						81.675.824

		ATIVIDADES					
09 122	0750 2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					81.675.824
09 122	0750 2001 0001	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE - NACIONAL	S	1	1	90	0 351
							81.675.824
TOTAL - FISCAL							0
TOTAL - SEGURIDADE							326.451.197
TOTAL - GERAL							326.451.197

ORGÃO : 36900 - MINISTERIO DA SAUDE
 UNIDADE : 36901 - FUNDO NACIONAL DE SAUDE

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E	E	
0009 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									50.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS							50.000.000
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1	1	90	0	369	50.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									50.000.000
TOTAL - GERAL									50.000.000

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E	E	
0009 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO									50.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
09 272	0089 0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS							50.000.000
09 272	0089 0181 0001	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS - NACIONAL	S	1	1	90	0	369	50.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									50.000.000
TOTAL - GERAL									50.000.000

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, não há número no Senado, conseqüentemente, peço verificação nas votações do Senado, com o apoio dos Senadores presentes que me deram essa autorização. Quero pedir verificação de quórum no Senado em relação à votação desses créditos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex^a pode, claro, pedir verificação de quórum na próxima votação, pois essa já foi encerrada. Também precisamos concluir o processo de apreciação do veto, porque há um compromisso com relação a isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Uma coisa é o veto, outra coisa são os créditos. Com relação à derrubada do veto, estamos 100% favoráveis. Ele já foi derrubado. Não devemos misturar uma coisa com a outra, Sr. Presidente. Penso que esses créditos não devem ser votados, porque não há número no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Ex^{as} podem pedir a verificação de quórum na próxima votação, que irei anunciar a seguir.

Item 5 da pauta.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um alerta: se derrubarmos a sessão, derrubamos tudo. Nós fizemos um acordo e estamos cumprindo a nossa parte. Então, gostaríamos de pedir ao Senador o bom senso do entendimento que realizamos aqui. Se derrubar a sessão, derruba também a votação ao veto, porque está sendo feito conjuntamente...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Líder Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sou a favor do pedido de verificação, não tenho intenção de fazer isso. Mas essa colocação é absolutamente inconsistente. O processo de votação já se iniciou e, portanto, tem de terminar, independentemente de um pedido de verificação. Qualquer que seja o processo iniciado, ele deve terminar.

Mais uma vez, o Congressista Gilmar quer fazer chantagem conosco. Eu tenho o direito de, a qualquer momento, solicitar alguma verificação. Não estou fazendo, não vou fazê-lo, não tenho intenção de fazê-lo, pelo menos até agora, com a leitura de todas as maté-

rias, mas não posso ficar sob o perigo da chantagem que se pretende fazer. Iniciado o processo de votação, ele não se encerra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, estamos no processo de votação de um veto, votando, simultaneamente, os créditos que estão postos. Pergunto a V. Ex^a se esta sessão cair por pedido de verificação, se a votação do veto fica prejudicada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não fica.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Sr. Presidente, V. Ex^a quer que eu repita?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Quero.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Pois não.

Estamos votando um veto e, simultaneamente, os créditos que estão elencados nessa pauta. Pergunto se, com o pedido de verificação de quórum, a sessão vier a cair, fica prejudicada a votação do veto, que está sendo concluída agora.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Evoluímos para votar simultaneamente. Se houver um pedido de verificação, e o acordo que foi encaminhado for desfeito, o pedido pode ser conjunto para as duas matérias que estão sendo votadas conjuntamente, ou independentemente para uma das matérias, ou o veto ou os créditos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – V. Ex^a pode continuar a votação do veto e suspender a votação dos créditos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Só lembro a V. Ex^a que, se a sessão cair, não poderá ser apurada a votação do veto. É o que lembro a V. Ex^a.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALG (PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex^a.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, Senador Antonio Carlos Magalhães, esta sessão já vai longe. Houve uma série de incidentes em relação à tramitação da ordem das matérias a serem votadas. O Líder do PSDB pediu a inversão, ou seja, que primeiro se votasse o veto e, depois, os créditos. Depois disso, nós fizemos um acordo, Oposição e Situação, e estabelecemos a votação em conjunto, simultânea entre o veto e os créditos. Estamos

votando os créditos sem a possibilidade de pedido de verificação. Isso porque na hora em que foi feito o pedido de verificação, a sessão cai, e, ao cair a sessão, interrompe-se o processo de votação do veto.

Assim, vou pedir a V. Ex^a, na qualidade de Líder em exercício da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que reconsidere a sua posição, para que possamos prosseguir com a votação do veto e a análise dos créditos que estão na Ordem do Dia e em pauta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não há mais ninguém que não tenha votado o veto. Já há número para apurar o veto. Conseqüentemente, não se pode misturar o crédito com o veto. O veto já foi derrubado. Os servidores do Tribunal de Contas já ganharam a causa, já tiveram o problema resolvido. Não se pode usá-los para votar vetos que vão substituir a votação do Orçamento. Esses créditos vão substituir a votação do Orçamento. Essa é a jogada do Governo de V. Ex^a para não convocar o Congresso – como deveria ser –, para que não se tenha o resultado das apurações das CPIs. Isso é o que V. Ex^{as} não querem.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de me dirigir novamente ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Há uma Ordem do Dia, há uma pauta, há o pedido de aprovação de créditos suplementares. Quem aprova crédito suplementar não está fazendo jogada, não é jogada de Governo. É, isso sim, o interesse do País, é a execução orçamentária que nos obriga a analisar créditos suplementares.

Ora, isso é uma coisa normal. Qualquer Governo, seja de que Partido for, tem a obrigação de, verificando a execução orçamentária, pedir créditos suplementares.

Entendo, **data venia**, que este tipo de procedimento, pedir verificação na base do Senado, altera o rumo do acordo que fizemos, que V. Ex^a avalizou. Portanto, altera a dinâmica desta sessão.

Se for para pedir verificação, vamos encerrar a sessão, como V. Ex^a disse antes de iniciarmos o acordo. Feito o acordo, temos de cumpri-lo até o final, porque do contrário haverá prejuízos de ambos os lados.

Eu, por exemplo, estou votando a favor da derubada do veto. Isso não é nenhum problema. Queremos analisar o veto e queremos analisar os créditos. O que não queremos é ser pegos de surpresa com o resultado do veto, sem que a Oposição dê ao Governo e ao País a possibilidade de análise dos créditos suplementares. Essa é a questão.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, desculpe-me. Não é possível aceitar esse discurso do Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Não

é possível! Não estamos discutindo aqui a questão de Oposição e de Situação. Temos de ter o poder e o direito de, a qualquer momento, solicitar uma verificação. Não podemos ser chantageados! Estão tentando nos chantagear. Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, isso é chantagem, e V. Ex^a está aderindo a ela. Isso é inaceitável!

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP) – V. Ex^a pode ter o arroubo parlamentar que quiser, mas não se dirija a mim assim!

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Estou votando sem nenhuma intenção em obstrução, voto com toda a tranqüilidade, mas não utilizem esse instrumento!

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP) – Aqui foi feito um acordo. Esse é o instrumento!

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – O acordo não foi feito no sentido de não se verificar, não! Não há nenhum acordo feito para que não se...

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP) – Ah, não! Então, que acordo é esse, Sr. Presidente?

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Asseguro a palavra a V. Ex^a.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Alguma vez, eu disse a V. Ex^a que o acordo foi feito para não se fazer... Na falta da verificação, não seria preciso votar nada. Que se faça por decreto-lei! Eles estão com saudade é da “ditadurazinha”, do decreto-lei!

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP) – Não! V. Ex^a não tem moral para dizer isso ao Líder do PT, ao Partido dos Trabalhadores, que lutou contra a ditadura, como V. Ex^a, reconheça-se!

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Mas V. Ex^a anda se esquecendo de muitas coisas, pelo jeito.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP) – Não esqueço, não!

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – V. Ex^a anda muito esquecido, esquecido de muitas coisas, Deputado Luiz Eduardo.

O SR. LUIZ EDUARDO GREENHALGH (PT – SP) – Não esqueço que V. Ex^a esteve na luta democrática. Deputado Alberto Goldman, vamos fazer o encaminhamento do acordo. Aqui, a intervenção...

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – V. Ex^a não participou desse acordo, Deputado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Quem fala em acordo é um Partido que não cumpre acordo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Há um debate no plenário que se está sobrepondo à questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Deputada Rose de Freitas, para uma questão de ordem. Peço a atenção da Casa para a questão de ordem levantada.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, os ânimos estão exaltados, e não contribuem para nada as acusações de lado a lado. Isso pode até prejudicar o andamento dos trabalhos.

Mas eu queria voltar à questão que centrei com V. Ex^a. Há um processo em votação, e ninguém é autorizado a guardar a urna. Quando se pede a verificação de quórum, esta tem preferência sobre todas as questões, tem de ser atendida.

Só quero lembrar a quem fez a questão de ordem, com todo respeito, que isso não vai interromper a votação, não. Vai acabar a votação, que ficará inconclusa, e terá de ser feita outra votação.

Estou pedindo a V. Ex^a que esclareça isso ao Plenário, porque essa questão é delicada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Se a questão é delicada, vamos só votar o veto!

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Mas, se V. Ex^a pede verificação, V. Ex^a prejudica a votação, que fica inconclusa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Mesa vai responder a V. Ex^a, Deputada Rose de Freitas.

Eu queria pedir a atenção de todos, para que fizessemos um esforço para contornar essa dificuldade. Nós já contornamos outras durante este processo de votação.

Qual é o problema? O problema é que qualquer Deputado pode pedir verificação em qualquer uma das duas votações ou nas duas votações que ocorrerem simultaneamente. Qual é a consequência disso? A consequência é a de que, se não houver quórum, a sessão cai, e é uma única sessão.

Estou dizendo isso, porque queria propor ao Senador Antonio Carlos Magalhães que levasse em conta a proposição que vou fazer, para construirmos uma solução coletiva: que avançássemos uns dois ou três itens, dentro de um acordo, para encerrarmos o processo de votação do veto. E aí atenderíamos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Desde que seja apenas pessoal. Crédito para pagamento de pessoal, muito bem; fora daí, penso que não devemos aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Ouço V. Ex^a.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Sr. Presidente, poderia encerrar a votação do veto. Já está encerrada, os Deputados já votaram.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, já fizemos aqui grandes entendimentos. Quero o cumprimento daquilo que acordamos. Se isso não for possível, as pessoas que não honraram o acordo devem assumir a responsabilidade. Queremos manter o acordo que fizemos. Queremos seguir a pauta. Se alguém pedir, faça-se a verificação, e vamos encerrar, então, o processo das duas votações, porque acertamos que deveriam ser encaminhadas de forma conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Informo às Sr^{as} e aos Srs. Congressistas que o quórum está baixo. Talvez, fosse o caso de construirmos uma saída.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o quórum não está baixo nem na Câmara nem no Senado para o veto. O veto já foi derrubado; V. Ex^a e os Líderes sabem disso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Acabei de receber informação com relação ao quórum.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Qual é o quórum?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Até agora, segundo a informação da Mesa, votaram apenas 299 Deputados. Essa é a informação da Mesa.

O Sr. Alberto Goldman (PSDB – SP) – É baixíssimo o quórum.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Estou dizendo isso, porque penso que é possível construir uma saída. Faço até um apelo nesse sentido.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Então, Sr. Presidente, V. Ex^a fique apenas no veto e não fique votando créditos extraordinários em função de um veto que já derrubamos. É um veto injusto que derrubamos, porque não era possível dar 15% para o Judiciário e para o Legislativo e não dar o mesmo para o Tribunal de Contas da União.

Sr. Presidente, o veto do Tribunal de Contas da União já caiu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tem a palavra o Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se o Senador quer o encerramento, então que V. Ex^a proceda como S. Ex^a quer. Que S. Ex^a assuma, depois, a responsabilidade e as consequências desse ato! Nós,

então, aceitamos a proposta dele e queremos o encerramento, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Assumo a responsabilidade! Não fujo às minhas responsabilidades!

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Peço para encerrar tudo, Sr. Presidente, a partir deste momento, como solicitado pelo Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Há quórum para o veto, tanto no Senado quanto na Câmara. Conseqüentemente, o veto, Sr. Presidente, já caiu. Não vamos ficar com essa história, querendo enganar os outros para votar créditos que serão, talvez, utilizados de maneira pouco séria.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, não é admissível que um representante do Parlamento, que chegou aqui com atraso, que não acompanhou o acordo feito no começo desta sessão, venha tumultuar o acordo feito para ajudar ao Brasil. Não podemos ficar reféns de situações iguais a esta! Isto não é um serviço à Pátria! Isto é tão-somente luta política por luta política!

Por essa razão, Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que conduza a sessão e não permita mais apartes e coloque a matéria em votação, para derrubarmos logo, se é o que eles querem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – É para conduzir mesmo, acabando a sessão, porque já há quórum para o veto. Encerre a votação, porque é o certo! Fora daí, é absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se ao Item 5. Como adverti, só agora, o Senador Antonio Carlos poderá pedir, se for o caso, a verificação.

Item 5:

PROJETO DE LEI Nº 30, DE 2005 – CN

Discussão em turno único, do Projeto de Lei nº 30, de 2005 – CN, que “abre o Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$25.832.426,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Ao Projeto de Lei foram apresentadas 33 emendas.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em seu Parecer nº 37, de 2005 – CN, concluiu pela aprovação do projeto e pela rejeição das emendas apresentadas.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, mais uma vez, esse Projeto me parece importante, pois prevê crédito suplementar de aproximadamente R\$25 milhões ao Ministério das Cidades, para projeto de saneamento integrado voltado à redução da mortalidade infantil, para populações residentes em Municípios de até 20 mil habitantes, na região do semi-árido brasileiro. Prevê recursos da CPTU, dada a contrapartida nacional ao empréstimo externo necessário à recuperação e à modernização do trecho Calçada/Paripe, do Sistema de Trens Urbanos de Salvador, e a conclusão de obras remanescentes no trecho de Cajueiro Seco-tip-timbi.

São recursos provenientes de anulação de dotações orçamentárias do próprio órgão – portanto, é apenas uma transferência dentro do próprio órgão. Temos a expectativa de que isso seja realizado, possa, de fato, acontecer e não seja mais um item orçamentário sem efetivação.

A posição do PSDB é favorável, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Colbert Martins. Em seguida, eu a concederei a V. Ex^a.

O SR. COLBERT MARTINS (PPS – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS é favorável, porque se trata de recurso para saneamento em áreas de semi-árido, e a Bahia é muito carente nessa área. Em segundo lugar, porque diz respeito à recuperação e à modernização do trecho Calçada/Paripe do Sistema de Trens Urbanos de Salvador. É importante que tenhamos recursos federais para assegurar a continuidade daquele serviço de transporte à população, principalmente nos subúrbios de Salvador.

O PPS é favorável, então, à aprovação da matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Deputado Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, creio que essa matéria, esse crédito é de suma importância, até porque, no que se refere a esse trecho de trem suburbano, não só parte expressiva desse acordo já foi assinado, como também está em curso uma negociação que envolve a continuidade das obras do metrô de Salvador. Portanto, é de suma importância a

liberação desses recursos, inclusive com a viabilização dos repasses por parte do Governo Federal no sentido de promover a recuperação desse trecho, que corresponde ao subúrbio de Paripe até a localidade chamada Calçada, onde está a nossa estação da antiga Viação Leste Brasileiro, o nosso ponto de ferrovia.

Além disso, há a própria questão dos recursos que serão destinados a essa área da saúde – visto que o saneamento é o passo inicial para a saúde – que atende todo o semi-árido brasileiro.

Nesse sentido, queríamos falar não só à guisa de encaminhamento, mas também para solicitar aqui, neste momento, nesta Casa, que permitamos a aprovação desse crédito e que, portanto, não façamos a utilização desse recurso para derrubar ou interromper a sessão, porque nesse patamar estaremos prejudicando principalmente os suburbanos da nossa querida Salvador e as obras que têm relação com esse importante sistema de transporte, que deve ser revitalizado, restaurado e recuperado na capital baiana.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. ROSE DE FREITAS (PMDB – ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria dizer que o PMDB vota a favor do crédito. Esse crédito é extremamente importante, já deveria ter sido votado há mais tempo e hoje vem socorrer as comunidades carentes e combater o índice de mortalidade.

Peço permissão para fazer um comunicado ao Congresso Nacional na presença de V. Ex^a, Sr. Presidente. Estamos com o problema de um Parlamentar da nossa Bancada, que acaba de se acorrentar à mesa em virtude de uma questão que já é vivida por esta Bancada há dois anos.

V. Ex^a deve saber, como Presidente do Congresso – o caso foi levado ao seu conhecimento –, que o Supremo Tribunal decidiu dar posse, imediatamente, ao Deputado Chicão Brígido. A Mesa desta Casa tomou uma posição, e eu quero ler, com a permissão de V. Ex^a, esta Carta Aberta, porque o Congresso tem que tomar conhecimento dela. Trata-se de uma questão importante e, sobretudo, antidemocrática:

Carta Aberta aos que Apreciam a Democracia

É com a sensação de não estar em um País democrático que vejo a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados não cumprir as determinações das mais altas Cortes da Justiça do nosso País, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral.

Em 13 de dezembro de 2005, compareci à Secretaria-Geral da Mesa e fui informado de que havia dúvidas com relação à decisão do Supremo. Convidei os assessores jurídicos da Secretaria para assistirem à reprise da sessão na qual houve a decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à perda do mandato do Deputado cassado e a minha conseqüente posse.

No entanto, em 14 de dezembro, a Mesa Diretora da Câmara decidiu quanto à abertura de rito de defesa ao Deputado Ronivon Santiago. Decisão não assegurada e contestada pelo Supremo Tribunal Federal.

Por motivos que desconheço, a nossa Casa de Leis não cumpriu a primeira determinação que partiu do Tribunal Regional Eleitoral do Acre e, posteriormente, do Tribunal Superior Eleitoral. Por isso, não me restou outra alternativa a não ser entrar com Mandado de Segurança junto ao Supremo, que prontamente foi concedido, para garantir o meu direito de brasileiro eleito de ser empossado com o objetivo único de defender os interesses do meu Estado e da minha sigla partidária, que é o PMDB.

O meu protesto é em favor da democracia, da liberdade e do estado de direito democrático. E em prestígio à Câmara dos Deputados, que não pode ficar na contramão da história e da legalidade, vou aguardar, em Plenário, o cumprimento da decisão judicial que culminará com a minha posse no cargo de Deputado Federal do valoroso estado do Acre, para honrar os votos que recebi honestamente do povo acreano.

Com um forte abraço,
Saudações Democráticas e Peemedebistas.

Chicão Brígido.

Queria ler essa carta para V. Ex^a, com elevados protestos do PMDB.

Aproveito para também comunicar que o nome de Chicão Brígido já consta no *site* do TSE, há muito tempo, como Deputado eleito.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para contestar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, em nome da Mesa Diretora, gostaria de informar ao Plenário, aos integrantes da Câmara e do Senado, bem como à opinião pública do País que nos ouve neste instante, a decisão da Mesa Diretora.

O Supremo Tribunal Federal pediu à Câmara, baseado na decisão de uma liminar concedida ao Deputado Chicão Brígido, que cassasse o mandato do Deputado Ronivon Santiago e desse posse ao seu titular. O despacho diz: “Proceda”. Então, a Câmara tem de realizar seus procedimentos. Somos um Poder ou não somos?

O Deputado Chicão Brígido, no seu nervosismo aqui atrás, veio dizer que esta Casa cumpre decisões. Não, a Câmara cumpre decisões de acordo com as suas normas e de acordo com o seu Regimento. Não queremos que aconteça, Sr. Presidente, o que aconteceu no Senado Federal, quando V. Ex^a, na melhor das intenções, deu posse ao suplente do ilustre Senador João Capiberibe, e o Supremo mandou voltar o Se-

nador João Capiberibe, dizendo que não se lhe tinha assegurado o amplo direito de defesa.

O que a Mesa da Câmara fez foi cumprir os procedimentos regimentais, ou seja, primeiro notificar o Deputado Ronivon Santiago, que nunca foi ouvido sobre o fato, e assegurar-lhe, religiosamente, cinco sessões para o amplo direito de defesa. O mais sagrado de todos os direitos desta Casa é o direito de defesa, senão, o Supremo mandaria voltar o mandato do Deputado Ronivon Santiago, porque ele não tinha sido ouvido, não lhe tinha sido assegurado nenhum direito de defesa.

Sr. Presidente, nós agimos da melhor maneira possível, com correção, com lisura. Não nos compete saber quem vai assumir o mandato ou não. A Deputada Rose de Freitas, como Líder do PMDB, tem direito de se manifestar, sobretudo porque S. Ex^a representa o Partido do Deputado Chicão Brígido, mas nós, da Mesa, não somos partidários. Como Membros da Mesa, somos representantes da Câmara, sem distinção partidária. Por isso, tomamos a melhor decisão para a instituição, para que, mais tarde, a Mesa Diretora da Câmara, que representa a instituição, não seja desmoralizada por um ato do Supremo Tribunal Federal mandando que volte o Deputado, porquanto lhe assegura o mais amplo direito de defesa.

Por isso, Sr. Presidente, essa é a decisão.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos no meio de uma votação. Eu queria que seguissemos o Regimento. O Regimento estabelece que, iniciado o processo de votação, só se pronuncie sobre a votação. Depois que terminarmos, tudo bem, mas agora eu gostaria que concluíssemos o processo da votação, já que estamos na fase de encaminhamento.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. WILSON SANTIAGO (PMDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, toda esta Casa tem acompanhado, ao longo dos anos – e não há um mês, dois ou três –, a história do Deputado Chicão Brígido.

Sabemos que o TRE do Acre determinou a perda do mandato do Parlamentar que ainda hoje está investido no cargo. Foi feito um recurso ao TSE, que se posicionou da mesma forma que o TRE do Estado do Acre. O TSE encaminhou à Câmara dos Deputados a decisão, determinando – porque o ato judicial não pede, mas determina – que fosse cumprida a decisão da Justiça Eleitoral brasileira. Houve vários recursos administrativos na Casa e um deles foi à Comissão de Constituição e Justiça, à Corregedoria e, por último, à Comissão de Constituição e Justiça, que deixou a critério da Mesa a decisão final.

O Deputado Chicão foi ao Supremo Tribunal Federal com mandado de segurança totalmente respaldado e legalizado diante daquilo que, na verdade, cabe a qualquer cidadão brasileiro: requerer a qualquer instância deste País um direito que lhe é sagrado, constitucional e que é dado a qualquer cidadão com direito lesado ou arbitrariamente negado até então.

O Supremo Tribunal Federal determinou, Sr. Presidente – porque o Supremo Tribunal Federal não pede ao Congresso Nacional, nem a órgão algum –, que se cumprisse a decisão judicial, por se tratar de coisa julgada, o que significa que foi transitado em julgado em todas as instâncias da Justiça brasileira.

É bom que se registre que, pela primeira vez, esta Casa, surpreendentemente, deixou de cumprir uma decisão judicial, que foi acatada por várias vezes, em relação a vários casos. Cito como exemplo, um anterior, de mais de 60 dias, cumprido por determinação de um mesmo mandado de segurança do Supremo Tribunal Federal.

No presente caso, com essa protelação, descumpriu-se uma ordem judicial ao se jogar o assunto para ser discutido em cinco sessões da Casa. Todos reconhecemos que essa é uma medida protelatória.

Sr. Presidente, registro a minha indignação e espero que o nosso Presidente, Deputado Aldo Rebelo, convoque uma outra reunião da Mesa e analise esse caso, dando uma demonstração ao País de que o respeito ao cidadão e ao direito alheio é praticado a partir da Câmara dos Deputados e, especificamente, da Mesa Diretora.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. NILTON BAIANO (PP – ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Deputado Nilton Baiano.

O SR. NILTON BAIANO (PP – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Inocêncio Oliveira fez uma colocação correta a respeito do posicionamento da Mesa.

Eu gostaria de lembrar à Casa que o Supremo não determinou à Câmara que desse posse ao Deputado, mas julgou uma liminar que diz: “O Supremo manda dar posse no caso da vaga”, ou seja, a posse estava condicionada à existência da vaga.

Não existe vaga, o Deputado está no cargo e a Mesa não decidiu. Então, não existe desrespeito ao Supremo, que não determinou à Casa que fizesse isso.

Eu queria apenas de lembrar esse fato.

Obrigado a V. Ex^a

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Eu queria que seguissemos a votação, de acordo com o

Regimento. Estamos no meio de uma votação, na fase de encaminhamento.

Encaminho favoravelmente e espero o posicionamento dos demais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É aquilo que falei: o ideal seria que construíssemos uma solução coletiva, porque, do contrário, vou ter que decidir sobre o encaminhamento definitivo.

Temos um pedido do Deputado Aldo Rebelo para que a sessão não passe das 14 horas.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – E nem nós o queremos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Talvez seja o caso, eu queria ponderar novamente, de, ao invés de encerrarmos a sessão por pedido de verificação, nós o fazermos em função da impossibilidade de ultrapassarmos as 14 horas.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Assim, encerraríamos, nesse caso, o processo de votação do veto e deixaríamos em aberto a sessão do Congresso Nacional, que poderá ser retomada em outra oportunidade se houver acordo.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Essa é uma sugestão que faço ao Plenário.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG) – Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Mas, aí, a votação do veto vai ser encerrada?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Como V. Ex^a já começou uma votação, eu só vou tratar da outra votação. Portanto, V. Ex^a pode colocar em votação. A outra eu vou questionar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Exatamente. A proposta, Senador Antonio Carlos, que eu acabo de fazer é a seguinte: estamos a 14 minutos das 14 horas e não poderemos ultrapassar esse horário. Esta, provavelmente, é a última votação, então, o ideal, para não levantarmos a sessão como consequência do pedido de verificação, seria suspendermos a sessão do Congresso pela evidente falta de quórum, encerrando a votação do veto. Deixaríamos em aberto e iríamos tentar encontrar, de novo, um caminho consensual para que, se fosse o caso, nós pudessemos avançar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Aceito a fórmula de V. Ex^a.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Podemos votar amanhã. Amanhã é dia 15, ainda é possível fazê-lo amanhã, inclusive.

O SR. JOSÉ ROCHA (PFL – BA) – Vamos concluir essa votação, Sr. Presidente. Vamos concluir esta, não é, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Vamos concluí-la.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PSDB – SP) – Vamos adiante, podemos ir adiante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Então, esta é a sugestão: concluiríamos esta e acabaríamos, em função do tempo, na próxima. Concluiríamos o veto também e deixaríamos em aberto, não encerraríamos a sessão, para que, se fosse o caso de termos um novo acordo, nós a retomarmos a qualquer momento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas encerrava o veto, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encerrava-se o veto, como coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação, o Projeto de Lei nº 30, de 2005-CN, na Câmara dos Deputados.

As Sr^{as} e os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado na Câmara.

Em votação, no Senado.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado, no Senado Federal.

O projeto vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI Nº 30, DE 2005-CN
MENSAGEM Nº 87, DE 2005-CN
(nº502/2005, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$25.832.426,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 51.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$25.832.426,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e tinta e dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º, decorrerá de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na datada sua publicação.

Brasília,

Entrada em vigor

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N P	R P D	M O D	J U E	F T E	VALOR
1847 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO - CONVIVER									5.160.000
OPERACOES ESPECIAIS									
17 512	1047 0502	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATÉ 20 MIL HABITANTES NA REGIAO DO SEMI-ARIDO							5.160.000
17 512	1047 0502 0001	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATÉ 20 MIL HABITANTES NA REGIAO DO SEMI-ARIDO - NACIONAL	F	4	2	30	0	148	5.160.000
TOTAL - FISCAL									5.160.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.160.000

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56203 - COMANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

ANEXO I

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N P	R P D	M O D	J U E	F T E	VALOR
1295 DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS									20.672.426
PROJETOS									
15 453	1295 5168	MODERNIZACAO DO TRECHO CALCADA-PARIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR - BA							5.621.633
15 453	1295 5168 0020	MODERNIZACAO DO TRECHO CAI CADA-PARIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR - BA - NO ESTADO DA BAIHA	F	4	2	90	1	111	5.621.633
15 453	1295 5754	IMPLANTACAO DO TRECHO CAJUEIRO SECO-TIP-TRENS DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE							15.050.793
15 453	1295 5754 0026	IMPLANTACAO DO TRECHO CAJUEIRO SECO-TIP-TRENS DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE - NO ESTADO DE PERNAMBUCO	F	4	2	90	0	111	15.050.793
			F	4	2	90	0	111	9.000.000
TOTAL - FISCAL									20.672.426
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									20.672.426

ORGAO : 5000 - MINISTERIO DAS CIDADES
 UNIDADE : 50101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBSTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEME-ARIDO - CONVIVER									5.160.000
OPERACOES ESPECIAIS									
17 511	1047 0581	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATÉ 20 MIL HABITANTES NA REGIAO DO SEME-ARIDO							5.160.000
17 512	1047 0582 0001	APOIO A PROJETOS DE SANEAMENTO INTEGRADO EM MUNICIPIOS COM POPULACAO DE ATÉ 20 MIL HABITANTES NA REGIAO DO SEME-ARIDO - NACIONAL							5.160.000
			F 3	2	30	0	140		4.900.000
			F 3	2	40	0	140		100.000
			F 3	2	30	0	140		100.000
3910 MOBILIDADE URBANA									9.800.000
OPERACOES ESPECIAIS									
15 451	3910 0590	APOIO A PROJETOS DE CORRIDORES ESTRUTURAIIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO							9.800.000
15 451	3910 0590 0001	APOIO A PROJETOS DE CORRIDORES ESTRUTURAIIS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO - NACIONAL							9.800.000
			F 4	2	90	0	311		9.800.000
TOTAL - FISCAL									14.160.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									14.160.000

ORGAO : 5000 - MINISTERIO DAS CIDADES

UNIDADE : 5001 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

ANEXO II

CREDITO SUPLEMENTAR

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBSTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1295 DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS									11.672.426
PROJETOS									
15 453	1295 5176	IMPLANTACAO DO TRECHO EL DORADO-VILARINHO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - MG							11.672.426
15 453	1295 5176 0031	IMPLANTACAO DO TRECHO EL DORADO-VILARINHO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - MG - NO ESTADO DE MINAS GERAIS							11.672.426
			F 4	2	90	0	115		11.672.426
TOTAL - FISCAL									11.672.426
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									11.672.426

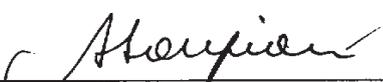
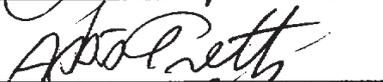
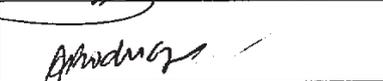
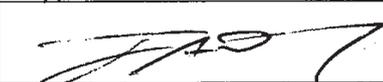
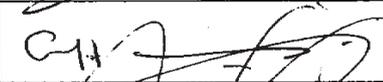
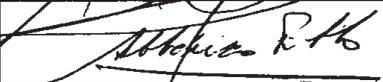
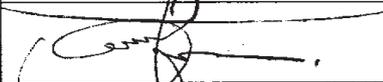
O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL)
– Declaro encerrado o processo de votação do veto.

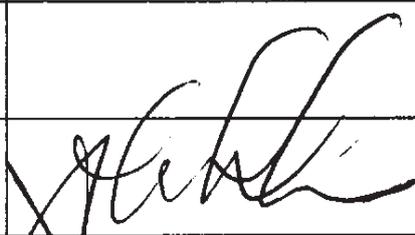
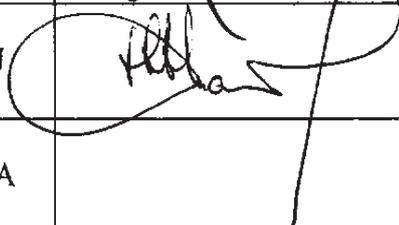
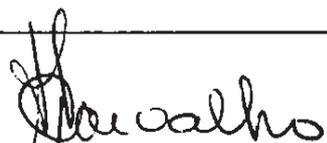
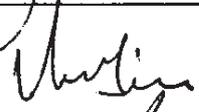
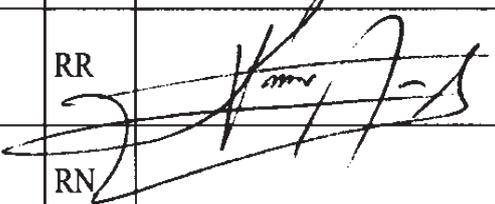
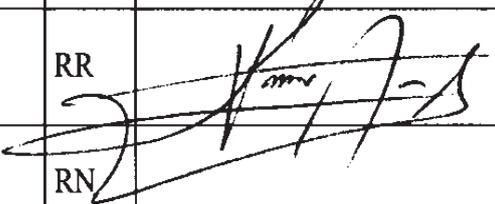
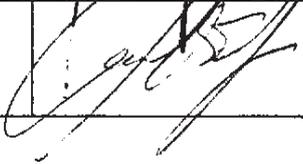
Designo o Deputado Eduardo Valverde, do PT de Rondônia, o Deputado Osório Adriano, do PFL do DF, e o Deputado Amauri Gasques, do PL de São Paulo,

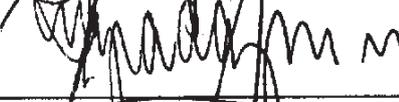
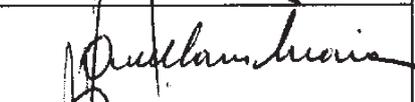
para acompanharem as urnas até o Prodasen e procederem à apuração dos votos do veto.

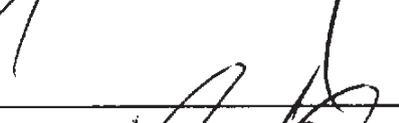
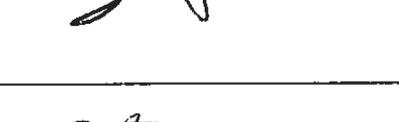
São os seguintes os parlamentares votantes:

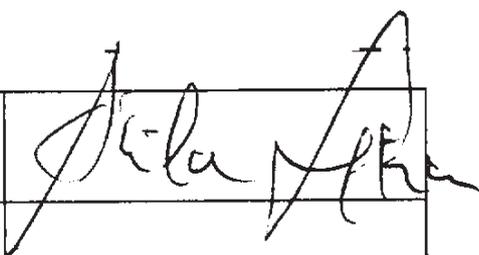
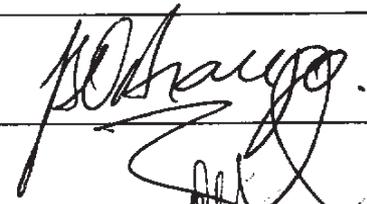
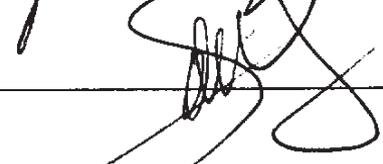
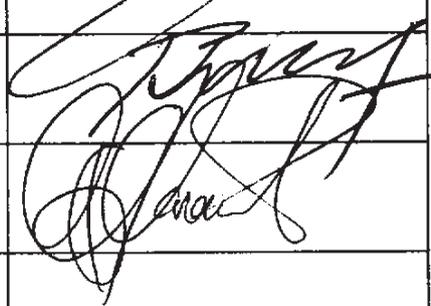
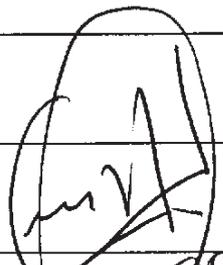
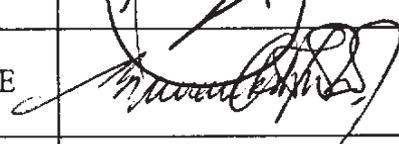
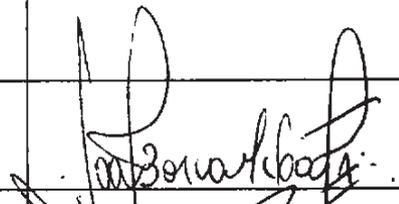
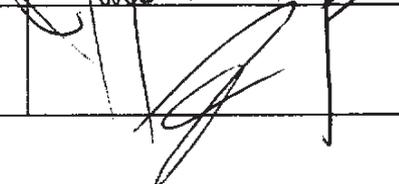
Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
(Uma de A a C)

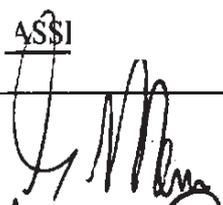
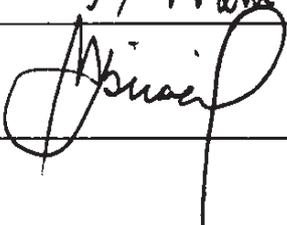
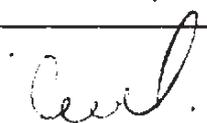
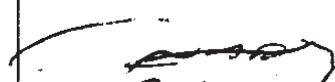
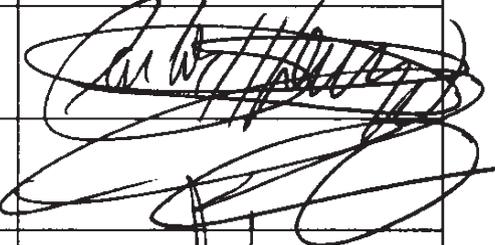
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
1. ABELARDO LUPION	PFL	PR	
2. ADÃO PRETTO	PT	RS	
3. ADELOR VIEIRA	PMDB	SC	
4. ADEMIR CAMILO	PDT	MG	
5. AFONSO HAMM	PP	RS	
6. AFFONSO CAMARGO	PSDB	PR	
7. AGNALDO MUNIZ	PP	RO	
8. AIRTON ROVEDA	PPS	PR	
9. ALBÉRICO FILHO	PMDB	MA	
10. ALBERTO FRAGA	PFL	DF	
11. ALBERTO GOLDMAN	PSDB	SP	
12. ALCESTE ALMEIDA	PTB	RR	
13. ALCEU COLLARES	PDT	RS	
14. ALDIR CABRAL	PFL	RJ	

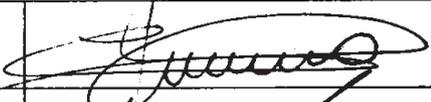
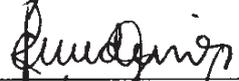
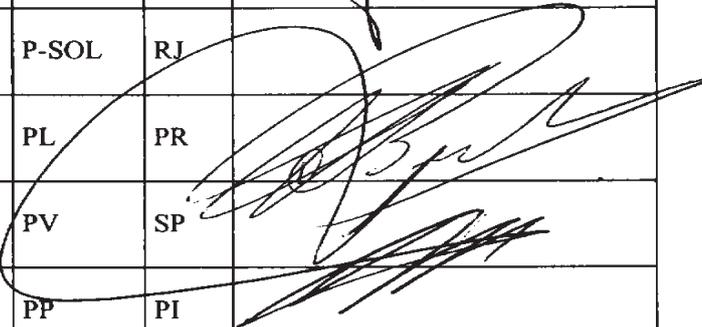
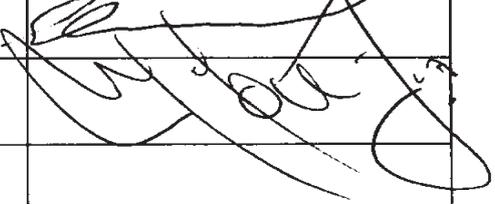
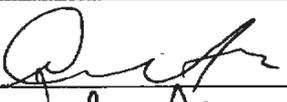
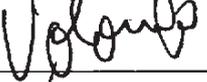
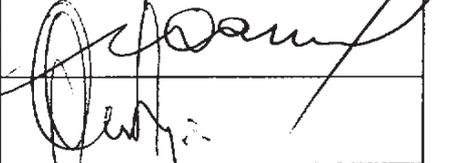
15. ALDO REBELO	PCdoB	SP	
16. ALEX CANZIANI	PTB	PR	
17. ALEXANDRE CARDOSO	PSB	RJ	
18. ALEXANDRE MAIA	PMDB	MG	
19. ALEXANDRE SANTOS	PMDB	RJ	
20. ALICE PORTUGAL	PCdoB	BA	
21. ALMEIDA DE JESUS	PL	CE	
22. ALMERINDA DE CARVALHO	PMDB	RJ	
23. ALMIR MOURA	PFL	RJ	
24. ALMIR SÁ	PL	RR	
25. ÁLVARO DIAS	PDT	RN	
26. AMAURI GASQUES	PL	SP	
27. ANA GUERRA	PT	MG	
28. ANDRÉ COSTA	PDT	RJ	

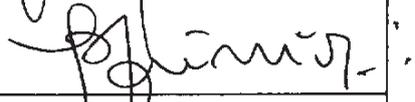
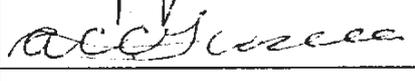
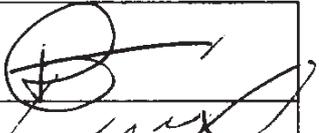
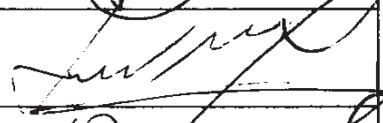
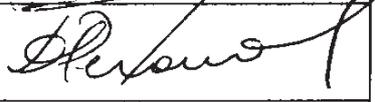
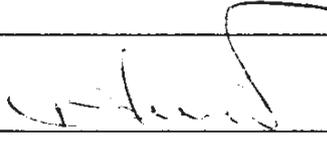
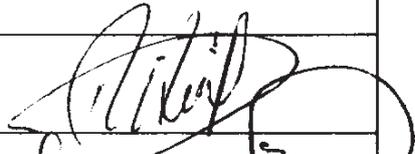
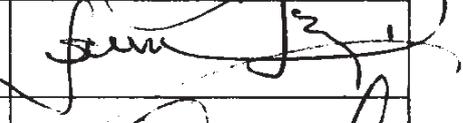
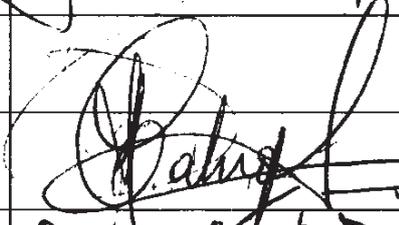
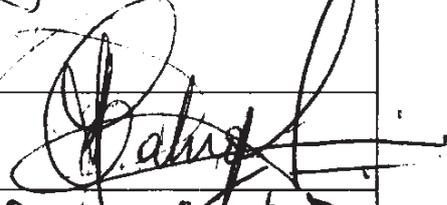
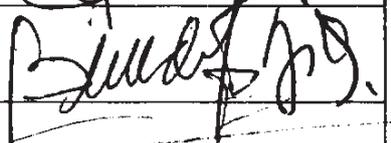
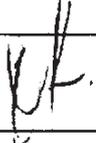
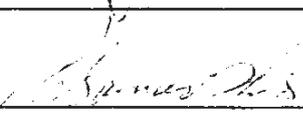
29. ANDRÉ DE PAULA	PFL	PE	
30. ANDRÉ FIGUEIREDO	PDT	CE	
31. ANDRÉ ZACHAROW	PMDB	PR	
32. ANGELA GUADAGNIN	PT	SP	
33. ANÍBAL GOMES	PMDB	CE	
34. ANIVALDO VALE	PSDB	PA	
35. ANN PONTES	PMDB	PA	
36. ANSELMO	PT	RO	
37. ANTENOR NASPOLINI	PSDB	CE	
38. ANTONIO CAMBRAIA	PSDB	CE	
39. ANTÔNIO CARLOS BIFFI	PT	MS	
40. ANTONIO CARLOS BISCAIA	PT	RJ	
41. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES NETO	PFL	BA	
42. ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP	

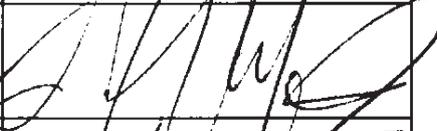
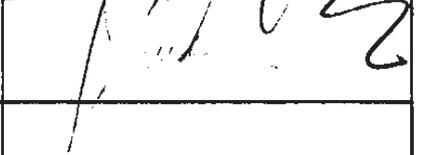
43. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	PSDB	SP	
44. ANTONIO CRUZ	PP	MS	
45. ANTONIO JOAQUIM	PSDB	MA	
46. ARACELY DE PAULA	PL	MG	
47. ARIOSTO HOLANDA	PSB	CE	
48. ARLINDO CHINAGLIA	PT	SP	
49. ARMANDO MONTEIRO	PTB	PE	
50. ARNALDO FARIA DE SÁ	PTB	SP	
51. ARNON BEZERRA	PTB	CE	
52. AROLDO CEDRAZ	PFL	BA	
53. ARY KARA	PTB	SP	
54. ASDRUBAL BENTES	PMDB	PA	
55. ASSIS MIGUEL DO COUTO	PT	PR	
56. ÁTILA LINS	PMDB	AM	

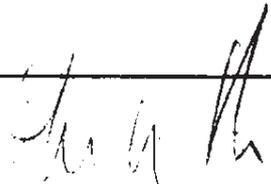
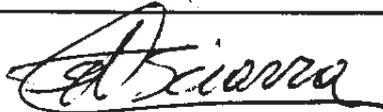
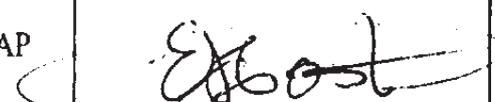
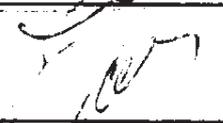
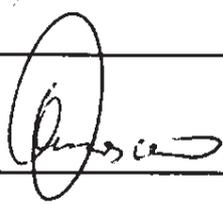
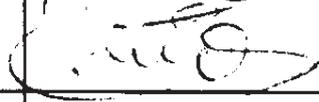
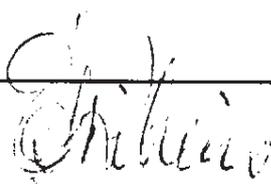
57. ÁTILA LIRA	PSDB	PI	
58. B. SÁ	PSB	PI	
59. BABÁ	P-SOL.	PA	
60. BADU PICANÇO	PL	AP	
61. BARBOSA NETO	PSB	GO	
62. BENEDITO DE LIRA	PP	AL	
63. BENJAMIN MARANHÃO	PMDB	PB	
64. BERNARDO ARISTON	PMDB	RJ	
65. BETINHO ROSADO	PFL	RN	
66. BETO ALBUQUERQUE	PSB	RS	
67. BISMARCK MAIA	PSDB	CE	
68. BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	
69. BOSCO COSTA	PSDB	SE	
70. CABO JÚLIO	PMDB	MG	

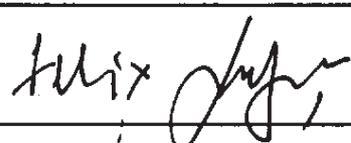
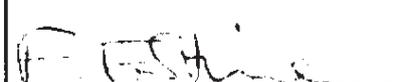
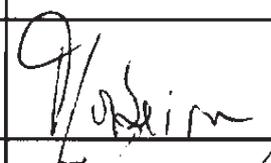
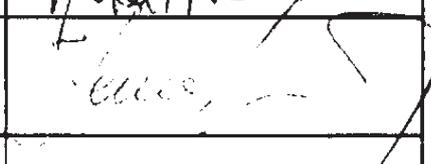
			ASSI
71. CARLITO MERSS	PT	SC	
72. CARLOS ABICALIL	PT	MT	
73. CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	
74. CARLOS BATATA	PSDB	PE	
75. CARLOS DUNGA	PTB	PB	
76. CARLOS EDUARDO CADOCA	PMDB	PE	
77. CARLOS MELLES	PFL	MG	
78. CARLOS MOTA	PSB	MG	
79. CARLOS NADER	PL	RJ	
80. CARLOS SAMPAIO	PSDB	SP	
81. CARLOS SANTANA	PT	RJ	
82. CARLOS SOUZA	PP	AM	
83. CARLOS WILLIAN	PMDB	MG	
84. CELCITA PINHEIRO	PFL	MT	

85. CELSO RUSSOMANNO	PP	SP	
86. CÉSAR BANDEIRA	PFL	MA	
87. CÉSAR MEDEIROS	PT	MG	
88. CEZAR SCHIRMER	PMDB	RS	
89. CEZAR SILVESTRI	PPS	PR	
90. CHICO ALENCAR	P-SOL	RJ	
91. CHICO DA PRINCESA	PL	PR	
92. CHICO SARDELLI	PV	SP	
93. CIRO NOGUEIRA	PP	PI	
94. CLAUDIO CAJADO	PFL	BA	
95. CLÁUDIO MAGRÃO	PPS	SP	
96. CLÁUDIO RORATO	PMDB	PR	
97. CLEONÂNCIO FONSECA	PP	SE	
98. CLEUBER CARNEIRO	PTB	MG	
99. CLÓVIS FECURY	PFL	MA	
100. COLBERT MARTINS	PPS	BA	
101. COLOMBO	PT	PR	
102. CORAUCI SOBRINHO	PFL	SP	
103. CORIOLANO SALES	PFL	BA	

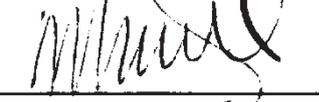
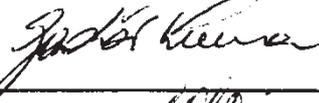
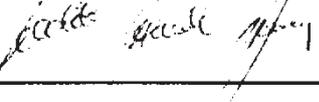
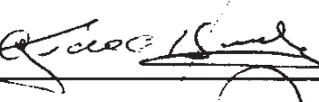
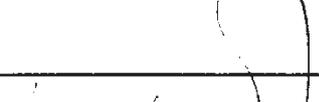
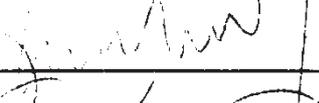
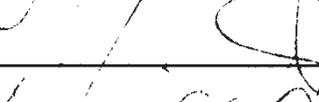
104.	CORONEL ALVES	PL	AP	
105.	COSTA FERREIRA	PSC	MA	
106.	CUSTÓDIO MATTOS	PSDB	MG	
107.	DANIEL ALMEIDA	PCdoB	BA	
108.	DARCI COELHO	PP	TO	
109.	DARCÍSIO PERONDI	PMDB	RS	
110.	DAVI ALCOLUMBRE	PFL	AP	
111.	DELEY	PSC	RJ	
112.	DELFIN NETTO	PMDB	SP	
113.	DEVANIR RIBEIRO	PT	SP	
114.	DILCEU SPERAFICO	PP	PR	
115.	DIMAS RAMALHO	PPS	SP	
116.	DOMICIANO CABRAL	PSDB	PB	
117.	DR BENEDITO DIAS	PP	AP	
118.	DR. FRANCISCO GONÇALVES	PPS	MG	
119.	DR. HELENO	PSC	RJ	
120.	DR. RIBAMAR ALVES	PSB	MA	

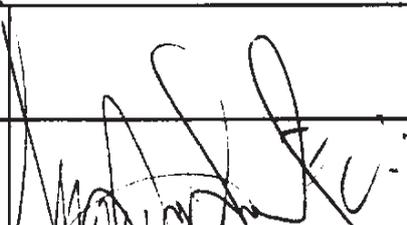
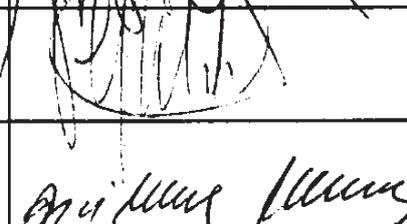
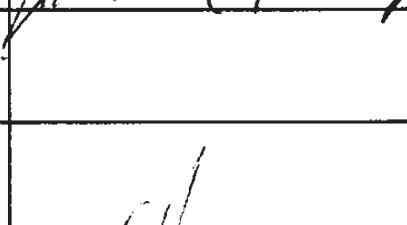
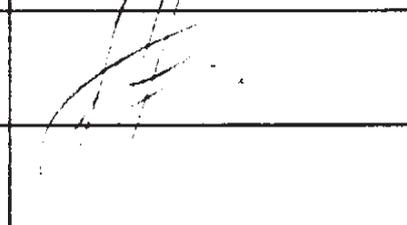
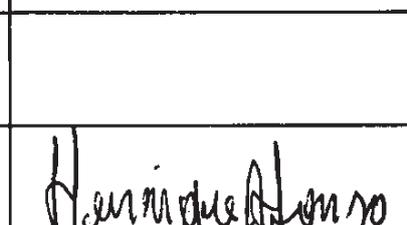
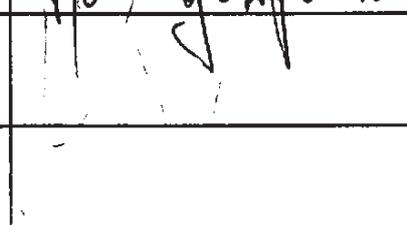
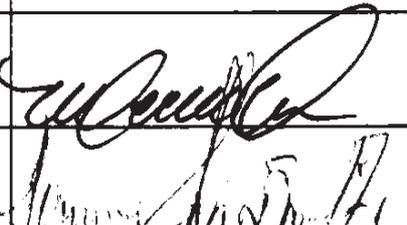
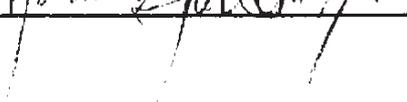
121. DR. RODOLFO PEREIRA	PDT	RR	
122. DR. ROSINHA	PT	PR	
123. DRA. CLAIR	PT	PR	
124. DURVAL ORLATO	PT	SP	
125. EDINHO BEZ	PMDB	SC	
126. EDINHO MONTEMOR	PSB	SP	
127. EDISON ANDRINO	PMDB	SC	
128. EDMAR MOREIRA	PFL	MG	
129. EDNA MACEDO	PTB	SP	
130. EDSON DUARTE	PV	BA	
131. EDSON EZEQUIEL	PMDB	RJ	
132. EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	
133. EDUARDO CAMPOS	PSB	PE	
134. EDUARDO CUNHA	PMDB	RJ	

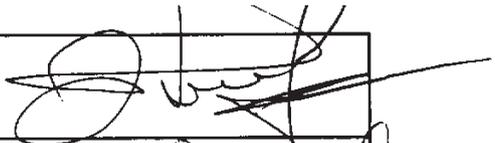
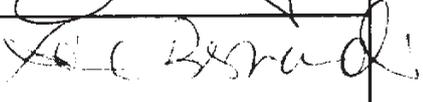
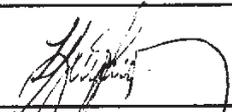
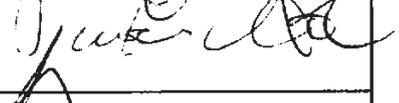
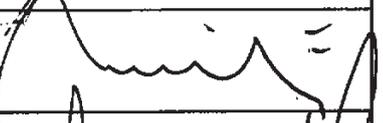
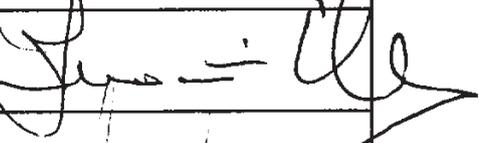
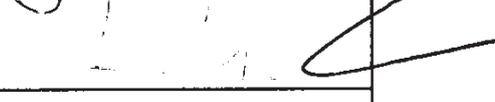
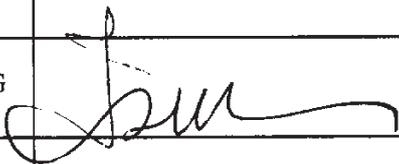
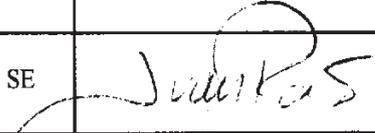
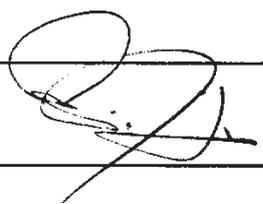
135. EDUARDO GOMES	PSDB	TO	
136. EDUARDO PAES	PSDB	RJ	
137. EDUARDO SCIARRA	PFL	PR	
138. EDUARDO SEABRA	PTB	AP	
139. EDUARDO VALVERDE	PT	RO	
140. ELAINE COSTA	PTB	RJ	
141. ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO	PRONA	SP	
142. ELISEU PADILHA	PMDB	RS	
143. ELISEU RESENDE	PFL	MG	
144. ENÉAS	PRONA	SP	
145. ENIO BACCI	PDT	RS	
146. ENIO TATICO	PL	GO	
147. ENIVALDO RIBEIRO	PP	PB	
148. ÉRICO RIBEIRO	PP	RS	

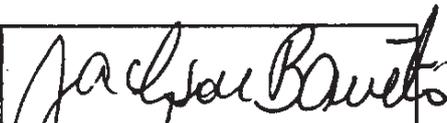
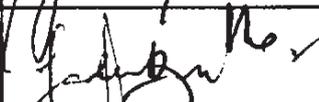
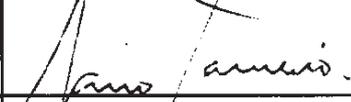
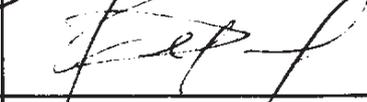
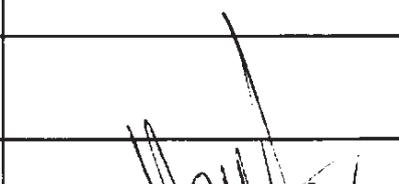
149.	EUNÍCIO OLIVEIRA	PMDB	CE	
150.	FÁBIO SOUTO	PFL	BA	
151.	FÁTIMA BEZERRA	PT	RN	
152.	FÉLIX MENDONÇA	PFL	BA	
153.	FERNANDO CORUJA	PPS	SC	
154.	FERNANDO DE FABINHO	PFL	BA	
155.	FERNANDO DINIZ	PMDB	MG	
156.	FERNANDO ESTIMA	PPS	SP	
157.	FERNANDO FERRO	PT	PE	
158.	FERNANDO GABEIRA	PV	RJ.	
159.	FERNANDO GONÇALVES	PTB	RJ	
160.	FERNANDO LOPES	PMDB	RJ	
161.	FEU ROSA	PP	ES	
162.	FRANCISCO APPIO	PP	RS	

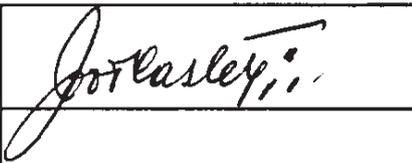
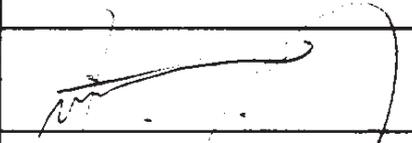
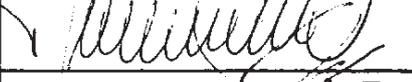
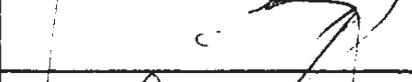
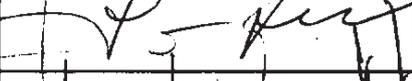
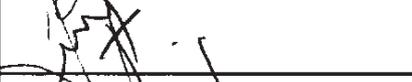
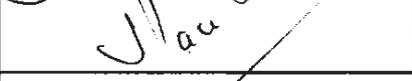
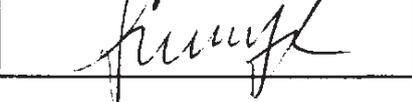
Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Urna de D a I)

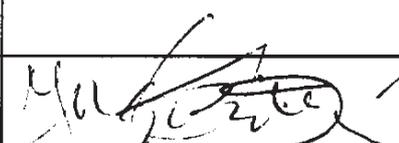
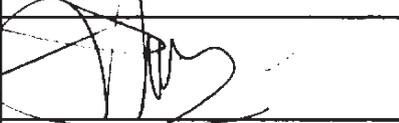
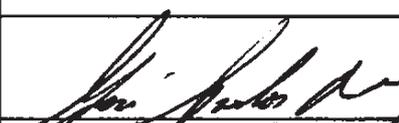
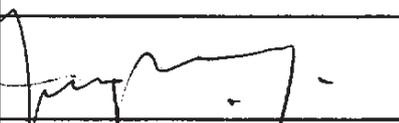
NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
163. FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	
164. FRANCISCO GARCIA	PP	AM	
165. FRANCISCO RODRIGUES	PFL	RR	
166. FRANCISCO TURRA	PP	RS	
167. GASTÃO VIEIRA	PMDB	MA	
168. GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB	BA	
169. GERALDO RESENDE	PPS	MS	
170. GERALDO THADEU	PPS	MG	
171. GERSON GABRIELLI	PFL	BA	
172. GERVÁSIO OLIVEIRA	PMDB	AP	
173. GERVÁSIO SILVA	PFL	SC	
174. GIACOBO	PL	PR	
175. GILBERTO NASCIMENTO	PMDB	SP	
176. GILMAR MACHADO	PT	MG	

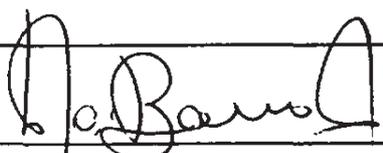
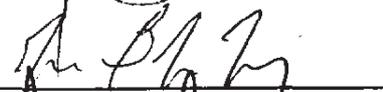
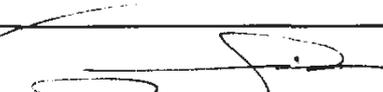
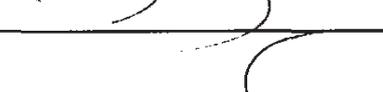
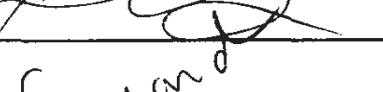
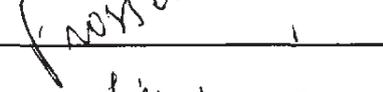
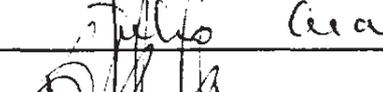
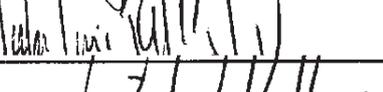
177.	GIVALDO CARIMBÃO	PSB	AL	
178.	GONZAGA MOTA	PSDB	CE	
179.	GONZAGA PATRIOTA	PSB	PE	
180.	GUILHERME MENEZES	PT	BA	
181.	GUSTAVO FRUET	PSDB	PR	
182.	HAMILTON CASARA	PSDB	RO	
183.	HELENILDO RIBEIRO	PSDB	AL	
184.	HELENO SILVA	PL	SE	
185.	HÉLIO ESTEVES	PT	AP	
186.	HENRIQUE AFONSO	PT	AC	
187.	HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	RN	
188.	HENRIQUE FONTANA	PT	RS	
189.	HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	
190.	HOMERO BARRETO	PTB	TO	

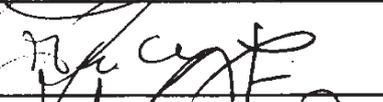
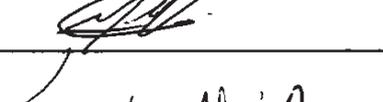
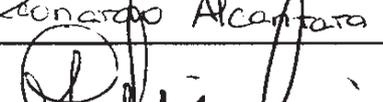
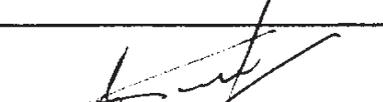
191.	HUMBERTO MICHILES	PL	AM	
192.	IARA BERNARDI	PT	SP	
193.	IBERÊ FERREIRA	PSB	RN	
194.	IBRAHIM ABI-ACKEL	PP	MG	
195.	ILDEU ARAUJO	PP	SP	
196.	INÁCIO ARRUDA	PCdoB	CE	
197.	INALDO LEITÃO	PE	PB	
198.	INOCÊNCIO OLIVEIRA	PL	PE	
199.	IRINY LOPES	PT	ES	
200.	IRIS SIMÕES	PTB	PR	
201.	ISAÍAS SILVESTRE	PSB	MG	
202.	ITAMAR SERPA	PSDB	RJ	
203.	IVAN PAIXÃO	PPS	SE	
204.	IVAN RANZOLIN	PFL	SC	
205.	IVAN VALENTE	P-SOL	SP	
206.	IVO JOSÉ	PT	MG	

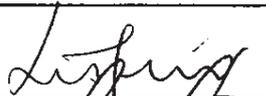
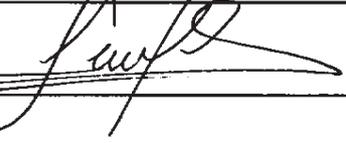
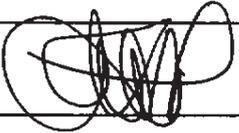
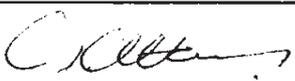
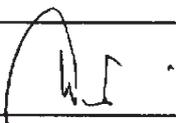
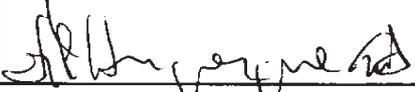
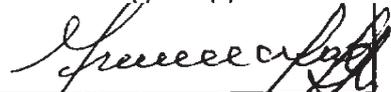
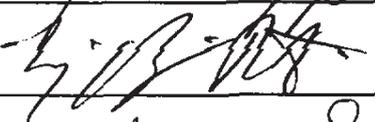
207. JACKSON BARRETO	PTB	SE	
208. JADER BARBALHO	PMDB	PA	
209. JAIME MARTINS	PL	MG	
210. JAIR BOLSONARO	PP	RJ	
211. JAIR DE OLIVEIRA	PMDB	ES	
212. JAIRO CARNEIRO	PFL	BA	
213. JAMIL MURAD	PCdoB	SP	
214. JANDIRA FEGHALI	PCdoB	RJ	
215. JANETE CAPIBERIBE	PSB	AP	
216. JEFFERSON CAMPOS	PTB	SP	
217. JOÃO ALFREDO	P-SOL	CE	
218. JOÃO ALMEIDA	PSDB	BA	
219. JOÃO BATISTA	PP	SP	
220. JOÃO CALDAS	PL	AL	
221. JOÃO CAMPOS	PSDB	GO	
222. JOÃO CARLOS BACELAR	PL	BA	

223. JOÃO CASTELO	PSDB	MA	
224. JOÃO CORREIA	PMDB	AC	
225. JOÃO FONTES	PDT	SE.	
226. JOÃO GRANDÃO	PT	MS	
227. JOÃO HERRMANN NETO	PDT	SP	
228. JOÃO LEÃO	PP	BA	
229. JOÃO LYRA	PTB	AL	
230. JOÃO MAGALHÃES	PMDB	MG	
231. JOÃO MAGNO	PT	MG	
232. JOÃO MENDES DE JESUS	PSB	RJ	
233. JOÃO PAULO CUNHA	PT	SP	
234. JOÃO PAULO GOMES DA SILVA	PSB	MG	
235. JOÃO PIZZOLATTI	PP	SC	
236. JOÃO TOTA	PP	AC	
237. JOAQUIM FRANCISCO	PFL	PE	
238. JONIVAL LUCAS JUNIOR	PTB	BA	

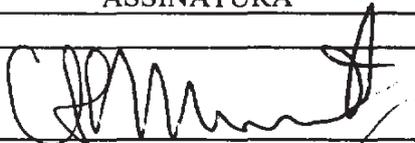
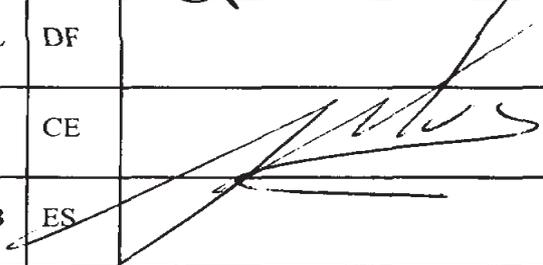
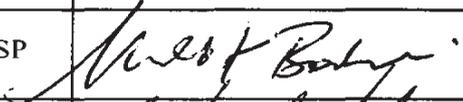
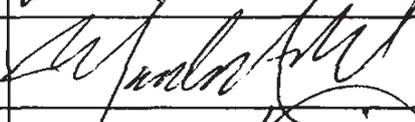
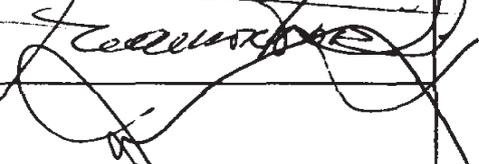
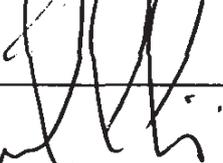
239. JORGE ALBERTO	PMDB	SE	
240. JORGE BITTAR	PT	RJ	
241. JORGE BOEIRA	PT	SC	
242. JORGE GOMES	PSB	PE	
243. JORGE PINHEIRO	PL	DF	<i>me ele na Rubia</i>
244. JOSÉ CARLOS ALELUIA	PFL	BA	
245. JOSÉ CARLOS ARAÚJO	PL	BA	
246. JOSÉ CARLOS MACHADO	PFL	SE	<i>José Carlos Machado</i>
247. JOSÉ CHAVES	PTB	PE	
248. JOSÉ DIVINO	PMR	RJ	
249. JOSÉ EDUARDO CARDOZO	PT	SP	
250. JOSÉ JANENE	PP	PR	
251. JOSÉ LINHARES	PP	CE	
252. JOSÉ MENDONÇA BEZERRA	PFL	PE	
253. JOSÉ MENTOR	PT	SP	
254. JOSÉ MILITÃO	PTB	MG	

255. JOSÉ MÚCIO MONTEIRO	PTB	PE	
256. JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	
257. JOSÉ PRIANTE	PMDB	PA	
258. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	PFL	DF	
259. JOSE ROCHA	PFL	BA	
260. JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS	PL	MG	
261. JOSÉ THOMAZ NONÔ	PFL	AL	
262. JOSIAS GOMES	PT	BA	
263. JOSIAS QUINTAL	PSB	RJ	
264. JOSUÉ BENGTON	PTB	PA	
265. JOVAIR ARANTES	PTB	GO	
266. JOVINO CÂNDIDO	PV	SP	
267. JUÍZA DENISE FROSARD	PPS	RJ	
268. JÚLIO CÉSAR	PFL	PI	
269. JÚLIO DELGADO	PSB	MG	
270. JULIO LOPES	PP	RJ	
271. JÚLIO REDECKER	PSDB	RS	

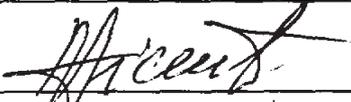
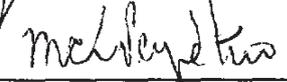
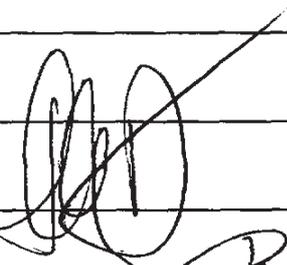
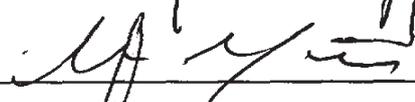
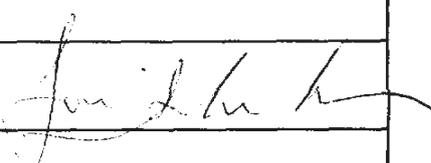
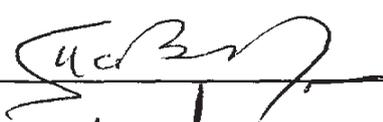
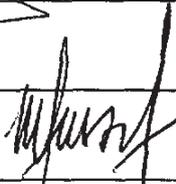
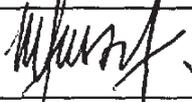
272. JULIO SEMEGHINI	PSDB	SP	
273. JÚNIOR BETÃO	PL	AC	
274. JUTAHY JUNIOR	PSDB	BA	
275. KÁTIA ABREU	PFL	TO	
276. KELLY MORAES	PTB	RS	
277. LAEL VARELLA	PFL	MG	
278. LAURA CARNEIRO	PFL	RJ	
279. LEANDRO VILELA	PMDB	GO	
280. LÉO ALCÂNTARA	PSDB	CE	Leonardo Alcântara
281. LEODEGAR TISCOSKI	PP	SC	
282. LEONARDO MATTOS	PV	MG	
283. LEONARDO MONTEIRO	PT	MG	
284. LEONARDO PICCIANI	PMDB	RJ	
285. LINCOLN PORTELA	PL	MG	
286. LINO ROSSI	PP	MT	Lino Rossi
287. LOBBE NETO	PSDB	SP	
288. LUCI CHOINACKI	PT	SC	
289. LÚCIA BRAGA	PMDB	PB	

290. LUCIANA GENRO	P-SOL	RS	
291. LUCIANO CASTRO	PL	RR	
292. LUCIANO LEITAO	PSB	MA	
293. LUCIANO ZICA	PT	SP	
294. LUIS CARLOS HEINZE	PP	RS	
295. LUIZ ALBERTO	PT	BA	
296. LUIZ ANTONIO FLEURY	PTB	SP	
297. LUIZ BASSUMA	PT	BA	
298. LUIZ BITTENCOURT	PMDB	GO	
299. LUIZ CARLOS HAULY	PSDB	PR	
300. LUIZ CARLOS SANTOS	PFL	SP	
301. LUIZ CARREIRA	PFL	BA	
302. LUIZ COUTO	PT	PB	
303. LUIZ EDUARDO GREENHALGH	PT	SP	
304. LUIZ PIAUHYLINO	PDT	PE	
305. LUIZ SÉRGIO	PT	RJ	
306. LUIZA ERUNDINA	PSB	SP	
307. LUPÉRCIO RAMOS	PMDB	AM	

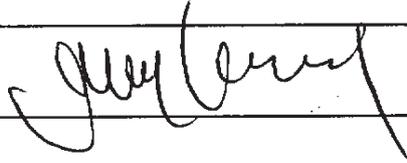
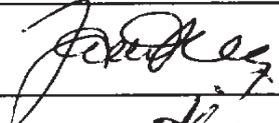
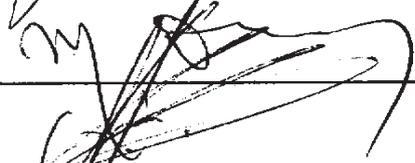
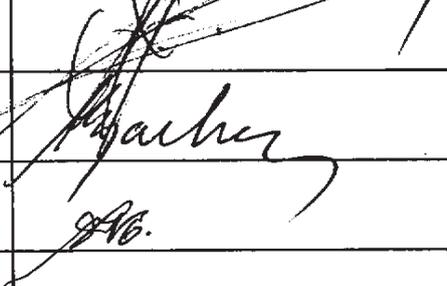
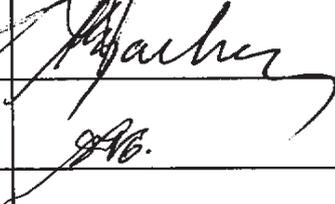
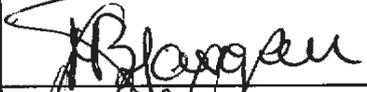
Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Urna -M a O)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
308. MANATO	PDT	ES	
309. MANINHA	P-SOL	DF	
310. MANOEL SALVIANO	PSDB	CE	
311. MARCELINO FRAGA	PMDB	ES	
312. MARCELLO SIQUEIRA	PMDB	MG	
313. MARCELO BARBIERI	PMDB	SP	
314. MARCELO CASTRO	PMDB	PI	
315. MARCELO GUIMARÃES FILHO	PFL	BA	
316. MACELO ORTIZ	PV	SP	
317. MARCELO TEIXEIRA	PSDB	CE	
318. MARCIO FORTES	PSDB	RJ	
319. MÁRCIO REINALDO MOREIRA	PP	MG	
320. MARCO MAIA	PT	RS	
321. MARCONDES GADELHA	PSB	PB	
322. MARCOS ABRAMO	PP	SP	
323. MARCOS DE JESUS	PFL	PE	

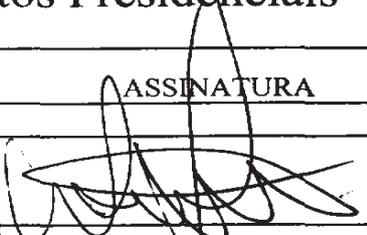
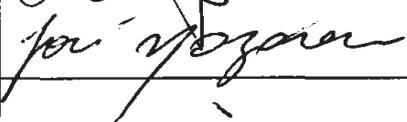
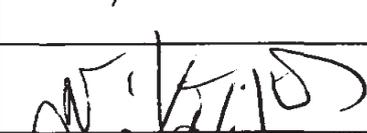
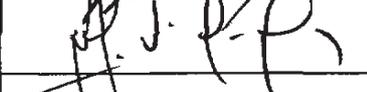
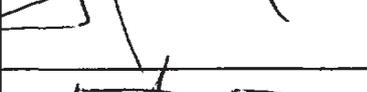
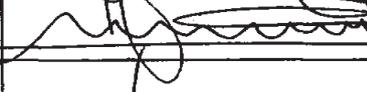
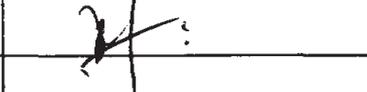
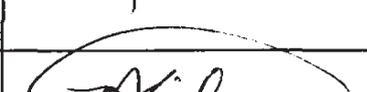
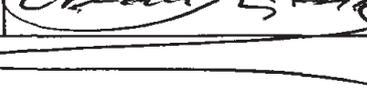
Lista de Presença - 14-12-2005 - 10 horas
 Sessão Conjunta - Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Urna - M a O)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
324. MARCUS VICENTE	PTB	ES	
325. MARIA DO CARMO LARA	PT	MG	
326. MARIA DO ROSÁRIO	PT	RS	
327. MARIA HELENA	PSB	RR	
328. MARIA LÚCIA CARDOSO	PMDB	MG	
329. MARIANGELA DUARTE	PT	SP	
330. MARINHA RAUPP	PMDB	RO	
331. MÁRIO ASSAD JÚNIOR	PSB	MG	
332. MÁRIO HERING ER ' Q	PDT	MG	
333. MÁRIO NEGROMONTE	PP	BA	
334. MAURÍCIO QUINTELLA LESSA	PDT	AL	
335. MAURICIO RABELO	PL	TO	
336. MAURÍCIO RANDS	PT	PE	
337. MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	
338. MAURO LOPES	PMDB	MG	
339. MAURO PASSOS	PT	SC	

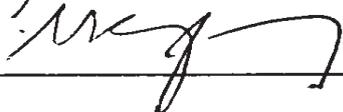
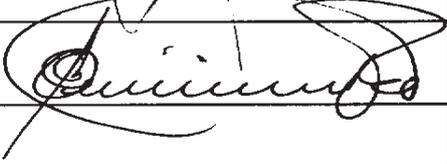
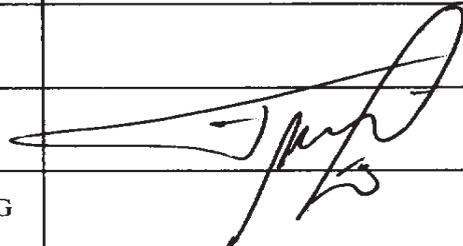
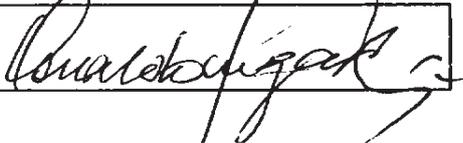
Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Urna –M a O)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
340. MAX ROSENMANN	PMDB	PR	
341. MEDEIROS	PL	SP	
342. MENDES RIBEIRO FILHO	PMDB	RS	
343. MICHEL TEMER	PMDB	SP	
344. MIGUEL DE SOUZA	PL	RO	
345. MILTON BARBOSA	PSC	BA	
346. MILTON CARDIAS	PTB	RS	
347. MILTON MONTI	PL	SP	
348. MIRO TEIXEIRA	PDT	RJ	
349. MOACIR MICHELETTO	PMDB	PR	
350. MORAES SOUZA	PMDB	PI	
351. MOREIRA FRANCO	PMDB	RJ	
352. MORONI TORGAN	PFL	CE	
353. MURILO ZAUIH	PFL	MS	
354. MUSSA DEMES	PFL	PI	
355. NARCIO RODRIGUES	PSDB	MG	

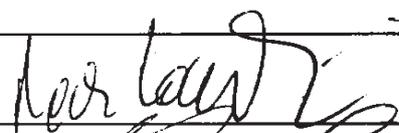
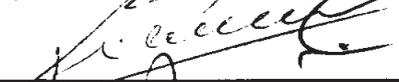
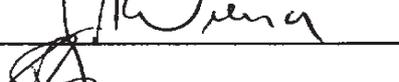
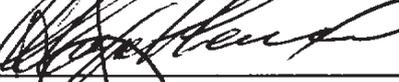
Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Uma –M a O)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
356. NATAN DONADON	PMDB	RO	
357. NAZARENO FONTELES	PT	PI	
358. NEIVA MOREIRA	PDT	MA	
359. NELIO DIAS	PP	RN	
360. NELSON BORNIER	PMDB	RJ	
361. NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	
362. NELSON MEURER	PP	PR	
363. NELSON PELLEGRINO	PT	BA	
364. NELSON PROENÇA	PPS	RS	
365. NELSON TRAD	PMDB	MS	
366. NEUCIMAR FRAGA	PL	ES	
367. NEUTON LIMA	PTB	SP	
368. NEY LOPES	PFL	RN	
369. NEYDE APARECIDA	PT	GO	
370. NICE LOBÃO	PFL	MA	
371. NICIAS RIBEIRO	PSDB	PA	

Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Urna –M a O)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
372. NILSON MOURÃO	PT	AC	
373. NILSON PINTO	PSDB	PA	
374. NILTON BAIANO	PP	ES	
375. NILTON CAPIXABA	PTB	RO	
376. ODAIR CUNHA	PT	MG	
377. ODÍLIO BALBINOTTI	PMDB	PR	
378. OLAVO CALHEIROS	PMDB	AL	
379. OLIVEIRA FILHO	PL	PR	
380. ONYX LORENZONI	PFL	RS	
381. ORLANDO DESCONSI	PT	RS	
382. ORLANDO FANTAZZINI	P-SOL	SP	
383. OSMÂNIO PEREIRA	PTB	MG	
384. OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	
385. OSÓRIO ADRIANO	PFL	DF	
386. OSVALDO BIOLCHI	PMDB	RS	
387. OSVALDO COELHO	PFL	PE	
388. OSVALDO REIS	PMDB	TO	

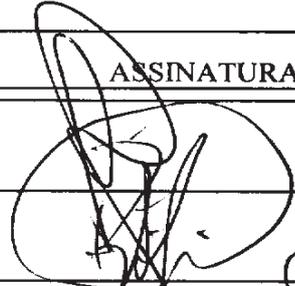
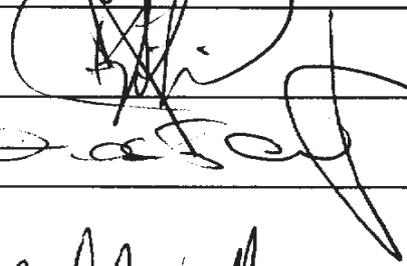
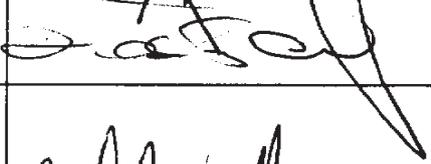
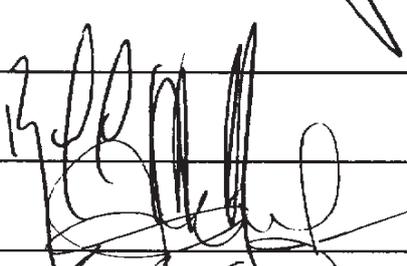
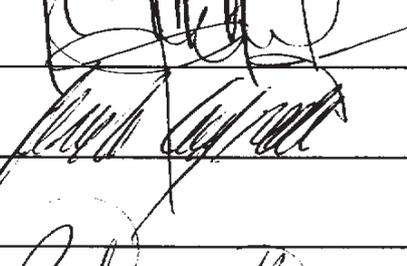
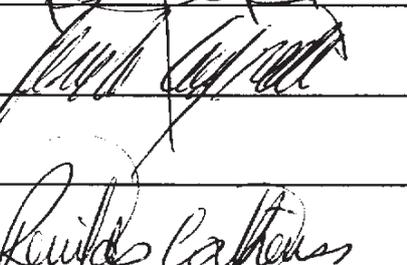
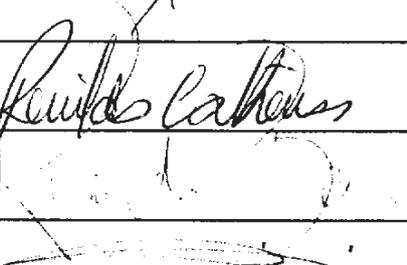
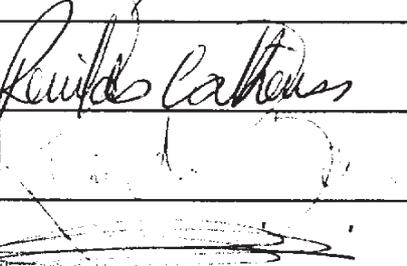
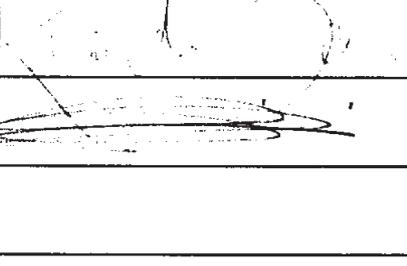
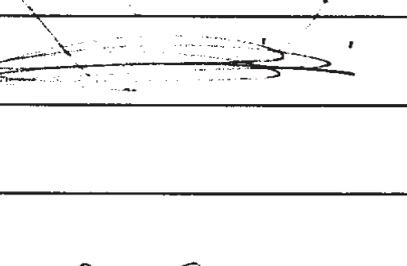
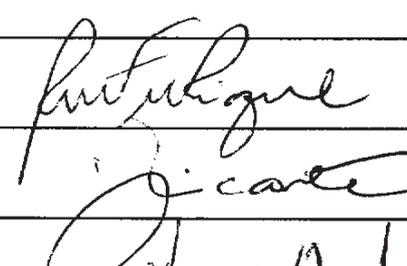
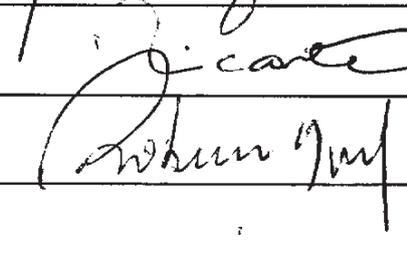
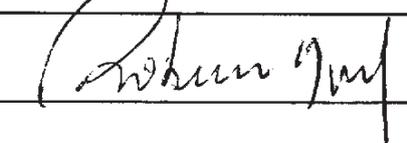
Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Urna de P a Z)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
389. PAES LANDIM	PTB	PI	
390. PASTOR AMARILDO	PSC	TO	
391. PASTOR FRANCISCO OLÍMPIO	PSB	PE	
392. PASTOR FRANKBERGEN	PTB	RR	
393. PASTOR PEDRO RIBEIRO	PMDB	CE	
394. PASTOR REINALDO	PTB	RS	
395. PAUDERNEY AVELINO	PFL	AM	
396. PAULO AFONSO	PMDB	SC	
397. PAULO BALTAZAR	PSB	RJ	
398. PAULO BAUER	PSDB	SC	
399. PAULO DELGADO	PT	MG	
400. PAULO FEIJÓ	PSDB	RJ	
401. PAULO GOUVÊA	PL	RS	
402. PAULO LIMA	PMDB	SP	
403. PAULO MAGALHÃES	PFL	BA	
404. PAULO PIMENTA	PT	RS	

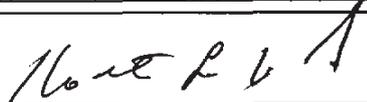
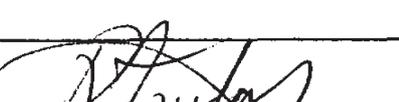
Lista de Presença - 14-12-2005 - 10 horas
Sessão Conjunta - Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Urna de P a Z)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
405. PAULO RUBEM SANTIAGO	PT	PE	
406. PEDRO CANEDO	PP	GO	
407. PEDRO CHAVES	PMDB	GO	
408. PEDRO CORRÊA	PP	PE	
409. PEDRO FERNANDES	PTB	MA	
410. PEDRO HENRY	PP	MT	
411. PEDRO IRUJO	PMDB	BA	
412. PEDRO NOVAIS	PMDB	MA	
413. PERPÉTUA ALMEIDA	PCdoB	AC	
414. PHILEMON RODRIGUES	PTB	PB	
415. POMPEO DE MATTOS	PDT	RS	
416. PROFESSOR IRAPUAN TEIXEIRA	PP	SP	
417. PROFESSOR LUIZINHO	PT	SP	
418. PROFESORA RAQUEL TEIXEIRA	PSDB	GO	
419. RAFAEL GUERRA	PSDB	MG	
420. RAIMUNDO SANTOS	PL	PA	

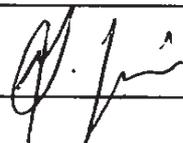
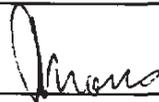
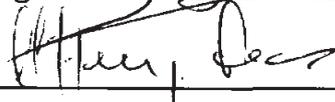
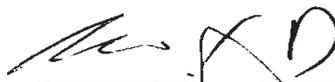
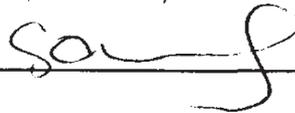
Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Urna de P a Z)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
421. RAUL JUGMANN	PPS	PE	
422. REGINALDO GERMANO	PP	BA	
423. REGINALDO LOPES	PT	MG	
424. REINALDO BETÃO	PL	RJ	
425. REINALDO GRIPP	PL	RJ	
426. REMI TRINTA	PL	MA	
427. RENATO CASAGRANDE	PSB	ES	
428. RENATO COZZOLINO	PDT	RJ	
429. RENILDO CALHEIROS	PCdoB	PE	
430. RICARDO BARROS	PP	PR	
431. RICARDO BERZOINI	PT	SP	
432. RICARDO FIUZA	PP	PE	
433. RICARDO IZAR	PTB	SP	
434. RICARDO RIQUE	PL	PB	
435. RICARTE DE FREITAS	PTB	MT	
436. ROBÉRIO NUNES	PFL	BA	

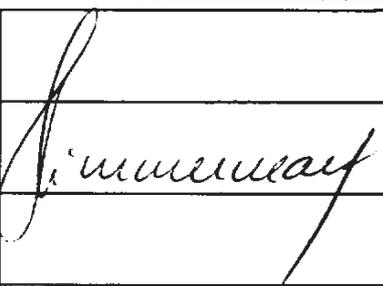
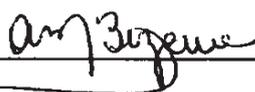
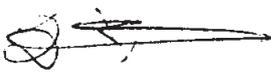
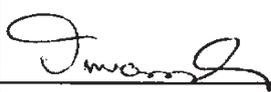
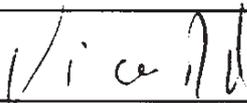
Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Urna de P a Z)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
437. ROBERTO BRANT	PFL	MG	
438. ROBERTO FREIRE	PPS	PE	
439. ROBERTO GOUVEIA	PT	SP	
440. ROBERTO MAGALHÃES	PFL	PE	
441. ROBSON TUMA	PFL	SP	
442. RODRIGO MAIA	PFL	RJ	
443. ROGÉRIO TEÓFILO	PPS	AL	
444. ROMEL ANIZIO	PP	MG	
445. ROMEU QUEIROZ	PTB	MG	
446. RONALDO CAIADO	PFL	GO	
447. RONALDO DIMAS	PSDB	TO	
448. RONIVON SANTIAGO	PP	AC	
449. ROSE DE FREITAS	PMDB	ES	
450. RUBENS OTONI	PT	GO	
451. SALVADOR ZIMBALDI	PSB	SP	
452. SANDES JÚNIOR	PP	GO	

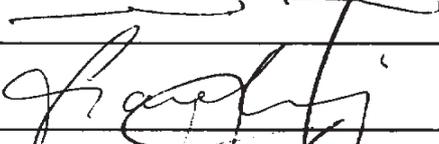
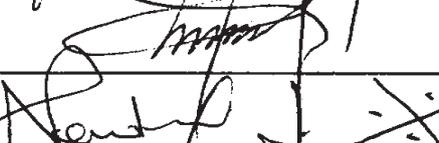
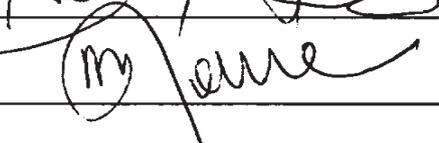
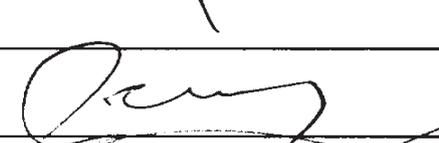
Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Urna de P a Z)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
453. SANDRA ROSADO	PSB	RN	
454. SANDRO MABEL	PL	GO	
455. SANDRO MATOS	PTB	RJ	
456. SARNEY FILHO	PV	MA	
457. SEBASTIÃO MADEIRA	PSDB	MA	
458. SELMA SCHONS	PT	PR	
459. SERGIO CAIADO	PP	GO	
460. SÉRGIO MIRANDA	PDT	MG	
461. SEVERIANO ALVES	PDT	BA	
462. SIGMARINGA SEIXAS	PT	DF	
463. SILAS CÂMARA	PTB	AM	
464. SILVIO TORRES	PSDB	SP	
465. SIMÃO SESSIM	PP	RJ	
466. SIMPLÍCIO MÁRIO	PT	PI	
467. SOCORRO GOMES	PCdoB	PA	
468. SUELY CAMPOS	PP	RR	

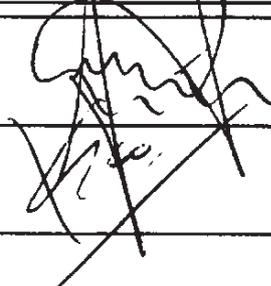
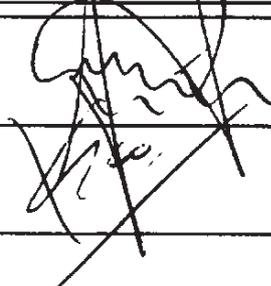
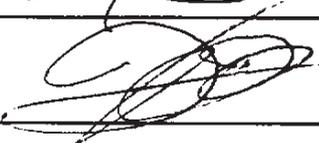
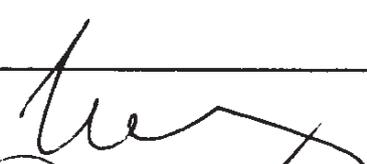
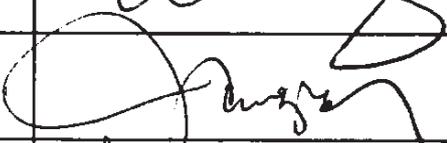
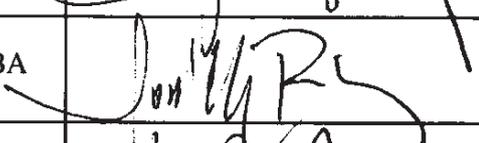
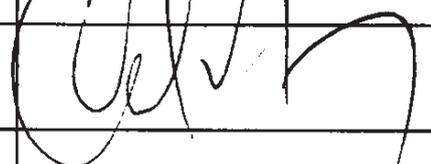
Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Uma de P a Z)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
469. TAKAYAMA	PMDB	PR	
470. TARCISIO ZIMMERMANN	PT	RS	
471. TATICO	PTB	DF	
472. TELMA DE SOUZA	PT	SP	
473. TEREZINHA FERNANDES	PT	MA	
474. TETÉ BEZERRA	PMDB	MT	
475. THELMA DE OLIVEIRA	PSDB	MT	
476. VADÃO GOMES	PP	SP	
477. VADINHO BAIÃO	PT	MG	
478. VANDER LOBET	PT	MS	
479. VANDERLEI ASSIS	PP	SP	
480. VANESSA GRAZZIOTIN	PCdoB	AM	
481. VIC PIRES FRANCO	PFL	PA	
482. VICENTE ARRUDA	PSDB	CE	
483. VICENTE CASCIONE	PTB	SP	
484. VICENTINHO	PT	SP	

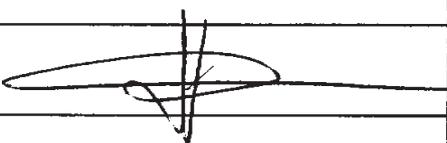
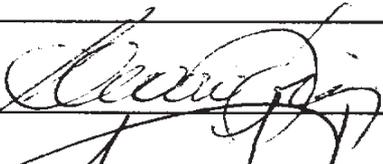
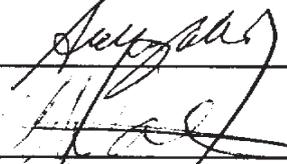
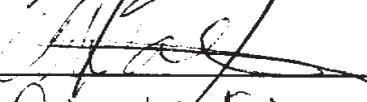
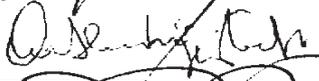
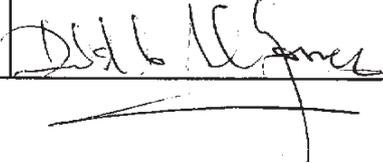
Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Urna de P a Z)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
485. VIEIRA REIS	PMR	RJ	
486. VIGNATTI	PT	SC	
487. VILMAR ROCHA	PFL	GO	
488. VIRGÍLIO GUIMARÃES	PT	MG	
489. VITORASSI	PT	PR	
490. VITTORIO MEDIOLI	PV	MG	
491. WAGNER LAGO	PDT	MA	
492. WALDEMIR MOKA	PMDB	MS	
493. WALTER BARELLI	PSDB	SP	
494. WALTER PINHEIRO	PT	BA	
495. WANDERVAL SANTOS	PL	SP	
496. WASNY DE ROURE	PT	DF	
497. WELINTON FAGUNDES	PL	MT	
498. WELLINTON ROBERTO	PL	PB	
499. WILSON SIGNACHI	PMDB	RS	
500. WILSON SANTIAGO	PMDB	PB	

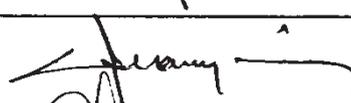
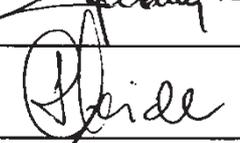
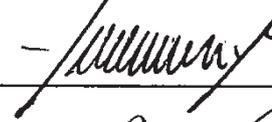
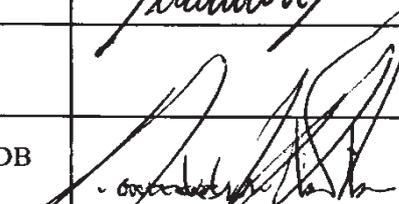
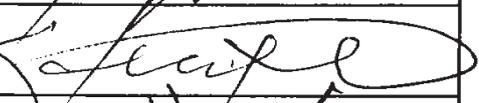
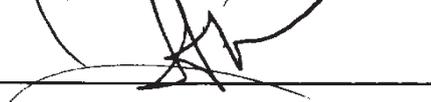
Lista de Presença - 14-12-2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – Apreciação de Vetos Presidenciais
 (Uma de P a Z)

NOME	PARTIDO	EST.	ASSINATURA
501. WLADIMIR COSTA	PMDB	PA	
502. XICO GRAZIANO	PSDB	SP	
503. YEDA CRUSIUS	PSDB	RS	
504. ZÉ GERALDO	PT	PA	
505. ZÉ GERARDO	PMDB	CE	
506. ZÉ LIMA	PP	PA	
507. ZELINDA NOVAES	PFL	BA	
508. ZENALDO COUTINHO	PSDB	PA	
509. ZEQUINHA MARINHO	PSC	PA	
510. ZEZÉU RIBEIRO	PT	BA	
511. ZICO BRONZEADO	PT	AC	
512. ZONTA	PP	SC	
513. ZULAIÊ COBRA	PSDB	SP	

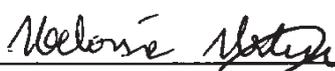
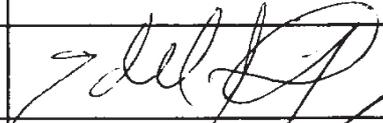
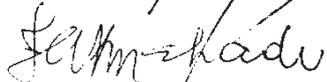
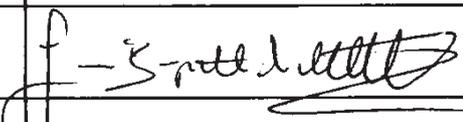
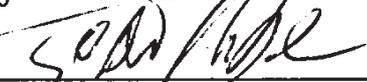
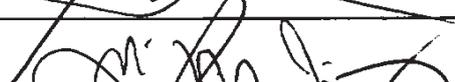
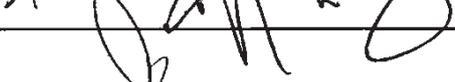
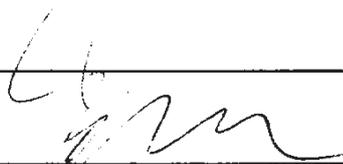
Lista de presença – 14/12/2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – apreciação de Vetos Presidenciais
 SENADORES (Urna de A – J)

NOME	EST.	PARTIDO	ASSINATURA
1. AELTON FREITAS	MG	PL	
2. ALBERTO SILVA	PI	PMDB	
3. ALMEIDA LIMA	SE	PMDB	
4. ALOIZIO MERCADANTE	SP	PT	
5. ÁLVARO DIAS	PR	PSDB	
6. AMIR LANDO	RO	PMDB	
7. ANA JÚLIA CAREPA	PA	PT	<i>Ana Júlia Carepa</i>
8. ANTERO PAES DE BARROS	MS	PSDB	
9. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA	PFL	
10. ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE	PSB	
11. ARTHUR VIRGÍLIO	AM	PSDB	
12. AUGUSTO BOTELHO	RR	PDT	
13. CÉSAR BORGES	BA	PFL	<i>César Borges</i>
14. CRISTOVAM BUARQUE	DF	PDT	<i>Cristovam Buarque</i>
15. DELCÍDIO AMARAL	MS	PDT	

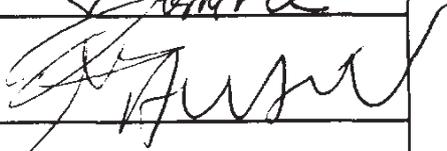
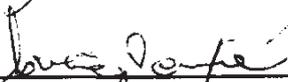
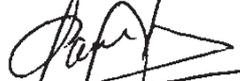
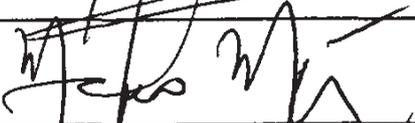
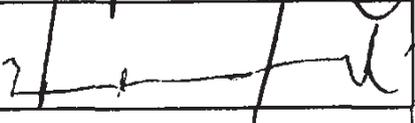
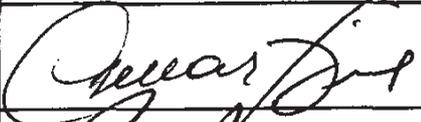
Lista de presença – 31/8/2005 – 11 horas
Sessão Conjunta – apreciação de Vetos Presidenciais
 SENADORES (Uma de A – J)

NOME	EST.	PARTIDO	ASSINATURA
16. DEMÓSTENES TORRES	GO	PFL	
17. EDISON LOBÃO	MA	PFL	
18. EDUARDO AZEREDO	MG	PSDB	
19. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	PSDB	
20. EDUARDO SUPLICY	SP	PT	
21. EFRAIM MORAIS	PB	PFL	
22. FÁTIMA CLEIDE	RO	PT	
23. FERNANDO BEZERRA	RN	PTB	
24. FLÁVIO ARNS	PR	PT	
25. FLEXA RIBEIRO	PA	PSDB	
26. GARIBALDI ALVES FILHO	RN	PMDB	
27. GERALDO MESQUITA JÚNIOR	AC	S/PART	
28. GERSON CAMATA	ES	PMDB	
29. GILBERTO GOELLNER	MT	PFL	
30. GILBERTO MESTRINHO	AM	PMDB	

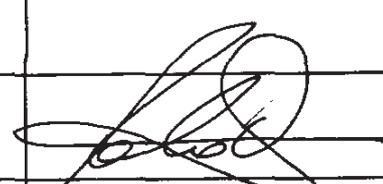
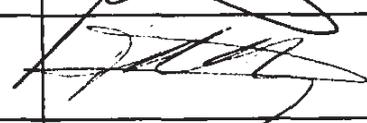
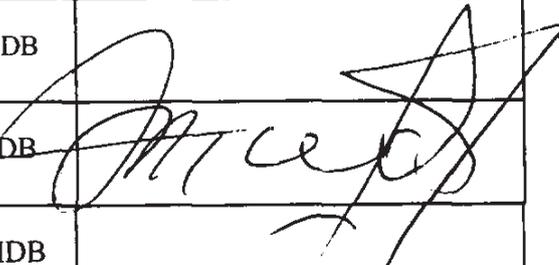
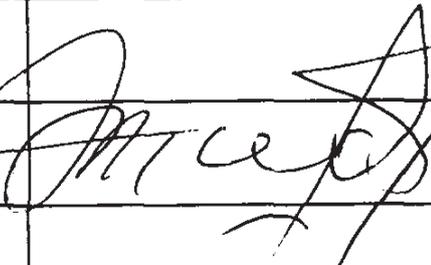
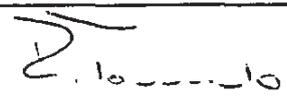
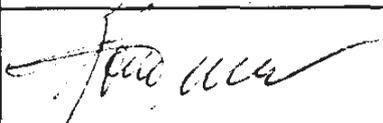
Lista de presença – 31/8/2005 – 11 horas
Sessão Conjunta – apreciação de Vetos Presidenciais
 SENADORES (Urna de A – J)

NOME	EST.	PARTIDO	ASSINATURA
31. HELOISA HELENA	AL	PSol	
32. HERÁCLITO FORTES	PI	PFL	
33. IDELI SALVATTI	SC	PT	
34. IRIS DE ARAÚJO	GO	PMDB	
35. JEFFERSON PÉRES	AM	PDT	
36. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	PMDB	
37. JOÃO BATISTA MOTTA	ES	PSDB	
38. JOAO CAPIBERIBE	AP	PSB	
39. JOÃO RIBEIRO	TO	PL	
40. JORGE BORNHAUSEN	SC	PFL	
41. JOSÉ AGRIPINO	RN	PFL	
42. JOSÉ JORGE	PE	PFL	
43. JOSÉ MARANHÃO	PB	PMDB	
44. JOSÉ SARNEY	AP	PMDB	
45. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	PSDB	

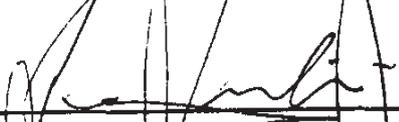
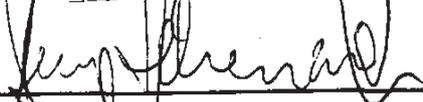
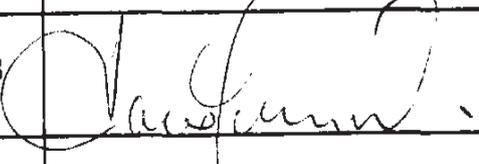
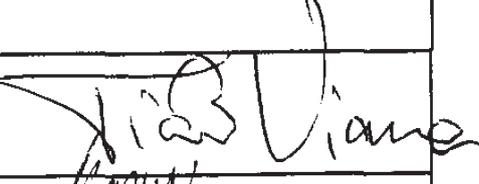
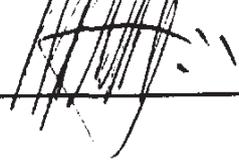
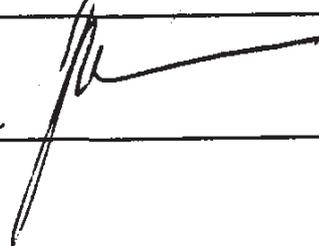
Lista de presença – 14/12/2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – apreciação de Vetos Presidenciais
 SENADORES (Urna de L – W)

NOME	EST.	PARTIDO	ASSINATURA
46 LEOMAR QUINTANILHA	TO	PCdoB	
47 LEONEL PAVAN	SC	PSDB	
48 LÚCIA VÂNIA	GO	PSDB	
49 LUIZ OTÁVIO	PA	PMDB	
50 MAGNO MALTA	ES	PL	
51 MÃO SANTA	PI	PMDB	
52 MARCELO CRIVELLA	RJ	PMR	
53 MARCO MACIEL	PE	PFL	
54 MARIA DO CARMO ALVES	SE	PFL	
55 MOZARILDO CAVALCANTI	RR	PTB	
56 NEY SUASSUNA	PB	PMDB	
57 OSMAR DIAS	PR	PDT	
58 PAPALÉO PAES	AP	PSDB	

Lista de presença – 14/12/2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – apreciação de Vetos Presidenciais
 SENADORES (Urna de L – W)

NOME	EST.	PARTIDO	ASSINATURA
59 PATRÍCIA SABOYA GOMES	CE	PSB	
60 PAULO OCTÁVIO	DF	PFL	
61 PAULO PAIM	RS	PT	
62 PEDRO SIMON	RS	PMDB	
63 RAMEZ TEBET	MS	PMDB	
64 REGINALDO DUARTE	CE	PSDB	
65 RENAN CALHEIROS	AL	PMDB	
66 ROBERTO SATURNINO	RJ	PT	
67 RODOLPHO TOURINHO	BA	PFL	
68 ROMERO JUCÁ	RR	PMDB	
69 ROMEU TUMA	SP	PFL	
70 ROSEANA SARNEY	MA	PFL	
71 SERGIO CABRAL	RJ	PMDB	

Lista de presença – 14/12/2005 – 10 horas
Sessão Conjunta – apreciação de Vetos Presidenciais
 SENADORES (Urna de L – W)

NOME	EST.	PARTIDO	ASSINATURA
72 SÉRGIO GUERRA	PE	PSDB	
73 SÉRGIO ZAMBIASI	RS	PTB	
74 SERYS SLHESSARENKO	MT	PT	
75 SIBÁ MACHADO	AC	PT	
76 TASSO JEREISSATI	CE	PSDB	
77 TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	PSDB	
78 TIÃO VIANA	AC	PT	
79 VALDIR RAUPP	RO	PMDB	
80 VALMIR AMARAL	DF	PTB	
81 WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG	PMDB	

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 13 horas e 47 minutos a sessão e reaberta no dia 15 de dezembro de 2005, às 19 horas e 33 minutos).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Inocêncio Oliveira. PL – PE) – Está reaberta a sessão.

A sessão iniciada ontem, às 10 horas, está encerrada.

São as seguintes as matérias remanescentes da Ordem do Dia, cuja apreciação é sobrestada:

Item 6

Projeto de Lei nº 33, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 26.867.385,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e cinco reais), para os fins que especifica. Apreciação sobrestada.

Item 7

Projeto de Lei nº 36, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Trabalho, crédito suplementar no valor de R\$ 33.468.999,00 (trinta e três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, novecentos e noventa e nove reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Apreciação sobrestada.

Item 8

Projeto de Lei nº 42, de 2005-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor de R\$ 205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de reais) para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Apreciação sobrestada.

Item 9

Projeto de Lei nº 53, de 2005-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito especial no valor de R\$ 879.000,00 (oitocentos e setenta e nove mil reais), para os fins que especifica. Apreciação sobrestada.

Item 10

Projeto de Lei nº 54, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos Órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 359.494.942,00 (trezentos e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, novecentos e quarenta e dois reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. Apreciação sobrestada.

Item 11

Projeto de Lei nº 60, de 2005-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito especial no valor de R\$ 22.440.000,00 (vinte e dois milhões, quatrocentos e quarenta mil reais), para os fins que especifica. Apreciação sobrestada.

Item 12

Projeto de Lei nº 68, de 2005-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R\$ 422.272.976,00 (quatrocentos e vinte e dois milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos e setenta e seis reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências. Discurso enviado à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno no Senado Federal, primeiro subsidiário do Regimento Comum.

O SR. LINCOLN PORTELA (PL – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas,

Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, demais senhoras e senhores aqui presentes e os que sintonizam a Rádio ou TV Câmara,

Quero falar sobre a recente denúncia de que a Coteminas, empresa de propriedade da família do Vice-Presidente da República, contribuiu com recursos financeiros para abastecer o Caixa 2 do Partido dos Trabalhadores.

Ilustres Pares, as alegações são totalmente infundadas. Só posso entendê-las como manobra política para tentar desestabilizar o Presidente Lula, o PT e o Vice-Presidente da República. Não há provas factíveis de que o honrado político e empresário mineiro, ou uma de suas empresas, tenha participado de qualquer esquema espúrio de contribuição financeira de campanhas políticas.

Senhor Presidente, como consta do site da Coteminas, reproduzido por diversos veículos de comunicação, as negociações entre a empresa e o referem-se exclusivamente a transações comerciais lícitas.

Os jornais estampam notas fiscais, comprovantes de depósito e as correspondências da Coteminas endereçadas ao PT. Nestas, aparecem as cobranças dos débitos em atraso das camisetas confeccionadas para a campanha eleitoral de 2004.

Negócios, portanto, totalmente legais, feitos à dia. Vários acordos foram homologados para luz do que a empresa pudesse receber os valores devidos, o que, própria sistematicamente, não tem sido cumprido.

Excepcionalmente, a Coteminas recebeu em maio último parcela de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), devidamente abatida do montante do saldo devedor. A operação consta dos apontamentos contábeis da empresa. E tudo Caixa 1, portanto.

Ilustres Parlamentares, essas falsas acusações contra a respeitável pessoa do Vice-Presidente da República não prosperarão. E por quê?

nas crescentes vendas de seus produtos, inclusive no exterior, bem como por meio de suas valorizadas ações no mercado financeiro.

Além disso, senhoras e senhores, abominável acusação colide frontalmente com valores éticos, corporativos e sociais defendidos pelas empresas do Vice-Presidente. Para elas, o lucro não pode ser obtido a qualquer custo. Ele quando há preocupação com o meio meio social em que a empresa se insere, só se justifica e o ambiente

E também, como fazem as empresas de José Alencar, quando há estímulo para a carreira interna e cuidados para com o bem-estar de seus funcionários.

A menina dos olhos, porém, tanto dos diretores quanto do fundador do conglomerado, Centro Educacional Coteminas. Localizado em Montes Claros, norte de Minas Gerais, o ensino e a infra-estrutura rivalizam com

qualquer bom colégio do País. Há refeitório, 17 salas de aula, quadra poli esportiva, auditório, salas de vídeo e um espaço para atividades artísticas.

Os alunos também recebem uniforme transporte gratuito para irem à escola.

Senhor, Presidente, Senhoras e Senhores demais senhoras e Senhores e senhores, acusações contra a empresa do Senhor Vice-Presidente da República estão sendo rebatidas as provas documentais que a Coteminas vem apresentando. O patrimônio moral e político de José Alencar, por comprovação. outro lado, não necessita dessa comprovação. Ele se sustenta por si só. A estrutura desse edifício é suficientemente sólida para não se abalar com as tropas investidas de que está sendo alvo.

Tal como surgiram, naturalmente se dissolverão. Muito obrigado!



Congresso Nacional

Apuração Final dos Vetos

Usuário: VETO

Data: 14/12/2005 17:01:26

Item	Descrição	Sim	Não	Abstenção	Branco	Nulo	Quorum	Geral	Resultado
001.00	- Projeto de Lei da Câmara n° 18, de 2005 (n° 4.713/2004, na Casa de origem), que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes dos Quadros de Pessoal do Tribunal de Contas da União". (Mensagem n° 40, de 2005-CN)	89	243	5	4	1	338	342	Mantido

ATA DE APURAÇÃO DOS VOTOS DE VETO PRESIDENCIAL CONSTANTE DA CÉDULA ÚNICA DE VOTAÇÃO UTILIZADA NA SESSÃO CONJUNTA REALIZADA NO DIA QUATORZE DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO.

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, na sala de reunião da Subsecretaria de Atendimento e Desenvolvimento de Sistema para as Áreas Legislativa e Orçamento - SSDSL, Centro de Processamento de Dados do Senado Federal - Prodasen, às quatorze horas, presentes os Senhores Deputados Osório Adriano (PFL-DF), Amauri Gasques (PL-SP) e Eduardo Valverde (PT-RO), membros da Comissão indicados pelos Líderes de seus respectivos Partidos, e designada pela Presidência, para acompanhar a apuração dos votos oferecidos por meio de cédula única ao veto presidencial, na sessão conjunta do Congresso Nacional, convocada para às dez horas e realizada às dez horas e quarenta e um minutos do mesmo dia. A Comissão adotou o seguinte procedimento: abertas as urnas de votação da Câmara dos Deputados, foram contadas trezentas e quarenta e duas cédulas válidas, coincidindo, assim, com o número de assinaturas da lista de votação; aberta a urna de votação do Senado Federal, foram encontradas cinquenta e cinco cédulas válidas, coincidindo, também, com o número de assinaturas da lista de votação. Dando prosseguimento aos trabalhos, as cédulas foram etiquetadas e numeradas seqüencialmente, reunidas em lotes de dez e envelopadas. Passou-se, a seguir, à digitação dos votos contidos em cada cédula. Foi utilizado o sistema de dupla digitação, seguido de conferência de cada cédula para eliminar a possibilidade de erros. O item único da cédula de votação, referente ao veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara número dezoito, do ano de dois mil e cinco, que "Altera a remuneração dos servidores públicos integrantes do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas da União", foram totalizados duzentos e quarenta e três votos não, oitenta e nove votos sim, cinco abstenções, quatro votos brancos e um voto nulo, tendo sido mantido na Câmara dos Deputados, dispensando sua apuração no Senado Federal. Obedecido o disposto no art. 43 do Regimento Comum, foi emitido um relatório, anexo, que fica fazendo parte desta Ata, com a totalização dos votos dos Deputados. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai por nós assinada.

Deputado Amauri Gasques
Deputado Eduardo Valverde
e o Deputado Osório Adriano.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização⁽¹⁾

Número de membros: 21 Senadores e 63 Deputados

Comissão instalada em 31-5-2005

Composição

Presidente: Senador Gilberto Mestrinho

1º Vice-Presidente: Deputado Mussa Demes

2º Vice-Presidente: Senador Sergio Guerra

3º Vice-Presidente: Deputado Ronaldo Dimas

Relator da LDO/2006: Deputado Gilmar Machado

SENADORES	
Titulares	Suplentes
BLOCO DA MINORIA (PFL-PSDB)	
Heráclito Fortes ⁽³⁾	1. Demóstenes Torres (3)
Eraim Morais (3)	2. Jonas Pinheiro (3)
Romeu Tuma (3)	3. José Jorge (3)
Paulo Octávio (3)	4. Edison Lobão (3)
Sergio Guerra (3)	5. Flexa Ribeiro (3)
Lúcia Vânia (3)	6. Teotônio Vilela Filho (3)
Leonel Pavan (3)	7. Arthur Virgílio (3)
	8
PMDB	
Valdir Raupp	1. Wirlande da Luz
Amir Lando	2. Ney Suassuna
Gilberto Mestrinho	3. José Maranhão
Hélio Costa	4. Leomar Quintanilha
Garibaldi Alves Filho	5. João Batista Motta
	6. Antônio Leite ⁽⁴⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT-PSB-PTB-PL-PPS)	
Nezinho Alencar	1. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	2. Ideli Salvatti
Magno Malta	3. Aelton Freitas
Mozarildo Cavalcanti	4. Marcelo Crivella
Serys Sthessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Sibá Machado	6. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1.
(⁽⁵⁾) P-SOL	
Geraldo Mesquita Júnior	1.

⁽¹⁾ Designação feita em 25-5-2005.

⁽³⁾ Designação feita em 31-05-2005. Bloco (PFL/PSDB) – SF.

⁽⁴⁾ Substituição feita em 7-6-2005. PMDB-SF

⁽⁵⁾ Designação feitas nos termos da Res. Nº 2/2000-CN.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA, MATÉRIAS; ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PT	
Carlito Merss – SC	1. Assis Miguel do Couto – PR
Devanir Ribeiro – SP	2. Eduardo Valverde – RO
Gilmar Machado – MG	3. Ivan Valente - SP
João Magno – MG	4. Leonardo Monteiro – MG
Jorge Bittar – RJ	5. Neyde Aparecida – GO
Nazareno Fonteles – PI	6. Nilson Mourão - AC
Nelson Pellegrino – BA	7. João Grandão – MS ⁽¹⁾
Paulo Pimenta - RS	8. Paulo Rubem Santiago – PR
Professor Luizinho – SP	9. Vignatti – SC
Vander Loubet – MS	10. Zarattini – SP
Wasny de Roure – DF	11. Zé Geraldo – PA
PMDB	
Hermes Parcianello – PR	1. Aníbal Gomes – CE
José Borba – PR	2. Edson Ezequiel – RJ
José Divino – RJ	3. Jorge Alberto – SE
José Priante – PA	4. Lupércio Ramos – AM
Luiz Bittencourt – GO	5. Marcelino Fraga – ES
Marcelo Castro – PI	6. Olavo Calheiros – AL
Mauro Lopes – MG	7. Rose de Freitas - ES
Pedro Chaves – GO	8. João Magalhães-MG (5)
Pedro Novais – MA	9. Paulo Afonso-SC (5)
Wilson Santiago – PB	10. Waldemir Moka-MS ⁽⁵⁾
Zé Gerardo – CE	11.

⁽¹⁾ 1. Substituição do Dep Orlando Desconsi (S) pelo Dep. João Grandão (S), em 01-06-2005 – PT – CD

⁽⁵⁾ Indicações feitas em 17-6-2005, PMDB-CD.

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS; ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional. Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
BLOCO (PFL/PRONA)	
Cláudio Cajado – BA	1. Davi Alcolumbre – AP
Eduardo Sciarra – PR	2. Fernando de Fabinho – BA
José Carlos Machado – SE	3. José Mendonça Bezerra – PE
José Rocha – BA	4. José Roberto Arruda – DF
Júlio Cesar – PI	5. Kátia Abreu – TO
Laura Carneiro – RJ	6. Lael Varella – MG
Mussa Demes – PI	7. Luiz Carreira – BA
Pauderney Avelino – AM	8. Marcos Abramo – SP
PSDB	
Anivaldo Vale – PA	1. Antonio Carlos Mendes Thame – SP
Bismarck Maia – CE	2. Domiciano Cabral – PB
Carlos Alberto Leréia – GO	3. Jorge VI – AL
Gustavo Fruet – PR	4. Márcio Fortes – RJ
Narcio Rodrigues – MG	5. Rafael Guerra – MG
Ronaldo Dimas – TO	6.
Silvio Torres – SP	7.
PP	
Benedito de Lira – AL	1. João Tota – AC ⁽²⁾
Enivaldo Ribeiro – PB	2. Leodegar Tiscoski – SC
Francisco Dornelles – RJ	3. Mário Negromonte – BA
Márcio Reinaldo Moreira – MG	4. Ricardo Barros – PR
Nelson Meurer – PT	5. Sandes Júnior – GO
Pedro Canedo – GO	6. Paes Landim (cessão PTB)

⁽²⁾ Substituição feita em 1º-6-2005-PP-CD.

Pesquisa na Internet: <http://www.scnado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS: ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

(continuação da Composição da CMO)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PTB	
Elaine Costa – RJ	1. Alex Canziani – PR
Iberê Ferreira – RN	2. Arnon Bezerra – CE
Jackson Barreto – SE	3. Cleuber Carneiro – MG
José Chaves – PE	4. Homero Barreto – TO
Josué Bengtson – PA	5. José Militão – MG
Jovair Arantes – GO	6. Pedro Fernandes – MA
PL	
Amauri Gasques – SP	1. Almir Sá – RR
Humberto Michiles – AM	2. Heleno Silva – SE
Jaime Martins – MG	3. Júnior Betão – AC
João Leão – BA	4. Milton Monti – SP
Miguel de Souza – RO	5. Raimundo Santos – PA
Welinton Fagundes – MT	6. Wellington Roberto – PB
PPS	
Dimas Ramalho – SP	1.
Geraldo Thadeu – MG	2.
PSB	
Gonzaga Patriota – PE	1. Beto Albuquerque – RS
Renato Casagrande – ES	2. Pastor Francisco Olímpio – PE
PDT	
Luiz Piauhyllino – PE	1. Alvaro Dias – RN
Manato – ES	2. Dr. Rodolfo Pereira – RR
PC do B	
Sérgio Miranda – MG	1. Inácio Arruda – CE
PV	
Marcelo Ortiz – SP	1. Leonardo Mattos – MG

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães – (Anexo II)
Ala "C" – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900 – Tel: 318-6937 – 318-6938

Pesquisa na Internet: <http://www.senado.gov.br>

CLICAR: ATIVIDADE LEGISLATIVA; MATÉRIAS; ATIVIDADE LEGISLATIVA(alto da página); PESQUISA AVANÇADA; Congresso Nacional; Matérias em Tramitação

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Paulo Rocha (PT-PA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 03.03.2005

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)**

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: ARNALDO NISKIER
Vice-Presidente: LUIZ FLÁVIO B. D'URSO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

- • 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- • 2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação
aguardando designação

02 - Comissão de Tecnologia Digital
aguardando designação

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária
aguardando designação

04 - Comissão de TV a Cabo
aguardando designação

05 - Comissão de Concentração na Mídia
aguardando designação

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾

Senador EDUARDO SUPPLY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB)	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCA (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)	Vago
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PMDB/ES)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ)	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SA (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT)
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP)
PPS	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> PAULO ROCHA PT-PA	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL/BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> SÉRGIO GUERRA PSDB-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 15.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,50
Porte avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 180 PÁGINAS